JAIME SOLARES CARMONA

Gênero e Sexualidade na Teoria da Arquitetura

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientação: Prof. Dr. Luiz Antonio Recamán Barros

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Carmona, Jaime

Gênero e Sexualidade na Teoria da Arquitetura / Jaime Carmona; orientador Luiz Barros. - São Paulo, 2020.
162 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Gênero e Sexualidade. 2. Teoria da Arquitetura. 3. Corpo. I. Barros, Luiz, orient. II. Título.

CARMONA, Jaime Solares. **Gênero e Sexualidade na Teoria da Arquitetura**. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Profa. Dra.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Profa. Dra.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Luiz Recamán, que novamente aceitou me acompanhar no caminho da pesquisa, e cuja generosidade, inteligência e confiança foram fundamentais.

À minha família. Minha mãe Ana Dália, meu pai Jaime Ricardo, minhas irmãs Daniela e Diana, por nunca duvidarem das minhas escolhas, e pelo carinho que me deram desde o momento que nasci. E àqueles que já se foram, *abuelito* Tatita e tia Ale, sinônimos do mais puro amor.

Ao Professor José Lira, pela solicitude e observações precisas, que me ajudaram quando tanto precisei. À Professora Ana Barone, pelo olhar aguçado e alegria oferecidos desde o momento que nos conhecemos. À Professor Jaqueline Teixeira, modelo de sensibilidade e conhecimento que pretendo levar para a vida.

À CNPq/CAPES, cuja bolsa permitiu o avanço desta pesquisa em tempos de desmonte da ciência no país.

Aos membros do grupo de pesquisa Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3), especialmente ao Professor Leandro Medrano e aos colegas Alessandro Muzi, Carolina Akemi, Mariana Wilderom e Raphael Grazziano.

Aos meus companheiros de mestrado, Tatiane Teles, Bruno Mentone e Mariana Carvalho, que permitiram que a pesquisa fosse mais divertida e menos solitária.

Aos meus amigos e amigas que sempre me deram todo o apoio necessário. Com o risco da injustiça, preciso citar Marcos Neves, Fellipe Brum, Frederico Costa, Raquel Takamoto, Karoline Barros, Jéssica Lúcio, Bruno Puccinelli, Victor Panucci, Adriano Tao, Vitor Araújo, Camila Leibholz, Sheila Quilice, Andressa Hernandez.

Um agradecimento especial a Laura Vaniqui pela ajuda na composição da imagem e da capa; a Alice Mahlmeister, Ana Paula Lopes, Rafael Igayara e Laion Pessoa pela inestimável ajuda com as traduções; a Lucas Duque pelas referências bibliográficas e discussões; e a Lorrان Siqueira pela formatação do texto.

E ao meu corpo, coisa e condição, situação de dor e de prazer, contra quem lutei por tantos anos, e com quem hoje tento me encarnar.

KORPOKUPA

o corpo dela
antes de ser
casa
foi okupação,
território abandonado
provisoria
mente
habitado
entre ameaças de desalojo, de re
integrações de posse. Deu trabalho
fazer da própria pele, da própria voz, de seus cabelos
paredes, tetos, pias, portas, janelas, piso, estantes, mesas, camas, fiações
passíveis
pra ela mesma
respirar, pensar, falar, descansar, dormir, sonhar, dançar, amar, conspirar,
viver.
Se hoje seu corpo é
casa
para si mesma
é fruto de lutas, conflitos
entre
o visível e o invisível
do capitalismo. do patriarcado. da heterossexualidade. da cisgeneridade. da monogamia.
disputando cada uma de suas células
para compor suas máquinas
seus governos
seus impérios. Tentaram fazer do seu corpo
espaço desprovido de sua alma.
Corpo-ferramenta
a um poder
que nunca lhe pertenceu.
Hoje seu corpo é sua casa
mas não começou assim.
Antes de ser casa,
seu corpo
foi campo de batalha
foi luta.
Seu corpo
é okupação.

(Raíssa Éris Grimm)

RESUMO

Considerando a emergência da discussão acerca dos marcadores sociais da diferença no campo das ciências humanas, especificamente da identidade de gênero e sexualidade, objetiva-se fazer uma revisão bibliográfica dos principais textos acerca do tema na teoria da arquitetura, no Brasil e no mundo. O trabalho principia analisando os anos 1970, auge da revolução sexual da segunda onda feminista e dos primeiros levantes da comunidade LGBTQ+, e percorre meio século até os dias atuais. O caminho percorrido foi de via dupla. De um lado procuramos, dentro dos textos do campo disciplinar da arquitetura, aqueles que discutissem os temas destacados. Por outro, acessamos os principais textos de áreas afins, em especial aqueles relacionados à teoria *queer*, teoria feminista, estudos LGBTQ+ e geografia crítica, que analisassem e discutissem a questão espacial. Dessa forma ambicionamos compor uma cartografia teórica alimentada também pelos tensionamentos de áreas afins que informam a disciplina arquitetônica. Para tanto procede-se ao levantamento de cerca de duzentos livros, artigos, resenhas e periódicos nas diversas bases, indexadas ou não, possibilitando um estudo qualitativo e quantitativo do estado da arte do tema. Esse levantamento foi precedido de um recorte temático que considera, mas não exclui, o corpo como terceira categoria de possível de análise. A ampliação do campo de discussão da pesquisa permitirá uma narrativa interdisciplinar capaz não só de identificar as questões relativas a gênero, espaço, corpo e sexualidade no seio da disciplina, mas também de abrir conexões oportunas com interlocutores os mais diversos. Ainda que no Brasil essas questões pareçam ter surgido apenas em anos recentes, ela está presente em nossa historiografia desde pelo menos o final dos anos 1990. Destacamos, ainda, que dentre as linhas de pesquisa identificadas, a discussão teórica é o campo de menor desenvolvimento se comparado às outras. Podemos concluir o ineditismo do tema no país, e em menor medida no mundo, e os diversos potenciais críticos, teóricos e projetuais que o gênero e a sexualidade trazem para o campo da arquitetura.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade. Teoria da Arquitetura. Gênero e Arquitetura. Sexualidade e Arquitetura. Corpo, Gênero e Sexualidade.

ABSTRACT

Considering the immediacy of the discussion around the social markers of the differences in the humanities field, specifically of gender identity and sexuality, it becomes necessary to review the main body of the bibliography regarding this subject in the theory of architecture, in Brazil and worldwide. The work starts analyzing the 1970s, peek of the second feminist wave's sexual revolution and of the first uprisings of the LGBT+ community, and covers half a century up to nowadays. The course ranged in two ways. From one side we have looked for, among the texts regarding the disciplinary field of architecture, those which discuss the highlighted themes. On the other side, we have approached the main works of related fields, especially those related to both queer and feminist theory, LGBT+ studies and critical geography, that analyzed and discussed the spatial issue. This way we intend to build a theoretical cartography also drawing from the tensioning of related areas that make the architecture course. For that, we have come to collect around two hundred books, articles, reviews and periodics from different bases, indexed or not, making it possible to have a qualitative and quantitative study of the subject's state of the art. This collection was preceded by a theme approach that considers but doesn't exclude the human body as a third category for a possible analysis. The widening of the discussion territory will offer space for an interdisciplinary narrative capable not only of identifying matters related to gender, space, body and sexuality at the core of the discipline, but also of establishing appropriate links with a wide range of interlocutors. Even though, in Brazil, these issues seem to have emerged only in recent years, it has been part of our historiography since at least the end of the 1990s. We highlight yet that between the identified currents of research, the theoretical debate is the least developed field in comparison to the others. We have come to realize the subject's novelty in the country, and in less extent in the world, and the different critical possibilities, theoretical and design-based that gender and sexuality bring to the architecture field.

Key-words: Gender and Sexuality. Architecture Theory. Gender and Architecture. Sexuality and Architecture. Body, Gender and Sexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. BREVE PANORAMA DA PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUITETURA	27
1.1 1977-1991: gênero	29
1.2 1991-2004: gênero e sexualidade	34
1.3 2004-2018: gênero, sexualidade e corpo	41
2. ESPAÇO E CORPO NA PÓS-MODERNIDADE	46
2.1 As viradas epistemológicas – aproximações entre corpo e espaço	46
2.2 O corpo na arquitetura	59
2.3 O menos carnal dos órgãos: o olho	71
3. O PENSAMENTO FEMINISTA NA ARQUITETURA	77
3.1 A categoria gênero	77
3.2 Regimes de negociação entre o público e o privado	95
3.3 Existe uma forma feminista de projetar?	105
4. ARQUITETURA COMO TECNOLOGIA SEXUAL	115
4.1 Arquitetura <i>queer</i>	115
4.2 Os dispositivos da arquitetura	131
4.3 A teoria arquitetônica está transicionando!	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

Esta dissertação reflete sobre como as categorias gênero e sexualidade tem afetado o campo teórico da arquitetura desde os anos 1970. Para tanto, precisaremos visitar disciplinas afins que nos informam e constituem as partes desse diálogo. É o caso, entre as ciências espaciais, da geografia crítica¹, e entre as ciências sócias, da teoria *queer*, estudos LGBT+²., estudos de gênero e teorias feministas. Vamos, em um primeiro momento, mapear as discussões, personagens, correntes de pensamento e temas que estruturam a questão, para então nos lançarmos a uma análise aprofundada das obras. Com isso vamos perfazer uma ampla revisão bibliográfica, crítica e sistematizada, de forma a compreender como esse tema emergente no Brasil e no mundo tem se estruturado nos últimos cinquenta anos. A novidade deste estudo pôde ser confirmada não só na literatura estrangeira, mas principalmente no país, onde praticamente não localizamos uma única obra que tenha discutido gênero e sexualidade no campo da teoria da arquitetura.

As inquietações que levaram ao objeto desta pesquisa remontam a uma cena imaginada há três anos. Uma pessoa trans³, no palco da ágora, procurando sustentar um discurso retórico produzido em um corpo em transição, com uma voz que falha e flutua entre uma determinação biológica e um corpo construído. Quais as qualidades da ágora que permitiram o florescer da democracia ateniense, e quais de seus dispositivos fragilizariam esse corpo divergente? Que voz tem uma pessoa que não é vista como cidadã? Que moldura arquitetônica, e que sistemas de representação da vida pública, informam a ágora? Seria, afinal, uma questão de ajustes de propagação do som e regimes de visibilidade? Bastaria permitir a presença do corpo trans em um espaço antes interdito para solucionar todas as contradições ali aparentes? Enfim, as questões que foram surgindo cresceram de forma exponencial, e me motivaram a compreender quais os nexos possíveis entre a forma construída e a existência corporal de todos aqueles e aquelas que não figuravam como cidadãos de primeira categoria. Ainda assim, a ágora é uma das imagens mais poderosas dos ideais de democracia moderna. Por sua configuração espacial, da propulsão de corpos em direção à nudez e à exigência da transparência como virtude e força,

¹Ainda que outros campos como a antropologia urbana e a sociologia tenham discutido a questão do espaço e gênero desde pelo menos os anos 1970, seus estudos tiveram menor impacto na teoria da arquitetura do que a geografia, tendência que se reverteu apenas nos últimos anos, especialmente na área do urbanismo.

²De agora em diante iremos usar a sigla LGBT+ para nos referirmos às diferentes orientações sexuais, sexos e identidades de gênero que compõe a militância. O símbolo “+” simboliza o compromisso de representar as diversas expressões ausentes ou no porvir.

³De agora em diante o termo “trans” se referirá a travestis, transexuais e transvestigêneres.

exclui os corpos opacos, os corpos frágeis, os corpos que se admitem em constante relato de si mesmo⁴.

Tudo isso faz pensar o motivo que levaria muitas das reuniões feministas a não permitirem a entrada de homens, ou mesmo qual a relação entre a bicicleta e emancipação da mulher no espaço público. O porquê de uma mesma rua vazia à noite significar pavor para as mulheres, e possibilidades sexuais para os homens homossexuais. Ou ainda, porquê os gays gostam tanto de espaços de aglomeração, enquanto muitas lésbicas se direcionam a sociabilidades mais intimistas. Enfim, de que maneiras a arquitetura participa da construção dos sujeitos e de suas expressões sexuais. E pensar isso não por meio de uma instrumentalidade imediata, buscando reproduzir espaços identificados como gays, lésbicos, travestis, transgêneros. Mas de compreender o que os faz serem ocupados por essas pessoas, e como se dão essas formas de ocupação. A esta altura, a ágora, como paradigma ocidental da cidade, não parece mais suficiente como imagem ideal da democracia. Precisamos de algo diferente.

Foi assim que, num primeiro momento do estudo, passamos a tratar da relação entre gênero e espaço. Gênero abrigaria conceitos como corpo, sexo e sexualidade, e espaço funcionaria como uma categoria mais ampla capaz de definir o escopo da arquitetura. Viu-se o oposto. Gênero não foi capaz de abrigar questões como a sexualidade, com a qual tem relação direta mas não a esgota. Gênero e sexualidade são categorias que se comportam de forma diferente. Gênero não depende diretamente de sexualidade para sua identificação. Sexualidade, sim. Ainda que hajam diversas expressões de sexualidade que considerem o gênero da pessoa desejante e da pessoa desejada como uma relação fluida - de tal forma que definir se alguém é homem ou mulher se torna desimportante - a sexualidade é uma relação positiva. Com isso queremos dizer que é uma categoria mais instável e móvel que o gênero, dependendo de um maior número de interlocutores do que apenas nós mesmos e nossa relação com o mundo.

Da mesma maneira o espaço demonstrou ser uma categoria demasiadamente ampla e incapaz de definir com clareza nosso campo teórico. E, quando falamos de teoria, nos apoiamos nos conceitos desenvolvidos pelo professor Edson da Cunha Mahfuz em “Teoria, história e crítica, e a prática de projeto”⁵. Nele, o arquiteto define quatro áreas de atuação de seus pares, já destacados no título do texto. A teoria constitui, portanto, uma das maneiras de pensar e atuar enquanto arquitetos e arquitetas, que se aproxima sobremaneira do campo da história, mas que

⁴ BUTLER, Judith. **Relatar a si mesma: crítica da violência ética**. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁵Disponível em: MAHFUZ, Edson. Teoria, história e crítica, e a prática de projeto. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 042.05, Vitruvius, nov. 2003 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/640>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

nutre a ação do crítico, na medida em que formula lastros teóricos que servem, também, ao fazer projetual. Quando Beatriz Colomina analisa a casa E.1027 de Eileen Gray⁶, ou José Lira fala da obra do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé⁷, ou mesmo na análise de Lucas Crawford sobre projeto do escritório Diller Scofidio + Renfro⁸, há uma clara intenção de produção crítica, que pode alimentar intenções teóricas posteriores, e que se associa de forma indissolúvel a uma escrita histórica crítica.

Um outro problema encontrado foi definir se corpo era ou não uma categoria a ser analisada. Imaginar um exercício da sexualidade ou uma performance de gênero que ignore a dimensão ontológica do corpo seria o mesmo que contornar os principais marcos teóricos das últimas décadas, tanto na filosofia quanto nas teorias feministas e LGBTQ+. No entanto o corpo como entidade abstrata foi e continua sendo um tema importante na arquitetura, desde os tratados clássicos e antropométricos até os padrões ergonômicos contemporâneos. Fato é que esse corpo ideal não nos interessa agora, e mais, ele apresenta o risco de sublimar as discussões de gênero e sexualidade, enublado os objetos centrais desta pesquisa. Discutir o corpo não raro significa discutir a dimensão erótica e sexual da arquitetura (especialmente a partir dos anos 1980), porém também significa não discutir feminilidade, homossexualidade ou os marcadores sociais desse mesmo corpo. Buscando inverter a prevalência do corpo vitruviano, corbusiano ou eisenmaniano (sempre masculino e branco) no sistema arquitetônico, optamos por tensioná-lo desde um de outro ponto, afastando assim o risco de novamente tomá-lo como valor universal capaz de invisibilizar os corpos destoantes, dissidentes, marginais.

Por esse motivo discutiremos o corpo como elemento desestabilizador das categorias da realidade: o tempo e o espaço. O filósofo francês Henri Lefebvre é o principal nome dessa ontologia que reposiciona o espaço em relação ao tempo, e supera a dicotomia moderna que considera, desde pelo menos Descartes, o espaço como exterioridade – *res extensa* – e o tempo como interioridade – *res cogito*. O privilégio que o tempo teve ao longo das ciências humanas, de Kant a Hegel, passando por Marx, indica um projeto filosófico triunfante. A racionalidade moderna é debitária desse binário hierarquizado. Não por acaso o pós-estruturalismo, dentre outras correntes de pensamento do fim do século XX, resgatam projetos pretéritos que até então não tinham a prevalência da razão iluminista. É o caso de autores como Leibniz e Espinoza.

⁶COLOMINA, Beatriz. **Battle Lines: E.1027**. In: AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. The Sex of Architecture. Boston: Harry N Abrams, 1996.

⁷LIRA, José T. C. **Brazilian Machineries (or the Collapse) of Pleasure: Architecture, Eroticism, and the Naked Body**. In: BESSA, Antonio Sergio (ed.). Beyond the Supersquare: Art and Architecture in Latin America after Modernism. Nova York: Fordham University Press, 2014.

⁸CRAWFORD, L. C. Breaking ground on a Theory of Transgender Architecture. **Seattle Journal for Social Justice**, Transgender Issues and The Law 8.2, 2010. p. 515-516.

Essa nova configuração espaço-corporal, e a compreensão da dimensão social da produção do espaço, será desenvolvida especialmente pela geografia crítica. Mas, se o espaço é social, de que formas o corpo, agora generificado e sexuado, modifica ou o produz?

Apenas muito recentemente essas respostas têm sido buscadas pela arquitetura, e apesar das primeiras arquitetas terem se diplomado ao final do século XIX, e desde o começo do século XX se organizarem institucionalmente, como é o caso da *Women's Architectural League* nos anos 1940, podemos afirmar que as contribuições do gênero ao campo teórico da arquitetura datam apenas do começo dos anos 1970. Em contrapartida, as discussões sobre sexualidade só viriam a estar consistentemente presentes dos anos 1990 em diante, sob influência dos estudos LGBTQ+ e da teoria *queer*.

A teoria feminista, ou melhor, as teorias feministas, são referenciais teóricos incontornáveis porque revolucionaram e enfrentaram os paradigmas teóricos hegemônicos. Por esse motivo a pesquisa buscou, na medida do possível, varrer os principais textos e observar os principais debates do campo, especialmente aqueles concernentes às questões espaciais. Apesar do inevitável risco que uma empresa dessas traz, acreditamos ter contemplado minimamente as principais questões da teoria, como a tensão existente entre o feminismo essencialista e materialista nos anos 1980⁹, ou as críticas do feminismo lésbico à teoria *queer*. É válido destacar que não nos aprofundamos naquilo que se denomina “men's studies”, um campo específico de teoria de gênero que, a partir das questões dos estudos de gênero da mulher, procura compreender o homem¹⁰. E não o fiz tanto por sua quase inexistente contribuição ao campo da arquitetura, quanto pela dificuldade de localizá-lo dentro das ciências humanas no Brasil. De resto, vale lembrar que utilizaremos o conceito de ondas no feminismo, conscientes das limitações, mas também da operacionalidade, que esse conceito carrega. Sob o risco de alimentar uma evolução linear dos embates feministas, privilegiando certas narrativas sobre outras, as ondas permitiram buscar os elementos em comum, mas também algumas dissonâncias quase que insolúveis no seio da discussão de gênero.

Apesar de muitos dos textos terem sido influenciados por autoras da chamada segunda onda feminista, especialmente nos anos 1970 e 1980, é a terceira onda, juntamente com os estudos gays e lésbicas, que logra associar gênero e sexualidade. Não por acaso é nos anos 1990

⁹Jane Rendell discute essa questão no Capítulo 2 do livro **Gender, Space, and Architecture: an interdisciplinary introduction (Architext)**. Segundo a autora, o essencialismo seria criticado por considerar qualidades inatas à mulher, reforçando estereótipos de gênero.

¹⁰Cf. BROD, Harry. **Excerpts from “The Case for Men's Studies”**. In. BORDEN, I.; PENNER, B.; RENDELL, J. *Gender, Space, and Architecture: an interdisciplinary introduction (Architext)*. Londres: Routledge, 2000.

que surge o que se convencionou chamar de teoria *queer*, termo cunhado pela feminista Teresa de Lauretis em 1990. Segundo a pensadora, era necessário contrapor-se a uma “homogeneização cultural” em curso, levada a cabo pelos estudos gays e lésbicas. Caracterizados por uma estratégia de afirmação da diferença, esses estudos acompanharam a lógica de agregação que a sigla LGBTQ+ desenvolveu ao longo do tempo. A história da sigla simboliza bem esse constante conflito dentro das identidades de gênero e orientações que a compõe. Buscando superar categorias essencialistas e estanques, a teoria *queer* abordaria a questão do gênero e da sexualidade de forma diversa, de maneira a romper com a “tradição dos estudos gays e lésbicos ao emoldurar a identidade em termos consistentemente relacionais.” (LOVAAS et al., 2006, p. xxiv, tradução nossa).

Lovaas et al.¹¹ se aprofunda na diferença entre os estudos LGBTQ+ (atentar que seu nome mudou ao longo do tempo, passando por estudos gays, GLS, GLBT etc.). Para os autores, os estudos LGBTQ+ representam o pensamento moderno que busca a metanarrativa e as identidades estáveis, enquanto a teoria *queer* é uma expressão do pós-modernismo, muito influenciada pelo pós-estruturalismo. Na prática não é incomum vermos uma confusão entre os termos, especialmente em textos da arquitetura. Isso ocorre em parte porque nos países centrais “queer” é um termo pejorativo usado contra pessoas da comunidade LGBTQ+, algo como “estranho” ou “estranha”. Lá, a apropriação política do termo é muito diferente daqui, tendo uma carga de subversão política. A palavra chega ao sul global de maneira elitista e acadêmica, quase o oposto de sua formatação original. Por esse motivo é importante tentarmos traduzi-lo para nossa realidade. A depender do contexto, *queer* pode significar “bixa”¹² ou “estranhx”¹³, em uma tradução mais fiel ao original, ou pode ser traduzida de forma mais interpretativa, como é o caso do termo “cuir” utilizado por Guilherme Altmayer¹⁴. Esse problema não aparece na sigla LGBTQ+, pois tanto em inglês quanto em português os termos a que se referem as letras mantêm suas iniciais, como é o caso de “lesbian” e “lésbica”.

Apesar das divergências, as duas teorias compartilham diversos pontos em comum, como o objeto de estudo, sua origem nos movimentos sociais pela emancipação da mulher e

¹¹LOVAAS, K. E.; ELIA, J. P.; YEP, G. A. (eds.), 2006.

¹²É a tradução utilizada por Paco Vidarte em seu livro **Ética bixa**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

¹³Apesar das desinências “o” e “a”, referentes ao gênero da palavra, serem uma disputa no campo da sexualidade e da identidade de gênero, neste trabalho vamos utilizar a norma padrão da língua portuguesa por considerar a questão em aberto. Um exemplo dessa dinâmica é a abolição do uso do “x” ou “@” por não permitirem o uso de dispositivos de leitura para pessoas com deficiência visual. Para ver mais sobre essa questão, conferir:

laboratório gráfico desviante. In: CIDADE QUEER; LANCHONETE.ORG; MUSAGETES. Cidade queer, uma leitora. São Paulo: Edições Aurora, Publication Studio SP, 2017. Projeto de descolonizar a queer.

¹⁴ALTMAYER, Guilherme. Apontamentos para uma Cartografia: o cuir/queer como território em expansão. **Select**, São Paulo, edição 38, ano 07, p. 38-39, mar.-mai. 2018.

contra a homofobia, e sua oposição a um sistema cisheteronormativo e patriarcal. Também enfrentam um mesmo desafio: discutir as questões de raça e classe de forma mais integrada. Assim como gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, idade ou deficiência são características corporais partícipes de uma discussão mais ampla sobre identidade e diferença¹⁵.

Por muito tempo “indivíduo” foi sinônimo de “homem”. Por isso, todos aqueles que não eram indivíduos, os outros de que trataremos no capítulo 2, tinham à frente o desafio, principalmente político, de buscar uma identidade. A identidade é uma categoria fundamental para os movimentos sociais como um todo. Ela cria um senso de coletividade, aliança e pertencimento que fortalece suas lutas e permite imaginar algo maior do que as opressões individuais. A identidade no pensamento descolonial é um bom exemplo do potencial político do conceito de identificação¹⁶. Quando todo negro ou negra que vive fora da África se entende como diaspórico, e busca sua origem étnica e histórica, há um sentido de identidade capaz de reunificar corpos expulsos por um processo violento de rapto exercido na escravidão. É um sentido um pouco diferente do que é a identidade no campo do feminismo. Ainda que hoje seja difícil falar em uma Mulher, ou em um feminismo unitário, quando fala de si, hoje ou no passado, a mulher muitas vezes fala segundo o conceito de diferença sexual. Para Melo (2008), essa busca da essência do que é ser mulher gerou um paradoxo: “a fim de protestar contra as várias formas de segregação que lhes eram impostas, as mulheres tinham de agir em seu próprio nome, invocando, dessa forma, a mesma diferença [sexual] que procuravam negar.” (p. 555).

Permeando toda a história do feminismo, esse paradoxo se funda tanto na fragilidade da categoria identidade, quanto da ambiguidade da diferença. O indivíduo, matriz conceitual da identidade, gera uma unicidade que solicita uma constante diferenciação entre o “eu” e o “outro”. Ao formular uma noção abstrata de “mulher”, o feminismo dos anos 1960 e 1970 não analisou como essa mulher foi construída historicamente, seus limites enquanto indivíduo e, portanto, a variedade nas expressões dessa “mulheridade”. A reiteração de um discurso de diferenciação sexual em relação ao homem acabou sendo usado como forma de exclusão de outras categorias existentes para além desse binário, como é o caso das mulheres trans. Por esse motivo Melo afirma que “a criação da “diferença sexual” foi uma forma de garantir a exclusão das mulheres.” (p. 557).

¹⁵Utiliza-se o conceito de “marcador da diferença” para nomear essas categorias, tanto do ponto de vista de sua classificação social, como de suas corporeidades e identidades. Cf. CAIRES, Luiza. **Núcleo estuda marcadores sociais da diferença**. Agência USP de Notícias, 8 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=15350>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

¹⁶Cf. HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999; AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana, vol. 7, nº 2, 2001.

De maneira similar, o “orgulho gay”, que só recentemente passou a ser entendido como “orgulho LGBT”, é uma estratégia de afirmação de uma identidade que não parece abrir brechas para discordâncias. Claro que o movimento uníssonos dá força a vozes até então fragmentadas e silenciadas, e ter a possibilidade de se olhar no outro gera uma esperança de vida fundamental para a existência: é a identidade como identificação. Porém essa mesma identidade foi a responsável pelo apagamento histórico que ocorre quando se esquece que as lideranças da Revolta de Stonewall de 1969 (tido como marco do movimento gay nos Estados Unidos) eram mulheres trans e negras. Identidade como apagamento.

Mas final, o que todas essas categorias teriam em comum? O que unifica suas lutas, existências e projetos teóricos? E por que parece que eles se aliam e afloram a um mesmo momento? No artigo “Diferença, diversidade, diferenciação”, Avtar Brah¹⁷ nos indica uma resposta possível. Sempre colocados em uma posição de alteridade em relação a um indivíduo universal, o negro, a mulher, o idoso e todos aqueles tidos como diferentes ou inferiores voltam-se agora contra o sistema que os diferenciou. Nas palavras do autor:

No período do pós-segunda guerra, os projetos do pós-estruturalismo, do feminismo, do anticolonialismo, do antiimperialismo e do anti-racismo, todos eles, de uma forma ou de outra, problematizaram seriamente a universalização das afirmações de verdade reivindicadas pelas grandes narrativas da história que colocam o “Homem” europeu em seu centro. Mas embora esses projetos se sobrepusessem em alguns aspectos, a problemática de que trataram não era idêntica. Nem se referiram sempre uns aos outros. (BRAH, 2006, p. 365)

Mesmo que compartilhando um projeto comum, as lutas identitárias da segunda metade do século XX precisam agenciar suas próprias diferenças. A afirmação de si é uma necessidade política, e diz respeito às diversas maneiras como a diferença constrói a si mesma. O racismo, lembra o autor, postula uma fronteira intransponível que segrega socialmente um mesmo grupo, enquanto outras diferenças podem se apresentar de forma mais relacional e variável, como é o caso do etarismo. Em cada contexto, a diferença pode servir tanto para inferiorizar um grupo, quanto para fazê-lo surgir em sua humanidade. É essa ambiguidade que os argumentos reacionários que se opõem às políticas afirmativas costumam evocar. O “racismo reverso” nada mais é do que um anacronismo, um argumento retórico que parte de um ponto fictício, quer seja, o da igualdade plena entre as raças. Em suma, a diferença não é sempre sinônimo de opressão, motivo que leva Brah a concluir que “é uma questão contextualmente

¹⁷BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 2006, pp. 329-376.

contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.” (BRAH, 2006, p. 374)¹⁸.

É com base nessa conclusão que tomamos com urgência o projeto de diálogo entre as opressões, e a busca por um projeto de universalidade que rompa com o sistema vigente, androcêntrico e racista, e o substitua por um outro, ainda indefinido, mas capaz de dar voz à diferença em sua forma democrática. Compreender como as diversas lutas se articulam é uma perspectiva mais necessária do que nunca. A interseccionalidade, agenda política e teórica do final do século XX, apresenta-se como uma possibilidade nesse sentido. Cunhado em 1989 pela jurista afroamericana Kimberley Crenshaw, o termo se refere à interlocução dos marcadores sociais de raça, gênero, orientação sexual, geração, credo e idade em uma determinada realidade social¹⁹.

Foi a mulher negra que encampou essa possibilidade de diálogo, em livros como “Mulheres, raça e classe” (1981) de Angela Davis, e artigos como “Não existe hierarquia de opressão” (1983) de Audre Lorde. Importante destacar também o Geledés: Instituto da Mulher Negra²⁰, fundado em 1988 em São Paulo por figuras como Sueli Carneiro, e até hoje dirigida por mulheres negras. Compartilha com Lorde o espírito de defesa dos direitos humanos compreendidos de forma ampla, especialmente na sua luta contra todo e qualquer tipo de racismo e sexismo. Segundo Lorde, não deve existir uma concorrência, mas sim uma sobreposição entre os diversos marcadores presentes em um mesmo corpo. Tendo que enfrentar a todo momento um lugar no qual não é nem o “homem negro” nem a “mulher branca”, a mulher negra vê na sua dupla marginalidade um potencial crítico inédito. É por esse motivo que a mobilização do conceito por correntes do feminismo insensíveis à questão da negritude gera resistências ao uso do termo. Winnie Bueno²¹ chega a falar que uma interseccionalidade que não apresente a luta histórica das mulheres negras é apenas “uma outra lógica de opressão e silenciamento que podemos considerar enquanto opressão epistêmica.” Como resume Carla Batista²², a interseccionalidade:

¹⁸No Brasil o tema foi discutido, entre outros, por Antônio Pierucci. Ver: PIERUCCI, A. F. **Ciladas da Diferença**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, n.2 (2), p.7-33, 1990.

¹⁹Cf. AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

²⁰Para mais informações acessar o site: <<https://www.geledes.org.br/>>.

²¹BUENO, Winnie. **Repensando a Interseccionalidade**. Geledés: Instituto da Mulher Negra, 24 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

²²BATISTA, Carla. **O que é interseccionalidade?** Geledés: Instituto da Mulher Negra, 08 set. 2018.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/?gclid=Cj0KCQiAyp7yBRCwARIsABfQsnTCVIFR14T7cmt_7Tm9xerl199HDD9ITZYszMKQFYHQTbokpVCLKAQaAgjFEALw_wcB>. Acesso em: 15 fev. 2020.

É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras.

Ou seja, a discussão interseccional não é ponto pacífico. Frente a essa operacionalização elitista, há quem retome uma posição de distinção. Ser mulher negra é, novamente, diferente de ser mulher branca. Essa é a tensão fundamental da questão da identidade e da diferença. Além disso, a crítica ao projeto humanista traz um risco – necessário – à própria manutenção de um projeto ético da modernidade:

O problema, no entanto, se complica quando a desumanização não é um processo de autodeterminação, de autodeformação, de habitar fora dessa norma que é tão cis-heterocentrada, quanto racista e especista. Quando essa desumanização é, ao contrário, resultado de uma negação da humanidade que nada tem de voluntária, mas que é forçada, violenta e que desconsidera a humanidade de alguém apenas para colocá-lo num campo de risco que os direitos humanos, encarnação ocidental do acesso à justiça, não conseguem alcançar. (GRUNVALD, 2017, p. 28)

A crítica à desumanização levada a cabo por um projeto “antropofaloecológico”²³ atinge, também, a suposta neutralidade da ciência. Todas as teorias e movimentos sociais discutidos apontam para o esgotamento ético de um projeto epistemológico que se funda em um sujeito neutro que, através da ciência, estuda e compreende um objeto marcado socialmente. Mas, se eu, autor da pesquisa, sou homem e pretendo a “morte do homem” (LEFEBVRE, 2001, p.108), significa que desejo meu próprio silenciamento? Obviamente não é o caso. Primeiro porque o “homem” ao qual me refiro é uma ideia, fixa e abstrata, produzida enquanto valor universal, e que não reconhece minhas contingências. Em segundo lugar, somos diferentes pois eu admito o lugar do qual falo, não tomo como premissa a neutralidade da ciência. Assim como bell hooks, que utiliza um pseudônimo no diminutivo para invocar sua própria história e desestabilizar as convenções acadêmicas e linguísticas, ou como Anthony Slagle que admite

²³Termo utilizado por Suely Rolnik para se referir a uma sistema que é, a um só tempo, humanista, patriarcal, racional e colonialista.

um tom confessional na maneira de desenvolver sua pesquisa²⁴, busco entender-me como um sujeito que se confunde com o objeto que analisa, e que também se constitui nessa relação.

A questão do lugar de fala, muito corrente nos dias de hoje, também pede um cuidado epistemológico. Não pretendo neste estudo ocupar o lugar de nenhuma mulher ou pessoa trans, e muito menos falar por ela. Como defende Djamila Ribeiro em seu livro sobre o conceito²⁵: “Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.” (p. 82-83). Esse *locus* social a partir do qual enuncio minha pesquisa não diz respeito, estritamente falando, a um ponto fixo. Ao criticar nossa própria identidade enquanto essência, permitimos que ela se torne uma construção dada no e pelo outro. Ribeiro, feminista negra, também afirma que a questão “não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.” (p. 64). Por essas razões tomo para mim a visão de Deleuze, trazida por Paul B. Preciado, segundo a qual “O problema da filosofia (...) não é tanto determinar quem pode pensar ou falar sobre o que, e sim como criar um conjunto de condições que permitiriam a todos e a cada um falar.” (PRECIADO, 2014, p. 179).

A princípio o estudo se apresentaria de forma linear e cronológica, ritmando-se a partir das ondas feministas. Como percebemos a dificuldade em se estabelecer uma evolução coerente dos assuntos ao longo do tempo, optamos por organizá-los tematicamente. Ainda assim, vimos os benefícios de uma primeira explanação temporal dos eventos, discussões, textos e autores e autoras da questão do gênero e da sexualidade de maneira ampliada. É importante destacar que não foi nosso objetivo esgotar, muito menos nos aprofundar nas diversas linhas de pesquisa identificadas, mas apenas destacar sua existência e de que maneiras elas se conectavam com a questão da teoria arquitetônica. Conscientes das limitações que uma pesquisa anglocentrada pode acarretar, acreditamos termos desenvolvido no primeiro capítulo o sentido de um todo panorâmico e funcional. Ainda que os únicos textos acessados tenham sido da língua inglesa, espanhola ou portuguesa, pudemos notar em algumas bibliografias a presença de textos em outros idiomas, com destaque para o alemão. Tranquiliza-nos, pela dificuldade de compreensão,

²⁴SLAGLE, Anthony. **Ferment in LGBT Studies and Queer Theory: Personal Ruminations on Contested Terrain**. In: LOVAAS, K. E.; ELIA, J. P.; YEP, G. A. (eds.). *LGBT Studies and Queer Theory: New Conflicts, Collaborations, and Contested Terrain*. Nova York: Harrington Park Press, 2006

²⁵RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Série Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

a percepção de que estes eram uma minoria absoluta, e não totalizavam mais do que uma dezena²⁶. Por fim, adotamos como princípio a tradução livre de todos os trechos, citados ou notas de rodapé, de maneira a permitir seu amplo acesso pelos leitores e leitoras.

O segundo capítulo falará especificamente da mudança epistemológica dos anos 1960 e 1970 que se convencionou chamar de *spatial turn* (virada espacial). Essa mudança de paradigma afetou as ciências humanas como um todo, e permitiu uma aproximação da arquitetura com as questões do corpo. Essa mudança na episteme do conhecimento significou, também, uma crítica a um modelo humanista de valores racionais e universais. A ciência, tida como neutra e instrumental, mostrou-se um projeto de objetividade falido, que reproduziu sexismo, racismo e outras formas de discriminação. Na última sessão do capítulo falaremos de como a visão, enquanto sentido privilegiado dessa razão masculina e ocidental, é apenas uma das possibilidades do corpo, e como sua subversão é uma agenda política de primeira ordem.

Os dois últimos capítulos vão tratar de gênero e sexualidade propriamente ditos. Comprometidos com uma escrita transversal, não vamos nos furtar a acompanhar o desenvolvimento dos debates ao longo do tempo, seus conflitos e tensões, momentos de distensão e retomada. Ainda assim buscamos discutir de forma relativamente autônoma assuntos que definitivamente são entrelaçados e dependentes. Esse esforço no sentido de discriminar os temas em capítulos é importante pois permite-nos ver uma série de evoluções que seriam difíceis de se observar sob outra perspectiva

A agenda feminista na arquitetura se faz muito presente dos anos 1970 aos 1990, passando a perder espaço para a teoria *queer* nas últimas décadas. De forma geral o terceiro capítulo discutirá a questão do gênero influenciado pelas três correntes do feminismo identificadas por Joan Scott²⁷, a saber: o feminismo essencialista, o marxista e o psicanalítico. Em seguida iremos nos aprofundar em dois temas centrais para as autoras analisadas: a relação entre os espaços público e privado, e a forma de projetar feminina/feminista. Esta última questão tem estado presente em praticamente todos os textos do período, podendo ser vista até mesmo em livros mais recentes. É a partir das questões “homens e mulheres produzem arquiteturas diferentes?” e “a arquitetura contribui para a diferenciação entre homens e mulheres?” (KUHLMANN, 2013, p. 202, tradução nossa) que Kuhlmann vai estruturar toda sua pesquisa. O binarismo das perguntas se perpetua ao longo do texto, e deixa entrever uma

²⁶De todas as formas ficamos interessados em ler livros como o de Paola Pignatelli, que parece se assemelhar, em termos de conteúdo, ao de Susana Torre (1977). Cf. PIGNATELLI, Paola Coppola. **Spazio e immaginario: maschile e femminile in architettura**. Roma: Officina Edizioni, 1982.

²⁷SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Oxford, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

das características da discussão sobre gênero até os anos 1990: sua fundação no conceito de diferença sexual.

O quarto e último capítulo aponta para a possibilidade de ler a arquitetura como uma das várias técnicas sociais que participam da produção da sexualidade na sociedade disciplinar da qual fala Foucault²⁸. Enquanto tecnologia sexual, ela estabelece uma possibilidade maior e mais difusa de conexão entre arquitetura e sexualidade. A primeira sessão do capítulo analisa o impacto da teoria *queer* na disciplina. Se no segundo capítulo vimos que não tínhamos um corpo mas que o éramos, e no terceiro que esse corpo possui gênero, agora vamos descobrir de que formas construímos esse gênero e seu sexo e sexualidade. A arquitetura, tida não mais como uma instituição de controle dos corpos, mas tecnologia de gênero, vai ser vista segundo seus dispositivos sexuais, tais como o banheiro e o closet. Por fim, o corpo retorna mais uma vez na discussão sobre a teoria trans, tema muito recente na teoria arquitetônica e informado principalmente por autoras e autores externos à nossa disciplina, especialmente Elizabeth Grosz, Paul B. Preciado e Lucas Crawford. Essa teoria dá um passo além em relação à teoria *queer* no sentido de considerar que agora não é apenas a identidade que é construída, mas também nosso próprio corpo e sexo.

De maneira geral o que vamos analisar é uma mudança contínua nas possibilidades de interlocução entre teoria arquitetônica e o pensamento sobre gênero e sexualidade. Estudar e entender quais foram esses movimentos, suas crises e logros, seus desdobramentos sobre a reflexão arquitetônica e as possibilidades de incidência que aparecem foram o objetivo deste estudo.

²⁸ FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. A vontade de saber – Vol 1.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

1. BREVE PANORAMA DA PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUITETURA

Este primeiro capítulo objetiva mostrar o estado da arte dos estudos em gênero e sexualidade na arquitetura. Vamos localizar os principais diálogos e distensões entre as diversas linhas de pesquisa identificadas. Esta é uma hipótese historiográfica, embasada em ampla revisão bibliográfica. A divisão em períodos relativamente idênticos (aproximadamente 14 anos) corresponde a tendências quantitativas e qualitativas observadas pelo estudo.

Fonte: Produção própria. Foram considerados 89 artigos, 69 livros e 14 periódicos. Os principais textos podem ser encontrados na sessão REFERÊNCIAS.

Como podemos verificar no Gráfico 1, além da surpreendente correlação do número de publicações nas diversas mídias por ano, existem dois momentos claramente demarcados de grande produção de textos sobre o tema da pesquisa: entre 1990 e 2002, e entre 2006 e 2017. Apesar de alguns vales, é possível afirmar que nesses dois arcos temporais a produção se deu de maneira consistente. Antes disso podemos ver as publicações pioneiras que, durante os anos 1980 e 1970, aparecem ainda de forma esparsada. Em nossa pesquisa apenas Burns (2012) apresentou uma classificação cronológica, formulada desde um universo menor de publicações. Segundo a autora, os artigos sobre gênero na arquitetura poderiam ser divididos em três períodos. O primeiro, de 1977 a 1984, seria informado pelo estruturalismo, e inclui nomes como Dolores Hayden e sua análise da cidade (HAYDEN, 1981). O segundo período iria de 1984 a 1995, e seria constituído por uma segunda geração de autoras, como Diana Agrest, cujo

pensamento foi considerado pós-estruturalista. O último período se iniciaria em 1995 e seguiria até pelo menos a publicação do artigo. Importante lembrar que como ele foi publicado em 2012, desconsidera discussões ulteriores, como aquela relativa à teoria trans na arquitetura. Esse arco final seria caracterizado pelo debate sobre performatividade e materialidade, e, pelo menos nas antologias analisadas por Burns, teria sido totalmente ignorado.

Nossa divisão difere em alguns aspectos. Primeiro porque considera que os dois primeiros períodos podem ser considerados um só, indo de 1977 até 1991. A junção dos anos 1970 e 1980 se justifica porque o feminismo essencialista e construtivista¹ dessas décadas não difere radicalmente nas suas colocações e problemas enfrentados. Como veremos no capítulo 3, ambos discutem gênero segundo a diferença sexual, afirmando características intrínsecas à mulher, seja ela biológica ou culturalmente determinada. Soma-se a isso a tímida presença de publicações até o começo dos anos 1990. Tendo se desenvolvido de forma desarticulada, e ainda sem clara distinção entre o discurso estruturalista e pós-estruturalista, esse primeiro momento carece da coerência e clareza presente dos períodos posteriores.

O que Burns considera como um debate contemporâneo, de 1995 em diante, foi aqui considerado dentro da riqueza conceitual e teórica desenvolvida especialmente ao fim dos anos 1990, quando os temas da sexualidade passam a figurar entre questões discutidas pela arquitetura. Em tempo, lembremos que o artigo da autora diz respeito mais diretamente ao gênero, o que pode gerar discordâncias em relação à bibliografia aqui analisada. Esse último período mostrou a necessidade de ser dividido em dois, de sorte que o debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade será considerado apenas a partir de meados dos anos 2000.

Por todos esses motivos resolvemos seguir o modelo tripartite de Burns com correções, considerando sempre o escopo de nossa pesquisa. De forma provocativa propusemos uma periodização temática: gênero; gênero e sexualidade; gênero, sexualidade e corpo. Como se confirmará, gênero é a principal categoria do estudo a ser discutida pela arquitetura até os anos 1990, quando então sexualidade começa a figurar na discussão. O corpo, sempre presente, ressurge nos anos 2000 e 2010 com enorme potencial enquanto *locus* criativo e teórico, renovando as questões sobre gênero e sexualidade. A progressão, mesmo que insuficiente e em alguma medida frágil, tem objetivo pedagógico de indicar as tendências-chave dos períodos discriminados.

¹¹Sobre este debate, ver: Fuss, D. **Essentially Speaking: Feminism, nature and difference**. New York: Routledge, 1989, p. 20.

1.1 1977-1991: gênero

O marco histórico deste estudo é maio de 1968, data na qual diversos movimentos estudantis se insurgiram contra o aparelho burocrático estatal, o capitalismo do pós-II guerra, o patriarcado², o racismo e os sistemas de opressão como um todo. No bojo dos movimentos de resistência, se articulou a segunda onda feminista³ e também as primeiras revoltas da comunidade LGBTQ+ contra a discriminação sexual⁴. Foi a partir desses movimentos que o feminismo começou a questionar as estruturas de produção de conhecimento, sua relação com o poder e as narrativas tradicionais de corpo e gênero. Nas palavras de Joan Rothschild, “A literatura sobre feminismos e design atingiu a maioria com a segunda onda do feminismo e a emergência dos estudos de gênero (...)” (1999, p. 07, tradução nossa). É nos anos 1960 que o campo da arquitetura no Brasil e no mundo passa por sua feminização⁵ com a crescente participação de mulheres nos cursos de graduação. A título de exemplo, no Rio Grande do Sul, apenas uma arquiteta se graduava em 1949, enquanto em 1973 elas já se tornam mais da metade do total dos alunos. Como veremos, a questão da presença da mulher no campo profissional se tornará uma agenda fundamental nas últimas décadas, mas é apenas uma das muitas formas de diálogo entre a teoria feminista e a arquitetura.

Segundo Morley (1980), as duas primeiras publicações a tratarem da questão do gênero na arquitetura são os livros *From tipi to skyscraper: a history of women in architecture* (1973), de Doris Cole, e *Women in American Architecture: A Historic and Contemporary Perspective* (1977), de Susana Torre. Enquanto o primeiro trata exclusivamente da história das arquitetas norte-americanas, desde as sociedades matriarcais nativo-americanas até a prática contemporânea, o segundo se propunha a aprofundar questões mais teóricas. Torre é fundadora do *Archive of Women in Architecture*, pesquisa que gerou o material para esta publicação que é dividida em três grandes temas: o ambiente doméstico; o campo profissional da arquiteta; e a incorporação estética de uma consciência contemporânea de espaço como representação de

² Sistema social de relação de gênero em que as mulheres estão em uma posição subordinada em relação aos homens. Sua principal função seria reprodutiva, enquanto aos homens caberia a produção.

³ A primeira onda feminista teve como principal bandeira o sufrágio universal e o acesso a direitos iguais pelas mulheres, enquanto que a segunda, que se inicia nos anos 1960 amplia as reivindicações das feministas, que vão desde a emancipação sexual até o fim dos sistemas de opressão. Ela é marcada, também, por importantes formulações no seio das ciências sociais e filosofia, como é o caso do livro *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Ver: WEINMAN, Martha. **The Second Feminist Wave**. New York Times, mar 10, 1969.

⁴ O ato mais importante de resistência desse momento foi a Revolta de Stonewall, que ocorreu em 1969 contra a invasão da polícia local a um bar frequentado por pessoas da comunidade LGBTQ+. No Brasil podemos citar a Revolta do Ferro's Bar que ocorreu em São Paulo em 1983, quando a comunidade lésbica foi proibida de frequentar o bar, resolvendo protestar, conseguindo a liberação de sua entrada.

⁵ FONTES, 2013.

sentido. O livro é pioneiro não apenas por fundar as três principais correntes de pesquisa em arquitetura e gênero que se seguirão nas próximas décadas, mas também por desenhar com precisão as questões que serão enfrentadas desde então. Quando a autora inverte a pergunta “por que não existem grandes arquitetas?” para “quais foram as condições que impediram que isso ocorresse?” busca compreender o quadro institucional que leva a essa situação.

O ingresso crescente das mulheres nas escolas de arquitetura e a organização das primeiras conferências a tratar sobre o tema, como, por exemplo o *Symposium on Women in Architecture* na Washington University's School of Architecture (março 1974) e *Women in Design and Planning* na Boston Architectural Center (novembro 1975) indicam um movimento político que repensava o papel da mulher na profissão e no ensino. A Bauhaus, que influenciou o modelo pedagógico de diversas escolas (inclusive a reforma pedagógica da FAU USP de 1968), instituiu que a arquitetura seria um curso restrito aos homens; e isso segundo justificativas teóricas. Às mulheres caberia apenas o acesso às artes menores, como a tecelagem⁶. Esse exemplo é importante pois indica a relação existente entre estrutura institucional e reflexão teórica. Algumas autoras defensoras de uma posição feminista mais radical mostram como a simples inclusão das mulheres no campo profissional da arquitetura não significa uma ruptura significativa na sua forma institucional:

No fim das contas, mudar apenas as regras superficiais de inclusão não garante mudanças profundas na cultura arquitetônica, pois como aponta Lisa Jardine: “ter conseguido” também pode significar “uma aceitação que não é acompanhada por nenhuma alteração nas relações de poder entre mulheres e homens. (COLEMAN et al., 1996, p.xii)

Em direção contrária vemos arquitetas que participaram de experiências pedagógicas progressistas serem também historiadoras e teóricas do feminismo na arquitetura. É o caso de Leslie Kanes Weisman, fundadora do *Women's School of Planning and Architecture* (WSPA), que durou de 1975 a 1981, e era constituída exclusivamente por mulheres. Uma rede internacional começava a se formar, e as arquitetas travavam férteis diálogos com seus pares:

Inúmeros *workshops* e exposições na Escandinávia, Alemanha, França e Reino Unido têm lidado com a mulher e a arquitetura. Associações de não-profissionais mulheres expressam sua crescente preocupação com o meio ambiente; e dois grupos de arquitetas mulheres de Nova York e Berlim-Oeste conseguiram recentemente obter apoio para projetos de desenho e construção

⁶Como disse Silvana Rubino no evento *Arquitetura e a questão do gênero* (2014), ao arquiteto caberia projetar “da colher à cidade, mas convenhamos: a mulher faz a colher, e o homem a cidade”.

com ênfase nas necessidades de mulheres e crianças. (KENNEDY, 1981, p.80)

Ao discutir educação, práticas projetuais e o ambiente doméstico na arquitetura, Susana Torre destaca-se por ter sido a primeira autora a articular claramente teoria e prática a partir da questão do gênero. O último capítulo de seu livro *Women`s Spatial Symbolism* se inicia questionando a existência de um simbolismo espacial exclusivamente feminino. Desenvolve então uma reflexão teórica sobre os paradigmas do labirinto e da pirâmide, duas imagens que refletiriam as formas de pensar feminina e masculina, respectivamente. Ela inaugura um sistema, simbólico e semiótico, que terá muita força nos anos 1970 e 1980, nos quais buscava-se a representação das diferenças sexuais na arquitetura. Através de analogias, metáforas e até mesmo leituras arqueológicas⁷, as autoras desse primeiro momento são bastante binárias (homem/mulher) e influenciadas pelo feminismo essencialista da segunda onda. Como recorda Borden et. al., “A diferença entre a primeira e a segunda onda do feminismo pode ser resumida como uma alteração no foco de igualdade para a diferença: de reconhecer as desigualdades do Estado a reconhecer as diferenças entre mulheres e homens e entre si.” (BORDEN et al., 2000, p.16)

Soma-se ao feminismo essencialista o feminismo materialista, presente principalmente no teor político e reivindicatório dos primeiros escritos dessas décadas. Um ano antes do livro de Susana Torre, foi publicado o artigo *Architecture and Urban Planning* (1976) de Gwendolyn Wright e Dolores Hayden. Esta obra busca fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema do gênero no campo da arquitetura e do urbanismo. E, novamente em 1977 e depois em 1981, sairão duas edições sobre arquitetura de uma das principais revistas sobre feminismo e política, a *Heresies*⁸. As preocupações urbanísticas de Gwendolyn Wright e Dolores Hayden sobre a tripartição temática do livro de Torre configuram as quatro principais linhas de pesquisa sobre gênero e sexualidade presentes até hoje na arquitetura: a perspectiva de gênero no planejamento urbano e urbanismo; domesticidade e cultura material; a mulher no campo institucional da arquitetura; corpo, gênero e sexualidade na teoria arquitetônica.

Nosso estudo focará apenas na última linha de pesquisa. Devemos notar, desde agora, que nem sempre gênero e sexualidade terão o mesmo peso ou presença nos estudos analisados. No campo do planejamento urbano, por exemplo, é notável a pouca presença de discussões

⁷ Ver os capítulos iniciais de WEISMAN (1994); BETSKY, 1995).

⁸ HERESIES. Nova York: Heresies Collective, vol.1, n.2, issue 2, 1977; HERESIES. Nova York: Heresies Collective, vol.3, n.3, special issue 11, 1981.

sobre sexualidade. Como algumas políticas públicas seguem informes censitários, não é incomum que diversos estudos considerem apenas os dados desagregados referentes a homens e mulheres. Ou seja, a questão de gênero segue um perfil binário que não considera sexualidade, transexualidade ou nem mesmo questiona o que significaria ser “mulher”. Isso dito, é importante destacar que as linhas identificadas não são estanques, e a todo momento se cruzam e se alimentam. Novamente, no caso da pesquisa sobre gênero e cidade, poderíamos citar o trabalho que Paola Berenstein Jacques leva adiante na UFBA sobre as relações entre o corpo e a cidade. Temas como as relações entre o público e o privado são fronteiriças por excelência, enquanto o universo de estudos sobre a presença da mulher no campo profissional é extenso, e vai desde discussões sobre modelos de ensino⁹ até revisões historiográficas sobre as práticas femininas na arquitetura¹⁰.

Tendo como base as possibilidades historiográficas que se abriram recentemente, muitas arquitetas e historiadoras começam a explorar as relações entre domesticidade e a reprodução de valores sociais. Em 1981 Hayden escreve *The Grand Domestic Revolution*, aproximando a história da arquitetura à história do ambiente doméstico, incluindo debates sobre bairro, comunidade e cidade¹¹. Muito influenciada pelos estudos culturais, essa investigação sobre o ambiente da casa torna-se uma das correntes mais importantes dos estudos de gênero na arquitetura. É também nos anos 1980 que se estabelece um rico diálogo entre as teorias feministas e as práticas de projeto, sempre iluminadas pelo esforço de definição dos universos masculino e feminino. Programas tradicionalmente ligados a atividades femininas, como o cuidado dos filhos (creches) e o cuidado do lar (habitação) ganham centralidade nas discussões da arquitetura feminista.

Os exercícios, ao mesmo tempo teóricos e práticos, amadureceram uma visão de projeto radical, ligado a processos de desenho mais participativos e engajados socialmente. Discutem essa prática os livros *New Space for Women* (1980), editado por Gerda Gekerle, Rebecca Peterson e David Morley, de visão explicitamente feminista, e *Building for Women*

⁹Cf. BAKER, Sarah. **Professional Architectural Education: Women Articulate Masculinist Values**. Paper delivered at Canadian Women's Studies Association Conference, Brock University, St. Catharines, mai. 1996; AHRENTZEN, Sherry, GORAT, Linda. **Rethinking Architectural Education: Patriarchal Conventions and Alternative Visions from the Perspective of Women Faculty**. Journal of Architectural and Planning Research, n. 9, verão 1992.

¹⁰ Cf. DOUMATO, Lamia. **Architecture and Women: A Bibliography**. Nova York: Gralnad, 1988. Também ver o catálogo da exposição organizada por Lyanne Walker sobre mulheres que projetam e constroem, chegando a mapear nomes dos anos 1600. WALKER, Lynne. **Drawing on Diversity: Women, Architecture, and Practice**. Londres: RIBA Heinz Gallery, 1997.

¹¹ Importante destacar que ao longo dos anos 1980 a revisão historiográfica sob a perspectiva de gênero ganha fôlego. Ver: SCOTT, Joan W. **Gender: a usefull category of historical analysis**. The American Historical Review. Vol 91, nº 5, 1986. p. 1053-1075.

(1982), de Suzanne Keller, e também artigos, como o seminal *Toward a Rediscovery of Feminine Principles in Architecture and Planning* (1981) de Magrit Kennedy, em que a autora elenca sete pontos que qualificariam uma arquitetura feminista. Aqui também vale destacar o trabalho do *Women in Construction* do New Architecture Movement-ARC¹², que constituiu o gérmen do que viria a ser um dos primeiros coletivos feministas na arquitetura mundial, o *Matrix Feminist Design Co-operative*. Esse grupo procurou explorar os limites da atuação profissional por meio da busca de uma nova *práxis*, desenvolvendo projetos com trabalho cooperativo para populações marginalizadas de baixa renda em países da Ásia e África¹³.

A virada dos anos 1980 para os anos 1990 significou o arrefecimento do sistema binário e simbólico na arquitetura, o abandono gradual dos argumentos construtivistas de gênero, e a inclusão da pauta da sexualidade em nossa disciplina. Nas palavras de Rothschild (1999):

Nos anos setenta e oitenta, a questão do gênero na arquitetura tendia a ser vista em termos das diferenças entre fêmea/macho e feminino / masculino, seja nos símbolos, forma ou prática. À medida que a “diferença” se multiplicava em uma série de diferenças que constituem identidade, o novo trabalho teórico dos anos 90, da mesma forma, ampliava e complicava as maneiras de entender a relação entre gênero e arquitetura.” (p. 14)

¹² Movimento de arquitetos insatisfeitos com a atuação do Royal Institute of British Architects – RIBA e que procuraram refunda-lo. Editavam a revista SLATE, uma das primeiras a ter uma edição especial sobre a mulher e o feminismo já em 1978, a *Feminism and architecture*.

¹³ MATRIX. **Making Space: Women and the Man-Made Environment**. Londres: South Bank Polytechnic, 1984.

1.2 1991-2004: gênero e sexualidade

A teoria *queer* representou uma mudança radical na forma de compreendermos gênero e sexualidade na arquitetura. Dialogando com as teorias feministas e os estudos LGBTQ+, vai gradualmente reposicionando marcos teóricos e solicitando de nossa disciplina uma outra estratégia de aproximação. Na medida em que o gênero é uma performance, qual o sentido de buscar as qualidades inerentes ou as diferenças ontológicas entre o homem e a mulher? E, se a identidade passa a ser uma ação reiterada, e não um dado apriorístico, como a sexualidade se relaciona a isso?

A teoria *queer* tem relação direta com o que algumas autoras chamam de terceira onda feminista, caracterizada por uma preocupação com questões de interseccionalidade e pós colonialismo, tratados em livros como *Boderland/La Frontera: The New Mestiza* (1987)¹⁴, de Gloria Anzaldúa. Porém, é em 1990, com a publicação de *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* de Judith Butler, que o pensamento feminista fundaria alguns dos princípios da teoria *queer*. Como afirma Nancy Duncan: “Butler propõe uma teoria performativa de gênero que rompe as categorias e correlações entre corpos, sexo, gênero e sexualidade.” (1996, p. 5). Segundo Rendell (2018), os anos 1990 são um marco nos estudos sobre o feminismo na arquitetura, e é a partir desse quadro que uma nova geração de arquitetas e pensadoras publicam diversos artigos e livros sob uma nova perspectiva. É o caso de Diana Agrest e o livro *Architecture from Without* (1991), antologia de seus principais artigos, dentre os quais *Body, Logic and Sex*, um dos mais importantes a falar da questão semiótica na arquitetura.

Agrest compartilha com Beatriz Colomina o título de ser uma das autoras mais citadas por seus pares. Não por acaso ela participou de uma mesa no evento organizado por Colomina em 1990, o *Sexuality and Space*, na Universidade de Princeton, quando ambas já se destacavam no estudo de gênero na arquitetura. O seminário viria a originar, dois anos depois, livro homônimo com algumas das contribuições mais originais ao tema da sexualidade nos campos afins da arquitetura. Segundo Borden et al. (2000), o livro avança por pensar essas questões para além da prática profissional, abordando o tema de forma mais especulativa. Colomina é uma das primeiras a indicar como a pesquisa teórica estava carente de um desenvolvimento mais profícuo:

¹⁴Essa tendência pode ser vista também na arquitetura. Cf. PRUSSIN, Labelle. **African Nomadic Architecture: Space, Place and Gender**. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press and National Museum of African Art, 1995; AVERY, Martha. **Women of Mongolia**. Seattle: University of Washington Press, 1996.

Mas apesar da crescente reciprocidade na troca de ideias, a questão da sexualidade continua tendo sua ausência evidente. Todo tipo de trabalho sobre representação e desejo desenvolvido nos últimos quinze anos por teóricas feministas foram conspicuamente ignorados no discurso e na prática arquitetônicos.” (COLOMINA, 1992, introdução, tradução nossa)

E ela não é a única. O começo dos anos 1990 é marcado por uma crítica radical à forma como gênero e sexualidade tem sido tratado pela arquitetura, buscando um aprofundamento dos mesmos no plano teórico. Assim como Colomina, Bergren (1992) fala que “Houve relativamente pouco debate sobre gênero no discurso teórico – a ‘filosofia’ - da arquitetura” (p. 12) e aponta para a prevalência de estudos sobre práticas projetuais de mulheres ao longo da história, e suas correlações formais. Dois anos depois é a vez de Weisman (1994), que ao discutir a subjetividade do espaço construído socialmente, nota que:

[...] uma análise feminista do ambiente criado pelo homem como forma de opressão social e expressão de poder social, uma dimensão da história, e uma parte da luta das mulheres pela igualdade chegaram muito mais tarde do que críticas comparáveis a, por exemplo, emprego, assistência médica e vida familiar.” (p. 3, tradução nossa)

Seguindo por outro caminho, Grosz (1994) chega à mesma conclusão, e afirma que espacialidade e temporalidade tem estado ausentes do pensamento feminista como um todo, aparecendo como algo abstrato e auto-evidente. As exceções têm se mostrado exatamente no campo da arquitetura, através das pesquisas de nomes como Colomina, Ann Bergren e Jennifer Bloomer (p.26), estas duas com especial influência dos estudos linguísticos do pós-estruturalismo francês. Por fim, em 1995, Sherry Ahrentzen escreve um dos principais artigos a fazer um balanço da presença do pensamento feminista em nosso campo. E começa questionando o porquê de a arquitetura seguir ignorando o feminismo. Essas críticas constituem, de um lado, a afirmação de um projeto diferente de aproximação à questão do gênero e da sexualidade, e, de outro, uma revisão bibliográfica necessária:

A recuperação da história perdida das mulheres na arquitetura levou à análise e crítica da profissão e à exploração do trabalho e do impacto das mulheres arquitetas, incluindo seu treinamento e educação. Igualmente importante foi o estudo sobre como as mulheres e suas famílias vivem, os efeitos dos arranjos espaciais e o quanto esses espaços atendiam às necessidades diversas das mulheres. Essa pesquisa, por sua vez, trouxe desenhos e modelos para a mudança. As abordagens teóricas têm se concentrado nas diferenças de gênero em relação às formas e à prática arquitetônicas. Trabalhos recentes, elaborado a partir dos estudos culturais e teoria pós-modernas, exploram como a identidade é afetada pelos ambientes construídos e como o corpo e a

sexualidade são entendidos em relação ao espaço e ao lugar. (ROTHSCHILD, 1999, p. 08, tradução nossa)

Todas as autoras citadas apresentam um trabalho consistente sobre gênero e sexualidade, ainda que permaneçam dando prioridade à questão da mulher a partir do feminismo. Nesse sentido o livro *Architecture and Feminism* (1996) das autoras Debra Coleman, Elizabeth Danze e Carol Henderson, é um trabalho já maduro, que visa localizar os principais textos dessa relação. De fato, apenas em meados dos anos 1990 é que veremos surgir uma geração de autores comprometida em discutir sexualidade de forma explícita, mais especificamente a homossexualidade masculina. São eles Joel Sanders, com o livro *Stud: Architectures of Masculinity* (1996), e Aaron Betsky, com os livros *Queer Space: Architecture and Same-Sex Desire* (1997) e *Building Sex: Men, Women, Architecture and the Construction of Sexuality* (1995). Em 1994 também ocorre o Seminário *Queer Space* e a Conferência *Design Pride`94*, ambos em Nova York, podendo ser considerados os primeiros a discutir a homossexualidade na arquitetura e as práticas projetivas dos arquitetos gays. O ano marca as comemorações dos 25 anos de Stonewall, considerado o primeiro levante LGBTQ+ da história norte-americana.

É difícil discernir com clareza o que é teoria *queer* e o que são estudos LGBTQ+ nas publicações na arquitetura. Os autores em geral consideram o *queer* como sendo sinônimo de gay, permitindo a um só tempo uma sobreposição, mas também o silenciamento das diversas expressões LGBTQ+ na arquitetura (fato que viria a ser revisto apenas décadas depois). Mesmo assim, há pesquisas no campo da sexualidade, como os de Gill Valentine (1995) ou David Halperin, fundador do jornal *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*. O seminário “Defining Gay Design”, que ocorreu em 1994 em Nova York, sugere a força que esses estudos vem a ter no campo acadêmico.

Também na primeira metade dos anos 1990 começam a surgir estudos mais aprofundados sobre gênero e território, tanto pela chave do planejamento urbano¹⁵ como da geografia crítica, especialmente a partir de figuras como a geógrafa inglesa Doreen Massey¹⁶. Essa tendência viria a ganhar novo fôlego na segunda metade dos anos 2000. O panorama é, portanto, muito fecundo, e na segunda metade dos anos 1990 são lançados dois livros centrais para o debate. O primeiro é *Architecture and Feminism*, já comentado, mas também o *Sex and*

¹⁵ Cf. GREED, Clara. **Women and Planning: creating gendered realities**. Londres: Routledge, 1994.

¹⁶ MASSEY, 1996.

*Architecture*¹⁷. Ambos visam superar análises sexuais binárias, e discutem como o ambiente construído participa na construção na formação das identidades sexuais.

O final dos anos 1990, em contrapartida, mostra uma tendência à revalorização do corpo dentro do debate da arquitetura, não apenas pela chave da semiótica e do sistema de representação masculino-feminino (AGREST, 1993; MORLEY, 1980), mas principalmente da fenomenologia. Autores como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty são interlocutores fundamentais para esses estudos, dentre os quais destacamos *Architecture: Ecstasies of Space, Time, and the Human Body* (KRELL, 1997) e *New Frontiers of Space, Bodies, and Gender* (AINLEY, 1998). No Brasil, a questão do corpo sempre aparece ligada ao fenômeno urbano, especialmente nos trabalhos de Paola Berenstein Jacques, desde o livro *Estética da Ginga* (2001)¹⁸ até os seminários desenvolvidos desde 2008 pelo CORPOCIDADE na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que ano passado teve seu quinto encontro. No Brasil também podemos destacar o trabalho pioneiro da arquiteta Ana Gabriela Godinho Lima, *Arquitetas e arquiteturas na América Latina no século XX* (1999), que viria a ser publicado sob forma de livro apenas 13 anos depois. Nele, a autora resgata tanto a história das mulheres arquitetas, quanto da arquitetura latino-americana na qual elas estavam inseridas. Podemos dizer que sua dissertação é um marco não só no país, mas no mundo, quando discutimos os temas por ela tratados.

Além disso, o final dessa década marca também alguns esforços no sentido de organizar a literatura produzida nos anos anteriores, fazendo um amplo balanço bibliográfico¹⁹, assim como permitindo aproximações interdisciplinares com outros campos do conhecimento²⁰. Os anos 1990 também veem crescer o número de publicações em revistas especializadas com edições especiais sobre as questões da mulher e do feminismo na arquitetura. Entre as pioneiras estão *Architecture by women* (INLAND ARCHITECT, 1991) e *Women in architecture* (ARCHITECTURE & DESIGN, 1992).

O amadurecimento do tema no campo da arquitetura permitiu que a questão do gênero (e consequentemente do sexo, sexualidade e corpo) viessem a reestruturar a própria forma como

¹⁷ AGREST; CONWAY; WEISMAN, 1996.

¹⁸ O livro estuda, através do pós-estruturalismo francês, a obra de Hélio Oiticica e sua experiência no Morro da Mangueira.

¹⁹ Cf. DUNCAN, Nancy. **BodySpace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality**. Londres e Nova York: Routledge, 1996; TOY, Maggie. **The Architect: Women in Contemporary Architecture**. Danvers: Watson-Guptill, 2001.

²⁰ Cf. McCORQUODALE, Duncan; RUEDI, Katerina; WIGGLESWORTH, Sarah. **Desiring Practices: architecture, gender and the Interdisciplinary**. Londres: Black Dog Publishing, 1996; BORDEN, Ian; PENNER, Barbara; RENDELL, Jane. **Gender, Space, and Architecture: an interdisciplinary introduction (Architext)**. Londres: Routledge, 2000.

o conhecimento se constrói. Mais ampla e estrutural do que se supunha no começo (especialmente dentro dos chamados estudos culturais), a questão do gênero solicita uma revisão total das narrativas até então estabelecidas. Como afirma Duncan:

Feministas estão atualmente explorando as implicações de longo alcance de um novo ponto de vista epistemológico baseado na ideia de conhecimento como corporal, marcado por gênero, e incorporado no contexto material de local e espaço. (DUNCAN, 1996, p. 01, tradução nossa)

Um dos aspectos centrais dessa nova episteme é a desnaturalização do homem universal num esforço de identificá-lo como agente opressor e socialmente localizado no sistema heteronormativo. O arquiteto e urbanista Alexander Cuthbert (2003, 2006, 2011) vem a ratificar essa mudança quando, no último livro de sua trilogia sobre urbanismo e planejamento urbano, admite que sua visão nos volumes anteriores estava errada ao não perceber a questão do gênero como princípio geral, e não apenas uma das possíveis chaves de estudo da questão²¹.

Na virada do século o tema da domesticidade ainda se encontra muito presente nos estudos analisados, como podemos ver nos livros *Negotiating Domesticity: spatial productions of gender in modern architecture* (HEYNEN; BAYDAR, 2005), mas também em *Domesticity at War*, de Beatriz Colomina, 2006. No campo historiográfico, podemos afirmar que as pesquisas sobre esse tema compartilham, com os estudos sobre a produção e posição da mulher dentro do campo profissional da arquitetura, uma parcela importante dos trabalhos produzidos até hoje no Brasil. Importante lembrar, no entanto, como diversas autoras apontam para as insuficiências de uma escrita histórica que se limite a buscar os “vazios historiográficos”, uma escrita que não revise os fundamentos epistemológicos de sua pesquisa.

Coleman et al. (1996) aponta que a ausência da mulher no campo não é mero fruto de uma subordinação passiva, ou um ponto cego a ser corrigido: ele significa a total oclusão do feminino na arquitetura. Contra isso não basta identificá-la onde antes não existia, recompor sua presença. Em suas palavras: “A questão não é o que falta à arquitetura, o que é negligenciado em sua concepção, ou que as nuances são ignoradas. Na verdade, o espaço e o local devem ser reconceitualizados.” (p. XIV, tradução nossa). Tida pelas autoras como uma agenda liberal, a luta pela visibilidade profissional das mulheres arquitetas nunca é considerada menos importante, apenas aquém de uma revisão disciplinar mais radical. No comentário de Borden et al. (2000):

²¹CUTHBERT, A. R. **Chapter 6: Gender** In: _____. *Understanding Cities: Method in Urban Design*. Carlton, Malden e Oxford: Blackwell Publishing., Vol. III.

Os primeiros trabalhos de feministas engajadas nas questões relacionadas à prática da história arquitetônica variavam de artigos retomando o trabalho de mulheres arquitetas à discussões sobre a luta das mulheres pelo acesso igual dentro do ensino arquitetônico e na profissão. Embora essencial no fornecimento de novo material, este trabalho não procura questionar os modelos convencionais da história da arquitetura ou levantar questões metodológicas relativas, por exemplo, ao *status* do objeto arquitetônico, ao papel do arquiteto ou ao tipo de análise relevante para os objetos de estudo. (p. 232, tradução nossa)

Elizabeth Grosz alinha-se às autoras acima, e reitera a necessidade de avançar em uma pesquisa teórica por meio de questões colocadas pelo feminismo, mas também pelo movimento negro entre outros. Embalada por uma presença cada vez maior do corpo enquanto ente eminentemente político, típico dos anos 2000 e 2010²², Grosz lança o desafio, necessário à arquitetura, de pensar-se a partir desse corpo, que tem gênero, cor e sexualidade. Ao perceber o franco domínio masculino no campo da arquitetura, a autora conclui que:

(...) a solução para esse problema não é simplesmente trazer mais mulheres arquitetas (embora isso seja um começo), mas sim repensar os próprios termos da disciplina luz a seu fechamento para a questão da diferença sexual – ou seja, perceber a disciplina como falocêntrica em sua estrutura. (2001, p.14, tradução nossa)

Podemos dizer que, de forma similar ao que ocorreu em meados dos anos 1990 quando uma geração de arquitetas e arquitetos se propôs a analisar o gênero e a sexualidade de uma maneira menos binária, o fim dos anos 1990 vê a importância de aprofundar a pauta feminista em direção ao campo teórico. É o caso, por exemplo, do livro *Arquitectura y género* (CEVEDIO, 2004), *Form follows libido: architecture from Richard Neutra in a Psychoanalytic Culture* (LAVIN, 2007) e *Behind Straight Curtains* (BONNEVIER, 2007). As obras buscam explorar fronteiras disciplinares, ora pelo viés do teatro e da ação artística, ora por aproximações com o campo da psicanálise. Ainda dentro desse desejo de tensionar os limites conceituais da disciplina, podemos citar o artigo *Breaking ground on a Theory of Transgender Architecture* (CRAWFORD, 2010), que explora as contribuições e potências que os debates sobre a transexualidade e transgeneralidade trazem à arquitetura e ao urbanismo.

Em suma, podemos dizer que a virada do milênio representou um momento importante para as diversas linhas de pesquisa analisadas, e que, mesmo tendo havido um refluxo na

²²Cf. BINGMAN, Amy; SANDERS, Lise; ZORACH, Rebecca. **Embodied Utopias: Gender, Social Change and the Modern Metropolis.** (Architext). Londres: Routledge, 2002.

primeira metade da década de 2000²³, voltam a se reorganizar sobre novas bases e a ter uma presença cada vez maior no campo de 2004 em diante. Um balanço geral desses dois primeiros momentos, especialmente dos anos 1980 e 1990, diz que:

Nos últimos vinte anos, as disciplinas de história e desenho arquitetônicos mudaram drasticamente, tanto internamente quanto uma em relação a outra. Por um lado, a história feminista da arquitetura se desenvolveu, a partir de uma recuperação de evidências de mulheres arquitetas, para abraçar o papel da teoria, especificamente na teoria crítica e de gênero na interpretação das representações arquitetônicas historicamente. Por outro lado, as mulheres na prática arquitetônica continuam a serem enquadradas entre as que desejam permanecer neutras quanto à questão de gênero e as que pretendem tornar explícitas suas intenções feministas.

Juntamente com intervenções de outras áreas dos estudos culturais, as teorias de gênero abriram definições de prática arquitetônica para incluir processo além do produto, desenho e escrita, assim como da construção, de modo que as distinções entre design, história e teoria são agora mais do que sempre, menos evidentes. (BORDEN et al., 2000, p.226, tradução nossa)

²³Essa constatação é compartilhada por Rendell. Ver: RENDELL, Jane. **Only resist: a feminist approach to critical spatial practice.** Women in Architecture: The Architectural Review Issue 1449, mar. 2018. Acesso em: 26 out. 2019. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice/10028246.article>

1.3 2004-2018: gênero, sexualidade e corpo

A inclusão do corpo como categoria neste último período não significa sua exclusão ou ausência nos períodos anteriores, apenas uma crescente presença em todas as linhas de pesquisa analisadas. É através dele que o campo do planejamento começa a discutir a questão *queer* segundo uma perspectiva desterritorializada²⁴. Significa dizer que, diferentemente do que ocorre no feminismo, na teoria *queer* não há uma busca por discursos essencialistas, o que, em casos como o das pessoas trans, recairia em contradição. É da natureza da prática *queer* a instabilidade, a corporeidade não-abstrata e a disjunção entre localidade e presença.

Essa retomada é acompanhada de perto pelo campo do urbanismo no Brasil. Paula Santoro, arquiteta e urbanista, apresenta em 2008 o artigo *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação* no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. No mesmo ano o Instituto Polis lança um estudo que relaciona o Plano Diretor Participativo segundo o direito das mulheres²⁵. Em meados dos anos 2010 também surgem duas pesquisas que relacionam gênero, sexualidade e a experiência na cidade: o doutorado de Diana Helene Ramos, *Preta, pobre e puta?* (2015) e o doutorado de Ramon Reis, *Cidades e subjetividades homossexuais: cruzando marcadores da diferença em bares nas “periferias” de São Paulo e Belém* (2016). Com influência da antropologia e da filosofia fenomenológica, esses estudos, dentre poucos outros, apontam para uma outra forma de ver planejamento e urbanismo a partir dos marcadores em estudo. A interseccionalidade também passa a contribuir para a discussão, como podemos ver no Seminário *Cidade, Gênero e Interseccionalidades* (2019), organizado pelo LabCidade FAUUSP, que desde 2016 possui um grupo de trabalho que discute a questão do gênero e cidade coordenado por Santoro.

Fora do Brasil, podemos citar o vasto trabalho de Zaida Muxi e do coletivo Col-Lectiu Punt 6²⁶, que produziu diversos estudos relacionando a experiência da mulher na cidade com outras possibilidades disciplinares do planejamento urbano e urbanismo. Um dos produtos dessa pesquisa é o livro *Mujeres, Casas y Ciudades. Más allá del Umbral* (2018), de Muxi. Chama a atenção a articulação que a autora propõe entre a casa e a cidade, dez anos após a publicação de dois livros que voltam a discutir o tema da domesticidade, o *Negotiating Domesticity: spatial productions of gender in modern architecture* (2005) de Heynen e Baydar;

²⁴2 HERRING, 2010.

²⁵ CASELLA, Jane; CARDOSO, Patrícia de Menezes; SANTORO, Paula; CYMBALISTA, Renato. **Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade**. Instituto Polis, 2008.

²⁶ CIOCOLETTO, Adriana; VALVIDIA, Blanca Gutierrez (coord.) **Estudios urbanos: genero y feminismo**. Barcelona: Col-Lectiu Punt 6, 2012.

e *Domesticity at War* (2006), de Colomina. Uma importante autora a tratar da questão da casa, mas pelo ponto de vista da relação cliente-arquiteto é Alice Friedman em seu *Women and the Making of Modern House* (2007), pioneira nessa perspectiva dentro da arquitetura. O tema do ambiente doméstico e suas relações com a reprodução de valores culturais de consumo e comportamento também amadurece no Brasil, culminando com o seminário *Domesticidade, gênero e cultura material* organizado em 2014 pela USP e Unicamp, tendo segunda edição em 2017, agora tratando também da questão da Memória e Patrimônio.

Também a partir de 2005 as revistas especializadas de arquitetura e urbanismo retomam as edições voltadas às problemáticas aqui discutidas. São o caso das *Architetto/donna* (CASABELLA, 2005), *Architecture + Feminism* (ARCHITECTURE AUSTRALIA, 2008) e também *Women in architecture* (ARCHITECTURE IRELAND, 2010). No Brasil essa tendência se reflete especialmente a partir de 2015 com a publicação da revista *Arquitetas Invisíveis*, que articula o debate sobre o papel da arquiteta na profissão, e o *Arquitetas Negras*, de 2019, com uma proposta similar, mas discutindo também a questão da raça.. Além disso, desde meados dos anos 1990 diversos núcleos de estudo voltados aos temas do gênero e feminismo²⁷, com destaque para o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas. No campo estrito da arquitetura podemos citar o grupo “Feminino e Plural: percursos e projetos de arquitetas e designers”, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que entre 2012 e 2014 analisou a prática projetiva de arquitetas e designers. Também em 2014 o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo criou o Grupo de Trabalho “Mulheres na Arquitetura” que busca dar visibilidade à atuação das mulheres na área e o fortalecimento de sua presença. O grupo organizou um dos principais eventos a discutir gênero e arquitetura, o “Arquitetura e a questão do gênero”, no mesmo ano da formação do grupo.

Fica claro como no Brasil a discussão institucional e institucionalizada sobre a presença da mulher na arquitetura se estabelece apenas em anos muito recentes, mas de forma consistente. Se desde 1996 Ana Lima vem pesquisando essas relações, especialmente no campo historiográfico, apenas em 2010 começam a surgir outros estudos, entre os quais destacamos a dissertação de mestrado de Flávia Carvalho de Sá (2010) sobre a profissão da arquiteta. O tema ganha projeção internacional em 2013 quando a organização estudantil de Harvard *Women In Design* angaria assinaturas para que Denise Scott Brown seja reconhecida pelo Prêmio Pritzker de 1991, até então outorgado apenas a seu parceiro Robert Venturi. Três anos depois é

²⁷ Observatório Marcha das Margaridas fez um levantamento a nível nacional dos diversos núcleos formados sobre o tema. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Grupos-de-Pesquisa-G%C3%AAnero-e-Feminismo.pdf>>.

publicado o livro *Where are the Women in Architecture?* (STRATIGAKOS, 2016) que viria a inspirar a organização do maior seminário sobre o tema no Brasil, o *Onde estão as mulheres arquitetas?*, no primeiro semestre deste 2017.

No mesmo ano em que Scott Brown é reconhecida pelo Pritzker, o arquiteto Richard Williams escreve *Sex and buildings: modern architecture and the sexual revolution* (2013) que estuda, de maneira mais ampla, relações entre a sexualidade e os espaços produzidos pela arquitetura e pelos corpos que a ocupam. Vai desde análises sobre os Estados Unidos do pós-guerra e a cultura fálica da torre, até a história das comunidades alternativas nos anos 1960. Assim como José Miguel Cortés²⁸, que discorre sobre a arquitetura como uma tecnologia de controle social, ele imagina como seria uma arquitetura da emancipação sexual. Ambos os autores superam uma visão determinista da disciplina, e através da análise das práticas espaciais – que Lefebvre chamaria de espaço vivido – buscam decifrar os nexos entre arquitetura e sexo. Apesar dos autores fazerem uma revisão da literatura sobre a questão do corpo e gênero, eles não alcançam a extensão do livro de Dörte Kulmann, *Gender Studies in Architecture: Space, power and Difference* (2013). À maneira das publicações da virada do milênio, este texto pretende organizar e analisar as diferentes vertentes do pensamento arquitetônico sobre a questão do gênero. Discutindo desde as sociedades matriarcais até a influência da psicanálise na forma da arquitetura, a autora organiza tematicamente uma farta bibliografia sobre a questão do gênero e, em menor grau, da sexualidade, na história recente da arquitetura. Torna-se, desde sua publicação, uma referência central sobre o tema.

Apesar da presença cada vez maior dessas questões no campo da arquitetura no novo milênio, é notável como o campo teórico permanece sendo o que menos se desenvolveu, pelo menos na pesquisa dos próprios arquitetos. Muito recentemente foram lançados no Brasil dois extensos dossiês a discutir a questão do gênero no espaço, notadamente nos campos da antropologia urbana²⁹, enquanto no mundo interlocutores do campo da filosofia e literatura como Elizabeth Grosz, Lucas Crawford e Paul B. Preciado escrevem os textos teóricos mais importantes para a arquitetura, e identificam que:

À exceção de alguns exemplos notáveis, os arquitetos têm, nos últimos vinte anos, ignorado as transformações epistemológicas e a virada crítica que está ocorrendo nos movimentos contemporâneos *queer*, transgêneros e pessoas

²⁸ CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

²⁹São eles: REVISTA DE ESTUDOS INDISCIPLINARES EM GÊNEROS E SEXUALIDADES. Salvador, n.8, v.1, nov. 2017/abr. 2018. Dossiê: Cidades dissidentes; URBANA: Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Campinas, v.7, n.2 (11), 2015. Dossiê: Gênero e Espaço.

com deficiência (no original, *crip*), e, alimentados por quantidades dramáticas de capital que flui entre Dubai e Prada e a República Popular da China desde a Segunda Guerra Mundial, têm agido como se a transformação contínua das políticas sexuais e somáticas fosse apenas um detalhe menor dentro de um novo pico da produção arquitetônica em escala global. (PRECIADO, 2012, p.121, tradução nossa)

A cena começa a se modificar em meados dos anos 2010. Em 2017 três periódicos de arquitetura publicaram, simultaneamente, edições especiais com artigos sobre teoria *queer* e trans: *THE FUNAMBULIST*, *LOG* e *Footprint*. No texto de apresentação desta última, os editores falam sobre uma “aproximação super simplista e heteronormativa” (GORNÝ; HEUVEL, 2017, p. 5, tradução nossa) da arquitetura em relação ao gênero. Mesmo a retomada do tema a partir da demanda de Denise Scott Brown teria sido feita “a partir de termos profundamente binários e heterossexuais, contrapondo supostos valores femininos e seus correlatos masculinos” (p. 5, tradução nossa). De fato, desde o fim dos anos 1990, quando autores como Aaron Betsky e Joel Sanders se propuseram a analisar a sexualidade na arquitetura, o tema não tem apresentado um desenvolvimento posterior relevante. Não por acaso Betsky foi quem, pela primeira vez na história da Bienal de Veneza, introduziu a questão da sexualidade em seu pavilhão “Out There”, de 2008. Dez anos depois o tema retornaria já no bojo dessa segunda onda de discussões sobre a questão *queer* e trans pelo “Cruising Pavillion”, na 16ª Bienal de Veneza, quando se discutiu as práticas homossexuais masculinas em espaços como clubes de sexo e banheiros públicos.

Dentre os autores apontados como responsáveis pela teorização da questão *queer* nos últimos anos Paul B. Preciado desponta como um dos mais importantes. Filósofo e homem trans (em 2015 mudou de nome, antes conhecido como Beatriz) pensa as questões da sexualidade e do gênero e sua espacialização na arquitetura. Em 2008 lança o *Texto Junkie: sex, drugs and biopolitics in the Pharmacopornographic Era* cujos conceitos foram desenvolvidos espacialmente em *Portnotopia: Na Essay on Playboy's Architecture and Biopolitics* (2010). Este último livro, talvez o mais famoso do autor e o mais lido no campo da arquitetura, fala de uma “utopia erótica” do homem branco cis heterossexual de classe média quando da formação da pós-domesticidade nos anos 1950 e 1960. No mesmo ano é traduzido no Brasil um dos livros do autor que teve grande impacto na filosofia *queer* e feminista da quarta onda³⁰, o *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Escrito originalmente doze anos

³⁰ RAMPTON, Martha. Four waves of Feminism. out 2015. Disponível em: <https://www.pacificu.edu/about-us/news-events/four-waves-feminism>. Acesso em: 30 jul 2017.

antes, renova a superação de uma suposta dicotomia entre o gênero e a sexualidade, enfatizando aspectos como a experiência vivida e sua inscrição nos corpos.

A periodização proposta deixará de ser seguida de agora em diante, quando então passaremos a falar das categorias de forma mais transversal e orientados para a discussão teórica em arquitetura. Este mapa cronológico se apresenta como uma forma de entrelaçar minimamente nosso estudo com as diversas linhas de pesquisa em gênero e sexualidade, afirmando a importância de cada uma delas, e as inúmeras possibilidades de pesquisa descortinadas.

2. ESPAÇO E CORPO NA PÓS-MODERNIDADE

2.1 As viradas epistemológicas – aproximações entre corpo e espaço

“O corpo é o ponto zero do mundo” (FOUCAULT, 2013, p. 14)

Neste capítulo discutiremos o duplo movimento que permitiu o estabelecimento do campo de conhecimento da pesquisa. De um lado, a aproximação das ciências humanas com o espaço, de outro, das ciências mais diretamente vinculadas às questões espaciais com temas de gênero e sexualidade. Tal aproximação só foi possível devido às profundas mudanças epistemológicas pelas quais passaram as ciências humanas a partir dos anos 1960. Estamos falando do *spatial turn*, quando o espaço social, enquanto categoria da realidade, torna-se o centro de interesse de ciências como a antropologia, a sociologia e a geografia. Desde o iluminismo o processo histórico é o motor do pensamento ocidental, significando a prevalência do tempo sobre o espaço como categoria explicativa da realidade, como no caso do materialismo marxista. Nas palavras do geógrafo Edward Soja:

Essa ascensão de um historicismo desespacializante, que só agora começa a ser reconhecida e examinada, coincidiu com a segunda modernização do capitalismo e com a instauração de uma era de oligopólio imperialista e empresarial. Tamanho foi o sucesso com que ela ocluiu, desvalorizou e despolitizou o espaço como objeto do discurso social crítico, que até mesmo a possibilidade de uma praxis espacial emancipatória desapareceu do horizonte por quase um século (1993, p. 11, tradução nossa)

A maior expressão dessa neutralização do espaço no período moderno é o racionalismo cartesiano¹. Uma vez que o espaço é pura extensão, campo neutro, continente da ação humana, cabe ao tempo moldar nossa humanidade. A crise desse “historicismo desespacializante” coincide não só com o que se convencionou chamar de pós-modernidade², mas principalmente com a insuficiência do modelo de espaço moderno em discutir e dar conta dos fenômenos culturais e metropolitanos que insurgiam naqueles anos. Segundo a geógrafa Martina Löw, teríamos a “percepção de que a mudança social não pode ser explicada satisfatoriamente sem uma reconceitualização das categorias relativas à componente espacial da vida social” (2013, p.17).

¹Vale recordar os conceitos de *res extensa* e *res cogito* em Descartes, sendo a primeira definidora do que é o espaço, enquanto alteridade e materialidade externa ao ser, e a segunda definidora do tempo, que age dentro de mim, na minha interioridade.

²Cf. HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

Estava cada vez mais claro que as condições de circulação, tanto de mercadorias quanto de pessoas, não se davam de forma homogênea. O mito da isonomia tópica não se sustentava mais frente à corporeidade do ser humano.

Esse projeto de razão, abalado após os eventos da Segunda Guerra Mundial e embalado pela ascensão do capitalismo tardio, conduziu a uma profunda revisão epistêmica no campo da geografia. Busca-se a passagem do “espaço geométrico” em direção a um “espaço geográfico”. Para Dardel, “o primeiro seria objeto da geografia como ciência moderna, racionalista e abstrata, afastado da geografia em seu caráter ontológico, ou seja, como dimensão da existência que só pode ser concebida no espaço cuja natureza é geográfica.” (DARDEL, apud DAL GALLO, 2016, p. 554). Tal “geograficidade”, ou modo de ser geográfico, recoloca a experiência vivida como um saber que gera o mundo. Esse pensamento, de desvelamento da relação terra-mundo, se inspira no pensamento heideggeriano. Assim como a arte, a geografia portaria o potencial de participar no processo de espaciar, fazer emergir o mundo.

A centralidade dessas questões faz surgir a geografia crítica. De inspiração marxista, mas sensível às correntes filosóficas como a fenomenologia de Heidegger, a geografia crítica tem em Henri Lefebvre um de seus mais importantes intérpretes, sendo um dos filósofos franceses com maior influência sobre as ciências sociais nos anos 1960 e 1970. O autor defende uma filosofia que supere os saberes parcelares sobre o espaço, que passa a ser tanto produto quanto produtor da vida social. As principais obras sobre o tema foram escritas entre 1968 (*O Direito à Cidade*) e 1974 (*A produção do Espaço*), incluindo um manuscrito recentemente traduzido, que se transformou no livro *Towards the Architecture of Enjoyment*³ (1973, traduzido em 2014). Neles o autor desenvolve o conceito multidimensional de espaço como categoria que articula arquitetura às outras ciências humanas. Esse espaço social seria produzido por uma realidade social determinada, de forma a inexistir um espaço “em si mesmo” (SCHMID, 2012).

A concretude de tal espaço seria o contraponto a um espaço abstrato, mensurável, isomórfico, óptico e, também, fálico, na medida em que estaria “simbolizando a força masculina, fertilidade e violência.” (LEFEBVRE, 1992, p. 155, tradução nossa). Ainda assim, a dimensão abstrata do espaço segue existindo como princípio racional do pensamento espacial. A crítica ao espaço abstrato se refere principalmente à sua qualidade ou forma absoluta, enquanto representação particular de um espaço a ser ocupado. Seria em relação a esse espaço abstrato que se cogitaria um outro, diferencial, capaz de abrigar o corpo, individual e social. É nesse corpo que o autor localiza potências de resistência a partir de forças diferenciadoras. Dito

³ Em livre tradução para o português, *Por uma Arquitetura do Deleite*.

de outra forma, o urbano (local da vida social por excelência) também é produzido pela vida social, vida incorporada, corporificada:

Assim, apesar de - ou melhor, por causa de - sua negatividade, o espaço abstrato carrega em si as sementes de um novo tipo de espaço. Chamarei esse novo espaço de 'espaço diferencial', porque, tanto quanto o espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças ou peculiaridades existentes, o novo espaço não pode nascer (ser produzido) sem que se acentue as diferenças. Isso também irá restaurar unidade ao que o espaço abstrato rompe - às funções, elementos e momentos da prática social. Isso porá um fim às localizações que destroem a integridade do corpo individual, do corpo social, do *corpus* de necessidades humanas e do *corpus* de conhecimento. Por contraste, irá distinguir o que o espaço abstrato tende a identificar - por exemplo, reprodução social e genitalidade, gratificação e fertilidade biológica, relações sociais e relações familiares. (1992, p. 52, tradução nossa)

Esse espaço solicita dos corpos sua atualização contínua. Resgata-se a dimensão fundante da inteligência do corpo como princípio gerador do espaço, ao mesmo tempo concreto e abstrato, ou, nas palavras de Lefebvre, um concreto abstrato (como é o dinheiro ou são as instituições). Cada corpo é espaço e tem espaço, “ele se produz no espaço e também produz espaço” (LEFEBVRE, 1992, p. 170, tradução nossa). Desta dita, quando Lefebvre fala que “O uso principal da cidade (...) é a Festa” (2001, p.12), ele subverte o valor de troca e lembra que a cidade é e deve ser obra, e não produto. A Festa, que “consome improdutivamente” é valor de uso. Essa inversão prestigia o corpo em sua capacidade de criar e acumular desejos fundamentais, como a arte e a sexualidade, superando uma divisão parcelar dos trabalhos na cidade. Lefebvre desenvolve uma hipótese, de origem fenomenológica, na qual o corpo, através da ação, cria o espaço. Não enquanto ocupação, produção material (construção), ou apreensão mental, mas como atualização. Damiani (2012) argumenta que o corpo seria uma espécie de última resistência a um processo que lhe constrange e aliena. Mediação necessária, mas também *locus* de luta, de resposta ao espaço absoluto. Nas palavras de Mombaça⁴ “O campo de batalha onde dançamos essa guerra é o corpo.” (p.17). Ao recalcar essa dimensão, o espaço abstrato transforma a sexualidade em genitalidade, biologizando o corpo e reduzindo-o a suas funções reprodutivas.

Procurando montar um esquema capaz de explicar como isso ocorre, Lefebvre estrutura seu pensamento por meio de tríades, cujos vértices estão em movimento dialético, figura dinâmica que visa explicar as formas de compreensão das realidades por ela discutidas.

⁴MOMBAÇA, Jota. **Não se nasce mostra, tampouco uma se torna**. In: CIDADE QUEER; LANCHONETE.ORG; MUSAGETES. Cidade queer, uma leitora. São Paulo: Edições Aurora, Publication Studio SP, 2017.

A mais famosa, e que diz respeito a essa ontologia do corpo produtor do espaço, é sua tríade espacial, assim organizada:

Prática espacial: produção e reprodução do espaço social de determinada sociedade, dada através de um lento processo de repetição e busca de coesão na sua ação. Enquanto simultaneidade temporal, essa ação coletiva é interação e comunicação no cotidiano.

Representações do espaço: relacionado aos sistemas de significado e conhecimento de um espaço conceitual. Pertence àqueles que estudam o espaço, dentre os quais os arquitetos, e que o imaginam, o apresentam e o representam socialmente. Discurso.

Espaços de representação: seria a interpretação desse discurso, segredo na vida vivida. Aquilo que não pode ser falado mas sim experienciado: dimensão simbólica do espaço.

É no corpo, enquanto totalidade prático-sensível, que podemos imaginar um “decentramento e recentramento do conhecimento” (LEFEBVRE, 1992, p. 62, tradução nossa). Esse corpo total e totalizante é que ocupa o espaço ao mesmo tempo que o produz, conectando o vivido, o concebido e o percebido (outra tríade lefebvriana ligada à produção do espaço). Enquanto corpo passivo (sensível) e ativo (trabalhador), é no espaço que converge sua existência integral, e é pelo gesto que produz espacialidade. O gestual mobiliza e ativa o corpo total. Como anuncia o filósofo, “Corpos eles mesmos geram espaços, que são produzidos por e pelos gestos. A ligação entre os gestos corresponde à articulação e conexão de segmentos espaciais bem definidos, segmentos que repetem, mas cuja repetição dá campo à novidade.” (1992, p. 216, tradução nossa). Assim, perfazendo-se no ato pelo gesto, o corpo produz um espaço diferencial, num ritmo (estudado pelo método lefebriano da *ritmoanálise*) que mobiliza os três vértices das duas dialéticas antes apresentadas.

Henri Lefebvre inspirou e ainda inspira gerações de pensadores, que vão de David Harvey e sua discussão sobre justiça social e direito à cidade, até Edward Soja, geógrafo que popularizou os conceitos lefebvrianos luz às discussões da pós-modernidade. Tais ideias pousam no Brasil pelo grupo de estudo de José de Souza Martins, organizado entre 1976 e 1993, tendo se desdobrado na criação do Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (GESP). Esse grupo é um dos principais locais de reflexão acerca da obra lefebvriana hoje no país. Na coleção

de livros “Metageografia”⁵, o grupo discorre sobre o ambicioso projeto do pensador em refletir sobre a filosofia em suas bases gerais. Buscando o resgate da integralidade do saber, critica-se a imposição do tempo linear que teria marcado a modernidade, e a transmutação do desejo em investimento econômico. Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos, outro grande debatedor do esquema lefebvriano, essa nova filosofia estaria “na trilha das profundas transformações que atingem a relação espaço-tempo a partir do final do século XX, a estrutura social se reorganiza em torno de parâmetros alheios ao corpo lógico da modernidade.” (2015, p. 43)

Assim, o *spatial turn* seria uma resposta ao já discutido privilégio do tempo na episteme das ciências humanas, inclusive da geografia e da arquitetura. Essas reflexões caminham lado a lado com a crise do funcionalismo da cidade e da arquitetura moderna, de tal sorte que a disciplina arquitetônica progressivamente deixa de acreditar no poder determinante do espaço. A ação humana não pode mais ser dirigida pelo projeto totalizante e totalitário do arquiteto moderno.

A versão menos radical da mudança dessa concepção de espaço pode ser visto nas correntes regionalistas da arquitetura pós-moderna, não passando incólumes pela crítica lefebvriana. O filósofo não se furtou a desenvolver julgamentos severos à teoria arquitetônica, como quando aponta para o fracasso do projeto unitário de Christian Norberg-Schulz, incapaz de analisar o espaço de forma multiparcelar (STANEK, 2011, p. 136). A simples substituição do espaço enquanto *tabula rasa* por um espaço-lugar prenhe de pré-existências não contempla o projeto radical da virada espacial, e sua correlata, a virada social (sobre ela falaremos mais adiante). O espaço, ao produzir e ser produzido pelo sujeito, traz consigo uma dualidade que, nas palavras de Martina Löw, “traz à tona a reflexão de que os espaços não existem simplesmente, mas são criados na ação, e que, como estruturas espaciais, incrustadas em instituições, guiam a ação.” (2013). Ao inaugurar o espaço como uma dualidade entre estrutura e ação, a autora permite-nos organizar o pensamento arquitetônico em bases similares, não mais considerando a ação como um ato totalmente fora das determinações espaciais da arquitetura, mas repensar o sistema arquitetônico a partir da ação.

O reconhecimento pela ação regula a expressão espacial da arquitetura. Desloca sua completude para fora da disciplina, e cobra de seus agentes uma sensibilidade outra. O conhecimento preexistente da forma social possibilita a criação de espaços significativos para as pessoas e seus corpos. É o caso de pensar como, então, operar nesse espaço. Novamente Martina Löw nos indica alguns caminhos. Para a socióloga, os espaços surgem pela associação

⁵ Notadamente no artigo: A Metageografia e a ordem do tempo. SANTOS, César. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: editora contexto, 2015. Coleção Metageografia.

que fazemos entre seres, objetos e eventos, através de uma atividade de síntese. Essa nuvem do imaginado é seguida pelo posicionamento das coisas, umas em relação às outras. O aqui ao invés do ali é uma atividade de construção. A esse processo a autora dá o nome de *spacing*, algo como espaciar em português. Assim, tanto o espaciar, quanto a síntese mental, são ações simultâneas da criação espacial. O processo de espacialização do espaço leva em consideração a dimensão política da ação humana.

A virada espacial possibilitou o florescimento de uma dupla aproximação na nossa disciplina: de um lado, repensar o estatuto ontológico do corpo e sua relação com a arquitetura; de outro, olharmos para as ciências espaciais e humanas desde um objetivo em comum: compreender o espaço. Essas novas relações desafiam-nos a resgatar a dimensão tópica da existência, que compreende que o homem é o que é em relação a onde está⁶, suplantando uma noção estática de espaço dentro do qual, ou melhor, independente do qual, homem e objeto se localizam. Nas palavras de Lúcia Pádua, ao discutir a importância do lugar em um Heidegger tardio, “*Ser implica, inescapavelmente, estar em ou pertencer a algum lugar.*”⁷. O lugar tem sido, a partir de então, uma categoria de contraposição ao espaço moderno. E, juntamente a esse lugar, um ser, ou melhor, uma forma de pensar o ser:

(...) há uma estreita relação entre lógica e espaço, e para cada tipo de lógica encontramos um espaço equivalente. Ou, ainda, cada concepção de mundo envolve uma racionalidade específica e, conseqüentemente, um tipo de espaço e tempo a ela equivalente. Na verdade, não há um ato de pensar que não considere espaço e tempo, ou seja, espaço e tempo são constitutivos do pensamento. (MARTINS, 2016, p. 73)

São vários os desdobramentos possíveis dessas viradas na arquitetura. Podemos dizer que o regionalismo crítico, assim como as práticas arquitetônicas que privilegiam a tectônica e a percepção, foram alimentadas por essas discussões. Dessa maneira vimos o surgimento de dois níveis de interpretação, em grande medida limitados, e um terceiro, pouco explorado porém com um enorme potencial crítico.

O primeiro nível diria respeito àquilo que é sensível, fenomenologia no seu sentido mais corrente, da percepção dos fenômenos. Essa primeira aproximação costuma ser alardeada por muitos arquitetos que, ao tentar uma contraposição à racionalidade moderna, apostam em estratégias fundadas no sensível sinestésico. Esquecem que mesmo a mais abstrata das

⁶ Essa máxima foi desenvolvida pelo geógrafo Elvino de Souza Martins no seu curso da Pós-graduação, “Ontologia e Epistemologia em Geografia”, dado na FFLCH USP.

⁷ PÁDUA, Lúcia. **Como Ponta de Lança: o pensamento do lugar em Heidegger**. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Weerther; OLIVEIRA, Lúcia de (orgs.). Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 193-225.

arquiteturas pode ser compreendida por essa chave, ou seja, que toda obra possui qualidades sensíveis. É o caso de se perguntar quais as limitações dessa pesquisa estética e, mais do que isso, qual sua objetividade social ou qual seu potencial crítico para além do “espaço literário” de que fala Blanchot⁸.

O segundo nível foca-se no lugar, donde a influência do conceito de *genius loci* fenomênico em expressões teóricas como o racionalismo do arquiteto italiano Aldo Rossi. Esse pensamento deve muito à quadratura heideggeriana, que relaciona o céu e a terra, o ser e o divino. Esse nível trouxe uma série de contribuições importantes à crítica pós-moderna dos anos 1970 e 1980, mas também apresentou um rápido esgotamento devido ao tom regressivo que imprime aos processos de internacionalização contemporâneo.

Por fim, o ultimo nível possível, que é o que mais nos interessa, fala das questões do lugar em contraponto ao espaço, e pressupõe uma virada ontológica no pensamento arquitetônico que significaria, na prática, abandonar as expressões abstratas do espaço moderno. A estetização da qualidade isotópica do espaço seria substituída por uma sensibilidade telúrica, histórica, processual. Uma vez que a arquitetura passa a observar a produção humana para além de seu próprio saber de forma não-instrumental, ela se afasta, mesmo que não por completo, de todos os riscos envolvidos nas traduções intersemióticas que tanto marcaram esses anos (como o da dobra deleuziana nos anos 1990). Ainda sob o risco de operar conceitos extra-arquitetônicos, arriscamo-nos a partir do próprio pensamento de Heidegger sobre o espaço (PÁDUA, 2008), no qual “pode-se afirmar, no que se refere à obra arquitetônica, que esta não está no espaço, mas que o próprio espaço aparece através dela.” (p.187). A potente imagem de uma arquitetura que é espaço, e não está contida ou o contém, configura esse terceiro nível de leitura.

Psicanálise, história, filosofia, sociologia, semiótica, matemática. Se há uma qualidade compartilhada pelo pensamento arquitetônico do pós-segunda guerra definitivamente foi sua abertura às várias expressões do conhecimento. Podemos dizer com firmeza que esse movimento de apropriação do espaço pelas ciências humanas deu-se de forma bidirecional. Assim como o espaço vira categoria central no pensamento a partir dos anos 1960, o mesmo teria ocorrido com as ciências sociais – tais como sociologia e antropologia – nos debates concernentes à arquitetura⁹.

⁸Espaço literário pode ser definido como o universo infinito de possibilidades da leitura criativa sobre os eventos da vida, sem contudo constituir um objetivo crítico. Cf. TAFURI, Manfredo. **Arquitetura e Historiografia. Uma proposta de método.** Trad. Luis Fabio Antonioli. In: *Desígnio*, São Paulo, nº 11/12, 2011.

⁹ALLWEIL, Y. **Beyond the spatial turn: architectural history at the intersection of the social sciences and built form.** In: CONFERÊNCIA - The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging

Até agora falamos de espaço, lugar e corpo. Mas e o corpo generificado, o corpo sexuado e a sexualidade? A virada espacial não passará incólume pelas teorias feministas, assim como estas não deixarão de influenciar sobremaneira diversos estudos nos campos afins. As diversas trocas e contaminações de um campo no outro foi denominado *cultural turn*¹⁰, e inclui diversas “viradas”, como a espacial, a linguística e a social. Em cada contexto, elas representaram tentativas de superação, ou reposicionamento disciplinar, das ciências modernas em seus campos. Conforme desenvolve Allweil (2010), foi esse o caso do espaço para Foucault e Lefebvre, mas também de seus estudos para a arquitetura. De forma irônica, questiona: “se o espaço é uma arena tão importante de estudo, por que motivo os acadêmicos que lidam com o espaço (por exemplo, historiadores da arquitetura e geógrafos) não se debruçam sobre temas sociais como classe, raça e gênero?” (p. 6-7, tradução nossa). Para o autor, esse movimento representaria uma traição aos limites disciplinares da arquitetura, mas foi exatamente o que ocorreu a partir dos anos 1960.

O autor finaliza seu texto afirmando que a *social turn*, ou virada social, teria significado para a arquitetura uma reforma em seu campo de atuação e pensamento. Tal reforma, ou reformulação, teria permitido uma aproximação a autores como os filósofos franceses supracitados¹¹. Algumas das principais obras do período acessadas pelos arquitetos foram *Vigiar e Punir* (1975), de Michel Foucault, e *A produção do Espaço* (1974), de Henri Lefebvre. Em comum, o protagonismo que o corpo ganha nas discussões sobre o espaço. Nas palavras de KUHLMANN (2013):

O principal argumento da teoria de Lefebvre é que todo o espaço social é derivado do corpo e que todo espaço tem um significado social. A dimensão social não é, nesse caso, uma característica subordinada de certos tipos de espaços: tudo é ontologicamente espacial. O que se segue é que as fronteiras entre os objetos e o eu são subordinadas. O espaço, assim como a sociedade, participa da construção dos limites do eu, mas o eu também sou projetado na sociedade e no espaço. O elemento mediador entre o eu como realidade viva

Approaches to the Study of the Built Environment. 2010, Berkeley: University of California, 2010, 30 abr. a 1 mai.

¹⁰BACHMANN-MEDICK, Doris. **Cultural Turns: New Orientations in the Study of Culture**. Berlin: De Gruyter, 2016. Sobre uma visão mais crítica acerca do impacto dos estudos culturais na arquitetura e na cidade, ver: ARANTES, Otilia B. F. O "cultural turn" no discurso sobre a cidade. **Rua**, Campinas, Número Especial:89-99, 1999.

¹¹Ambos, Lefebvre e Foucault, são colocados lado a lado em diversos estudos, como pontes entre o espaço e o corpo. Cf. BEEBE, Kathryn; DAVIS, Angela. **Space, Place and Gendered Identities: Feminist History and the Spatial Turn**. Londres: Routledge, 2015; KUHLMANN, Dörte. **Introduction**. In: _____. *Gender Studies in Architecture: space, power and difference*. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

e as estruturas espaciais-arquitetônicas da sociedade é o corpo.” (2013, p. 4-5, tradução nossa)

Como unidade mínima, espécie de forma mediadora entre sociedade e lugar, o corpo vai ganhando protagonismo crescente na arquitetura, cada vez menos como fundação de uma linguagem operativa (à maneira das tratadísticas clássicas) e cada vez mais como *locus* de reflexão. Mais ainda, o próprio corpo é objeto de pesquisa, sua feitura é um processo contínuo, pouco afeito à estabilidade, que solicita de nós agenciamentos complexos entre o que desejamos e o que é esperado de nós. Nas palavras de Judith Butler “As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos” (HOLLANDA, 2019, p.216). É de se refletir: se nossos corpos não são dados passivos, assim como o espaço, então é na produção dos corpos que o próprio espaço se produz. Haveria, portanto, uma tessitura ainda pouco explorada pela teoria arquitetônica, mas que nos diz respeito diretamente. Seria possível afirmar que a construção de nossa corporalidade é, também, construção de nossa espacialidade?

Ainda que não seja objetivo das tríades lefebvrianas dismantelar por completo a pretensão arquitetônica de sua prevalência sobre a construção do espaço¹², sua estrutura desestabiliza o otimismo do projeto como máquina de emancipação humana. Se não somos mais a única, principal ou exclusiva maneira de fabricar espaço qualificado, o que nos sobra? Onde nos posicionar? Foucault, quando lança a máxima de que a garantia da liberdade é seu exercício¹³, tira do arquiteto o peso que ele mesmo colocou sobre o desenho. Liberto da função de libertar à si e à humanidade, o arquiteto aceita seu estatuto social de agente, dentre tantos outros, da prática espacial. Retomando Michel Foucault:

Os homens já sonharam com máquinas libertadoras. Mas não há máquinas de liberdade, por definição. Isso não significa que o exercício da liberdade seja completamente indiferente à distribuição espacial, mas só poderá funcionar quando houver uma certa convergência; no caso de divergência ou distorção, torna-se imediatamente o oposto do pretendido. (FOUCAULT apud HAYS, 2017, p. 434)

Compreender gênero e sexualidade em sua dimensão corporal significa estudar o espaço na produção lefebvriana para além da representação do espaço. Relembrando sua tríade, como operar a partir da noção de espaços de representação e práticas espaciais? Alexander

¹² A essa altura recordemos a centralidade que o espaço tem para a arquitetura nas suas narrativas de origem. Um exemplo é a discussão levada a cabo por Bruno Zevi em seu livro *Saber Ver a Arquitetura* (1948), no qual o teórico italiano defende que a arquitetura só existe se há espaço interno, chegando a afirmar, por exemplo, que o Partenon não é arquitetura.

¹³ RABINOW, Paul. Space, Knowledge, and Power – entrevista com Michel Foucault, 1982. In: HAYS, M. (ed.). **Architecture Theory since 1968**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

Cuthbert nos indica alguns caminhos. Ele aponta como a partir dos anos 1980, as questões de gênero discutidas pelo feminismo começam a incidir com força sobre o pensamento geográfico, com algum reflexo na arquitetura, citando as publicações *Change of Plans* (1995) e *Women and Planing* (1994). Como veremos, o tema surge na arquitetura desde pelo menos os anos 1970, inserido, portanto, na tendência segundo a qual “O conceito de gênero e espaço generificado desafiaram o conceito de classe social e suas implicações para a reconstrução social, e o fazem ainda hoje.” (CUTHBERT, 2011, tradução nossa). A conclusão é resultado de uma progressiva reflexão sobre como o gênero aparece no urbanismo desde pelo menos o começo dos anos 2000, quando o primeiro volume é publicado. Fica claro, ao ler os capítulos sobre os temas como a categoria passa de mais uma das várias formas de estudar cidade para uma revisão geral na maneira de compreendê-la.

O pensamento feminista, e, posteriormente, o *queer*, capacitam-nos a pensar além da mera reconstituição do pensamento por preenchimento de vácuos históricos. A discussão sobre a identidade de gênero e sexualidade permitiu o florescimento de uma gama de discussões nas mais diversas áreas do conhecimento humano, a ponto de influenciar questões relacionadas à moral e à ética.

Judith Butler, filósofa central na chamada terceira onda feminista e também na teoria *queer*, discute como repensar a ética a partir de uma dura crítica aos valores universalistas do iluminismo. Em seu livro “Relatar a si mesmo” (2015) discorre sobre como a universalidade pode, por vezes, ser violenta¹⁴. Ignorar as condições sociais nas quais o sujeito se forma significa homogeneizar o fato social e torná-lo mensurável, transparente para suas partes constituintes. Lukasz Stanek, ao ler Lefebvre, também nos recorda que “Há uma violência intrínseca à abstração, e ao uso prático (social) da abstração.” (2011, p. 413, tradução nossa). Contra isso Butler advoga por uma ética da opacidade, por visualizar que seria impossível conhecer-nos a nós mesmos, já que somos atravessados por forças, como a linguagem, que nos são estranhas *a priori*:

Com efeito, se é justamente em virtude das relações para com os outros que o sujeito é opaco para si mesmo, e se essas relações para com os outros são o cenário da responsabilidade ética do sujeito, então se pode deduzir que é justamente em virtude da opacidade do sujeito que consigo que ele contrai e sustenta alguns de seus vínculos éticos mais importantes. (BUTLER, 2015, p.32)

¹⁴Nas palavras da autora: “Se ela ignora as condições sociais, que também são as condições sob as quais toda ética deve ser apropriada, aquele *éthos* torna-se violento.” (BUTLER, 2015, p.16)

Uma ética fundamentada no outro e no próprio desconhecimento de si coloca no centro da subjetividade uma condição de fragilidade ontológica. A princípio esse modelo suplantaria qualquer projeto de totalização, mas não é o caso de afirmar sua impossibilidade, apenas de destacar como esse projeto ético resiste como afirmação da diversidade. Tanto o espaço fragmentado quanto o apagamento da diferença são procedimentos que só podem ser executados mediante força, portanto é o caso de afirmar a rugosidade do tecido social e suas diversas composições e recomposições. A aproximação a uma realidade social solicita, a todo momento, a interpelação do outro. Uma moral centrada no “tu” ao invés do “eu”.

Superando o niilismo apressado de que tudo se equivaleria, já que cada um seria um universo incognoscível e incomparável, Butler discute a questão da singularidade e substituibilidade como parte de um processo que nos individualiza, ao mesmo tempo que permite um posicionamento coletivo. Como diz a autora, todo e cada papel é um *este* pedaço de papel (BUTLER, 2015, p.49) Despossuir-se não significa um total desconhecimento de si, mas apenas ter consciência desse constante “relato de si”, dessa performance que nos formula a todo instante, sempre segundo uma moldura social determinada. Em síntese, haveria algo de mim, sobre o que eu não seria capaz de falar, mas que não me impede de me produzir como indivíduo. Reconhecer essa incompletude nos conduziria à questão tão bem colocada por Rancière: “o que pensas disto?” (2004, p. 60).

De forma geral essa discussão ética acompanha um movimento de recuperação do estatuto ontológico do “outro”, amplamente discutido nas teorias descoloniais, do movimento negro e mesmo do movimento LGBTQ+. No pensamento feminista, Simone de Beauvoir é uma das principais autoras a discutir o “Outro”, que, segundo a autora, é a mulher, vista como objeto pelo homem, algo funcional e à disposição. A pensadora do feminismo negro Grada Kilomba leva esse conceito adiante, e chega a falar que a mulher negra é o “Outro do Outro”¹⁵, já que esta não é nem branca, em relação à mulher branca, e nem homem, se comparada com o homem negro. As reivindicações políticas dos diversos grupos oprimidos e marginalizados contamina e sensibiliza um corpo acadêmico que traz para si a discussão do conhecimento e sua relação com o poder, atingindo, também, o discurso arquitetônico, especialmente sob o tema da alteridade.

Seguindo a caracterização de Mary McLeod sobre o tema¹⁶, podemos dizer que, de um lado, há o grupo de arquitetos que sofre grande influência do pensamento de Jacques Derrida,

¹⁵RIBEIRO, 2019, p.35-36.

¹⁶McLEOD, M. “**Everyday on “Other” Spaces**, em: COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. Architecture and Feminism. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

notadamente Peter Eisenman, Mark Wigley, Bernard Tschumi entre outros nomes ligados ao IAUS de Nova York¹⁷. Desse grupo, devemos destacar Diana Agrest, uma das primeiras pensadoras a discutir a questão do gênero em arquitetura. Não por acaso seu livro *Architecture from Without* (1991), lança-se a discutir exatamente aquilo que estaria fora da disciplina, o que até então não havia sido visto ou considerado em sua importância. Ainda assim, Mary McLeod destaca como esse pensamento que procura identificar o outro nas relações binominais, bem à voga pós-estruturalista, descola-se de uma avaliação do real, tornando aquela reflexão alienada.

Ainda que Eisenman desenvolva um ambicioso projeto de crítica ao humanismo clássico e sua presença persistente no modernismo¹⁸, ele compreende o sujeito enquanto um corpo que tece “percepções sucessivas no tempo”, procedimento mental de apreensão espacial. Não por acaso em seus diversos desenhos e fotos de projeto a figura humana nunca está presente. Corpo genérico e abstrato, contradiz, em certa medida, sua própria ambição de superar as três ficções da arquitetura clássica: a representação, a razão e a história¹⁹. Pensando um tempo não-tautológico, Peter Eisenman formula uma antropocentrismo às avessas:

Mas, devido a desenvolvimentos e mudanças na tecnologia, filosofia e psicanálise modernos, a grande abstração do homem como medida de todas as coisas, como presença originária, não pode mais ser sustentada, mesmo que persista na arquitetura de hoje. (2006, p. 582, tradução nossa)

Mesmo que o desconstrutivismo seja, dentre todas as correntes pós-modernas na arquitetura, a que enfrenta de maneira mais radical a questão do corpo, ela sempre o faz a partir de operações de abstrações sucessivas do corpo. Este, assim como a arquitetura, é transformado em texto, e não corporeidade. Porém se Eisenman insiste em “ler a arquitetura como um texto” (2006, p.241), Bernard Tschumi envereda por outros caminhos.

Ao afirmar que “a materialidade e a lógica do corpo se opuseram à materialidade e à lógica dos espaços” (2006, p.180-181), o autor critica o “corpo-como-objeto” cartesiano advogando, pelo contrário, por um “corpo-como-sujeito”²⁰, capaz de buscar o erotismo e a experiência do prazer através da arquitetura²¹. Em ambos os autores, mas também em Agrest,

¹⁷O Institute for Architecture and Urban Studies (IAUS) foi um centro de estudos criado em 1967, sediado em Nova York, e que rapidamente tornou-se uma referência nas discussões teóricas e críticas nos Estados Unidos e mundo. Por ele passaram nomes tão díspares quanto Manfredo Tafuri e Rem Koolhaas.

¹⁸EISENMAN, Peter. **O fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim**. In: NESBITT, Kate (org.) Uma nova agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

¹⁹EISENMAN, Peter. **Moving Arrows, Eros and Other Errors: An Architecture of Absence**. In: HAYS, M. (ed.). **Architecture Theory since 1968**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

²⁰TSCHUMI, Bernard. **Arquitetura e Limite III**. In: op. cit.

²¹TSCHUMI, Bernard. **The Architectural Paradox**. In: op. cit.

a figura do outro não se comunica diretamente com uma externalidade disciplinar, pelo contrário. O radicalismo das propostas desses pensadores está exatamente em desmontar um sistema hierárquico de pensamento, fundado na razão clássica, agindo dentro da própria arquitetura, de sua própria linguagem. O resultado formal é, não por acaso, muitas vezes tido como elitista²².

Um segundo grupo que discorre sobre o tema do “outro” na arquitetura teria sido influenciado pelo pensamento de Michel Foucault, e seria constituído por figuras como Catherine Ingraham, Anthony Vidler e Aaron Betsky. Apesar de trazer alguns avanços em relação ao desconstrutivismo na arquitetura – talvez por não ter sido lido de forma tão instrumental quanto Derrida – o pensamento de Foucault apresenta restrições. Em sua discussão sobre a heterotopia, ele desconsidera exatamente os espaços mais comuns, ou vulgares, da prática cotidiana, como a rua, o trabalho, e a casa:

Um problema primordial da teoria pós-estruturalista em geral e da teoria da arquitetura contemporânea especificamente é a omissão de quaisquer conexões entre uma noção abstrata de “outro” e a situação social real das mulheres - conexões que parecem seguir as preocupações iniciais de seus proponentes. (McLEOD, 1996, p.8, tradução nossa)

Essa autora lança um desafio: superar a maneira como as discussões pós-estruturalistas na arquitetura tem conduzido o tema do “outro”. Ironicamente, ao rejeitar o monólogo masculino, a teoria arquitetônica dos anos 1980 e 1990 transformou o feminino em algo essencializado, homogeneizando suas expressões sob a categoria Mulher. E, mais do que isso, transformou sua posição de alteridade em ausência, eliminando as expressões reais do feminino. Em suma, reproduziu-se um padrão estruturalista de abstração da mulher e de sua determinação cultural. Atrás de uma saída, McLeod busca na vida quotidiana, discutida por Lefebvre e Michel De Certeau²³, formas de resgatar as expressões da concretude dessa mulher.

²²Cf. JENCKS, Charles. **Arquitectura internacional: últimas tendencias**. Barcelona: Gustavo Gili Editoria, 1989, p.250, 265-265. 268-269.

²³ DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, v.I e II.

2.2 O corpo na arquitetura

Uma imagem-força para compreender as questões aqui levantadas é a do homem vitruviano, concebido por Leonardo Da Vinci no final do século XV. Após inúmeras tentativas malfadadas de recompor as proporções do corpo humano partindo de leis da matemática, finalmente logrou-se localizar um esquema perfeito entre as partes e o todo do corpo, e, delas, com a geometria do quadrado e o círculo. A obsessiva busca pelas relações imutáveis do corpo na natureza seria uma forma de decodificar a regra divina. Séculos depois esse ímpeto não teria se perdido por completo, e é famoso o estudo de Le Corbusier sobre a matemática do corpo humano no Modulor. Como nos recorda Robert McAnulty²⁴, “O corpo vitruviano, sujeito à análise metafísica, foi substituído pelo corpo manipulável, operado a partir de treinamento e controle.” (p. 183, tradução nossa). O purismo arquitetônico do começo do século XX se apoiava numa ordem geométrica imposta sobre entes passivos: a arquitetura, a cidade, o corpo. O único corpo ativo era o masculino:

Como o clímax da linha reta, a masculinidade branca se torna arquitetura, e a arquitetura se torna a pura forma masculina branca. A nudez sugere, para Le Corbusier, não a natureza, mas a ausência da natureza, um ideal geométrico cujo talento purifica e ordena a natureza. Como tal, não tem defeitos, não tem a necessidade de se cobrir com ornamentos. (BROOKS apud HOOPER, p.69, tradução nossa)

O homem nu, na tradição clássica, era o ápice da razão matemática no mundo sensível. A natureza e o “outro”, como a mulher, deveriam ser objetificados e submetidos à linha do arquiteto, motivo que leva Corbusier a afirmar que “Quando não faço mais arquitetura, vejo tudo como uma mulher” (BROOKS apud HOOPER, p.57, tradução nossa). A dominação do corpo da mulher, transformado em página em branco, é fruto de uma violência simbólica (se bem que por vezes física, como no caso das incursões persecutórias do arquiteto na casa E.1027 de Eileen Gray²⁵)

Menos comprometido com uma agenda teórica militante, os manuais ergonômicos de Neufert também participam dessa operacionalização sobre o corpo humano. Ainda que sob um discurso de neutralidade técnica, reforçam uma ideologia machista os estereótipos de masculinidade quando representam um homem banhando-se e a mulher limpando o mesmo

²⁴McANULTY, Robert. **Body Troubles**. In: BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.). *Strategies in Architectural Thinking*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.

²⁵COLOMINA, Beatriz. **Battle Lines: E.1027**. In: AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. *The Sex of Architecture*. Boston: Harry N Abrams, 1996.

ambiente²⁶. Em comum, uma visão linear da história, cuja origem filosófica se encontraria no tempo escatológico judaico-cristão. Deus teria sido substituído pela máquina, e o destino divino, pelo destino manifesto. Associado ao espaço cartesiano, o corpo clássico e moderno constituem um complexo que orientou a prática arquitetônica por séculos.

Em sintonia com o horizonte universalizante da modernidade, vale lembrar que o corpo clássico e moderno é branco e masculino. Sua força está em velar sua determinação histórica e criar um modelo naturalizado. Devemos notar como desde as ordens clássicas reproduzimos a hierarquia sexual das sociedades antigas. Ainda que existissem ordens arquitetônicas femininas (nem sempre a inviabilização se dá pelo desaparecimento), elas eram sempre tidas como inferiores às masculinas.

Teórico italiano do renascimento, Filarete afirma que tudo deriva do corpo masculino. O homem seria, indubitavelmente, o Pai Criador da existência, assim como o próprio Deus, que ninguém duvidaria, é homem. Para projetar o edifício perfeito, deveríamos usar a ordem masculina: a dórica. O uso do ornamento jônico ou coríntio, associados a valores femininos, seria relegado a edificações de menor importância. A mulher, vista por muito tempo como um homem não-desenvolvido, teria sua expressão nas ordens menores, de tal forma que:

O argumento inicial, de que o corpo humano representa a medida de todas as coisas na arquitetura, tornou-se o credo da história da construção Ocidental. No entanto, isso significava principalmente o corpo *masculino*, porque muitos filósofos e teóricos consideravam o corpo feminino como uma versão defeituosa do corpo masculino perfeito. (KUHLMANN, 2013, p. 100, tradução nossa)

A busca da abolição do ornamento pela arquitetura moderna, como propagada pelo Adolf Loos, seria a radicalização desse discurso. O próprio Loos critica o aspecto têxtil das obras de seu contemporâneo Otto Wagner, como na Majolica Hause (1899), muito porque o tecido seria um falseamento da superfície, algo aplicado sobre a estrutura. Porém, é ao dar estatuto de crime ao ornamento, inspirado na criminalística de Cesare Lombroso, que Loos atinge sua crítica mais veemente. Segundo artigo de George Hersey²⁷, “o ornamento é particularmente decadente porque a mulher o deseja. Cada uma dessas ideias reaparece nos escritos de Loos.” (p. 28, tradução nossa). Ainda assim o argumento não se sustenta, já que para

²⁶Existem alguns textos mais recentes que discutem a questão da ergonomia na arquitetura a partir de corpos dissidentes. Cf. HOSEY, Lance. Hidden Lines Gender, Race, and the Body in Graphic Standards. **Journal of Architectural Education**, v. 55, n. 2, Gender and Architecture, p.101-112, nov., 2001.

²⁷HERSEY, George. **Why should woman but not building be ornamented? Reflections on Adolf Loos**. ANY: Architecture New York, No. 4, Architecture and the Feminine: Mop-UpWork, jan/fev 1994. p. 28.

Loos, mesmo expurgado, o ornato deveria estar presente no corpo feminino. Segundo o arquiteto austríaco as mulheres precisavam se ornar para atrair o homem, exercendo assim uma função sexual de primeira importância pois garantiria a manutenção de espécie.

Analisando essa questão, trabalhos como o de Jennifer Bloomer²⁸ pretendem construir, através de uma análise semiótica, uma arquitetura feminina radical (como veremos adiante, ela advoga que uma arquitetura feminista *per se* seria impossível). Ao discutir ornamento segundo o conceito deleuziano de suplemento, como aquilo que excede mas é fundante, ela mostra que seu interesse é entender “como a dupla ornamento/estrutura tem tido, através da história da cultura Ocidental, uma relação acrítica com o par feminino/masculino e nas ramificações desta para a arquitetura enquanto produção cultural.” (p. 9, tradução nossa) Suas decupações dos termos da linguagem arquitetônica compõe uma colagem que explora a história construtiva de cada elemento, subvertendo suas funções ornamentais e/ou estruturais.

Assim como Bloomer, Xenia Kokoula busca construir uma ontologia que supere o que chama de “um corpo integral e completo rodeado e constrangido em esferas espaciais que são firmemente colocadas em um universo cartesiano pré-existente” (KOKOULA, 2017, p. 21, tradução nossa). O trecho a seguir fala dessa humanidade pós-humana²⁹, aprofundando o conceito de “bodyspace”, de Martina Low³⁰, que propõe um outro complexo corpo-espço, na qual o espaço não precede mais o corpo mais é constante e ativamente moldado por este. Fala também do conceito de grotesco de Timothy Morton e Mikhail Bakhtin, assim definido:

Posteriores à Bakhtin, existem três atributos principais do que podemos chamar de *espaço-corpo* grotesco: sua penetrabilidade e abertura, sua inextricabilidade do mundo material, o espaço circundante, a terra e, finalmente, sua processualidade. O corpo grotesco ‘é um corpo no ato de se tornar. Nunca está terminado, nunca está concluído; é continuamente construído, criado, e constrói e cria outro corpo. Além disso, o corpo engole o mundo e é ele próprio engolido pelo mundo. (p. 15, tradução nossa)

Um constante fluir e refluir gerado pelo corpo que engole e é engolido pelo mundo, associado a seguir com o *stickness*, algo como o ser grudento, de Sara Ahmed. Segundo a autora, essa viscosidade aderente do mundo seria uma mescla ontológica de diferentes entidades, como o corpo, os discursos, as palavras, os signos etc. Mais do que definir fronteiras,

²⁸Notadamente: BLOOMER, Jennifer. **Abodes of Theory and Flesh: Tabbles of Bower**. Assemblage, no.17, p.6-29, abr. 1992; BLOOMER, Jennifer. “**D’OR**” (For Donnie). In: COLOMINA, Beatriz (org.) *Sexuality and Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

²⁹ KOKOULA, Xenia. **Opening up Bodyspace: Perspectives from Posthuman and Feminist Theory**. In: FOOTPRINT. Prinsenebeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

³⁰LÖW, 2016.

o grotesco e o aderente subvertem as hierarquias tradicionais, como as do espaço público e o privado. Não por acaso, o conceito de aliança dos corpos de Butler soma-se para falar da dimensão da precariedade associada a uma necessidade de ação política que solicita dos diferentes uma coreografia dos corpos na luta por suas reivindicações. Mais do que alinhados por suas semelhanças, travaríamos um diálogo pelas dessemelhanças.

Com a morte do homem clássico, também entram em risco os espaços tradicionais de representação. Ao perguntar quais seriam as consequências, para a arquitetura, da morte do Homem, McAnulty³¹ se preocupa com o fim do próprio corpo como o conhecemos. O corpo pós-humano solicita de nosso campo um outro entendimento de sua presença, já que explicá-lo por sua carnalidade não seria mais suficiente. Nesse sentido, os sistemas analógicos e antropomórficos parecem esgotados, o que leva o autor a afirmar:

Ambos insistem em um modelo que conceitua o corpo como um sujeito interiorizado que se projeta em um mundo exterior. Como tal, ambos falham em responder aos desafios colocados pela formulação de Foucault do sujeito como exterioridade pura, o produto da inscrição das relações de poder na cultura. E, ao não responder à crítica de Foucault, os modelos psicanalíticos e fenomenológicos nos falham de duas maneiras. Primeiro, por não estarem dispostos a propor uma alternativa a um modelo baseado em projeção analógica, não conseguem deslocar a posição preeminente do sujeito humanista no discurso arquitetônico. Segundo, e talvez mais importante, em sua recusa em formular a questão do corpo-arquitetura em termos relacionais, eles não oferecem uma possibilidade de responder a ela em algo que não seja figurativo. Tendo concluído que o corpo figura a arquitetura, não há opção a não ser explorar as linguagens de renovação ou retorno; dificilmente o terreno mais fértil de uma cultura cujas estruturas relacionais ainda estão a ser mapeadas.” (p. 191, tradução nossa)

A compreensão do corpo a partir de métodos relacionais, em vez de figurativos, estaria presente em obras de arquitetos como Diller Scofidio+Renfro, como *The Notary Rotary and his Hot Plate* (1987) e *The with drawing room* (1987). Ao falar de gênero, McAnulty analisa as instalações *The Bride's Armor* (1987) e *The Bachelor longs for his object of desire* (1987), ambos da última exposição citada, o *Hot Plate*. Apesar de serem limitadas, essas obras tomam a reformulação das relações corpóreas a partir da crise do humanismo. O corpo pós-estruturalista que daí surge abandona as operações clássicas de relação do corpo com o mundo, e aponta para um paradigma que “reconhece uma reciprocidade fundamental (inter-relacionalidade) entre o corpo e o mundo.” (p. 187, tradução nossa).

³¹McANULTY, Robert. **Body Troubles**. In: BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.). *Strategies in Architectural Thinking*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.

No Brasil a pesquisa da professora da UFBA Paola Berenstein Jacques é pioneira nesse diálogo entre o pós-estruturalismo francês e a produção de uma teoria arquitetônica corporal. Através de seus escritos sobre corpografia e cidade³², discute como o corpo funcionaria à maneira de uma *anti-khora*, ou seja, um receptáculo que afeta tudo que por ele passa, e no qual tudo fica retido. O registro da memória urbana na nossa carne é a inversão completa do planejamento moderno, já que este era configurado a partir da expulsão dos corpos e da fixação do olhar distanciado e regulador. O corpo, docilizado, circulava por necessidade, segundo uma função de ir daqui até ali, alienado da fruição do “corpo lento” de que fala Milton Santos.

Uma cidade pensada a partir dessas inscrições abriga, na imaginação da autora, os diversos ritmos corporais que através de gestos de microrresistência se opõe a um projeto neoliberal de espetacularização da vida. Não por acaso seriam exatamente os corpos oprimidos, excluídos e recalcados pelo poder patriarcal e capitalista que constituiriam o que Foucault chama de “uma nova rede de inscrição e a nova avaliação das heterotopias” (2013, p. 54). Heterotopia seria, em sua teoria, um lugar com qualidades excepcionais no tecido da normalidade. Espaços privilegiados de análise e estudo, como a prisão, o hospital ou a escola. Enquanto “utopia com lugar e hora”, seriam rupturas da vida ordinária³³.

De qualquer forma, o corpo ganha um relevo, em Foucault, que não deixará de ser percebido nos anos seguintes. Se antes o não-lugar seria a utopia imaginada, agora o corpo ocuparia essa posição, a partir da qual se “irradiam todos os lugares possíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 14). O corpo é sempre um lugar, mesmo que suspenso em relação à normalidade: “Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo. Meu corpo, topia implacável.” (FOUCAULT, 2013, p.7) E corpo, em Foucault, é sempre corpo sexuado (mas não generificado, como lembra Teresa de Lauretis³⁴) O corpo é a categoria que articula as questões políticas da vida sexuada com aquelas abstratas do pensamento arquitetônico. O corpo tem essa qualidade intrínseca de sintetizar, adensar todo o drama da vida. Não há vida sem corpo. Mas...de que corpo estamos falando? E de que formas, afinal, esse corpo aparece na arquitetura?

³²JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas. *Arquitextos***, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

³³Um bom artigo sobre como esse conceito é lido a partir da arquitetura é: TEYSSOT, Georges. **Heterotopias and the History of Spaces**. In: HAYS, M. (ed.). *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

³⁴ LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Um possível ponto de partida seria analisar as antologias – gênero literário cada vez mais comum a partir dos anos 1990 – não por acaso é o principal gênero consultado pela nossa pesquisa. Karn Burn faz uma revisão bibliográfica do tema do gênero nas antologias da arquitetura³⁵. Conclui que nos sete livros estudados, estariam presentes apenas seis ensaios que versariam mais ou menos sobre o assunto. Não só isso indicaria uma presença bastante incipiente do tema nos livros de crítica e teoria, mas principalmente que os textos presentes incorreriam no enorme risco de subrepresentar a diversidade e pluralidade do assunto.

Apesar de percorrer um período de 14 anos, entre a primeira publicação de 1996 e a última, de 2010, a autora identifica que as antologias são incapazes de diferenciar com clareza as correntes teóricas concernentes aos temas propostos. Como exemplo, fica pouco claro de que feminismo se fala, se aquele estruturalista dos anos 1980 ou o pós-estruturalista dos 1990 em diante. Como resultado, teríamos: “estudadas coletivamente, essas antologias produzem um estranhamente antiquado retrato de gênero e prática feminista. Elas remodelam um corpo complexo de teoria de gênero dentro dos pontos de referência de corpo, biologia e sexualidade.” (p. 1251, tradução nossa). Ou seja, após lermos tais livros, teríamos a impressão de que o pensamento feminista na arquitetura parou nas discussões essencialistas sobre o que é mulher e como se projeta arquitetura sendo uma.

Segundo Burns, a questão é mais complexa, e poderíamos dividir as obras em três períodos distintos, já discutidos. Essa falta é grave, especialmente se considerarmos a variedade transversal de temas nas publicações, como é o caso do “corpo”. Como afirma Burns, “O corpo não é uma categoria da qual o feminismo possa escapar, mas o corpo não precisa confinar o feminismo a um espaço singular.” (p. 129, tradução nossa) Evitando restringir o debate feminista ao corpo da mulher, procuramos também nos desvencilhar do mesmo erro que as antologias parecem ter caído, quer seja, o de tomar como ponto de partida e chegada um pensamento arquitetônico essencialista.

Bastante crítica a essa possibilidade, a arquiteta problematiza a relação naturalizante e restritiva entre o corpo feminino e a teoria feminista. Alguns textos, como o de Diana Agrest e Mark Wigley teriam transformado o corpo da mulher no lugar da prática feminista. Mas será que o feminino se reduz, ou se esgota, na carnalidade, melhor dito, na biologia do corpo feminino? O risco é reproduzir o erro de Michael Hays, editor de um dos livros analisados, que

³⁵BURNS, 2012.

teria categorizado o artigo de Jennifer Bloomer³⁶ como a tentativa de formular uma “architecture feminine”, quando a própria autora não se posiciona dessa forma. Para Bloomer, o interesse é analisar as relações ornamento/estrutura ou teoria/prática em relação ao binômio masculino/feminino. Nega a possibilidade de uma *écriture feminine*, e se distancia da filiação automática que existiria entre o feminino e o feminista.

Isso não significa dizer que o feminino, na sua dimensão biológica, ou o estudo dos tipos históricos ligados à feminilidade, não possam servir de objeto teórico de estudo. Um notável exemplo é o artigo de Marcia Ian que fala sobre a cultura bodybuilder³⁷. Ao analisar essa cultura, sendo ela mesma uma praticante da construção corporal, nota como na academia onde treina – a Appolon Gyn – o músculo faz as vezes da pedra, e os esportistas partem dessa consciência para moldar do zero seus próprios corpos. Ao fazê-lo, liberariam seus “inner buildings” (edifícios intrínsecos), e tomariam o corpo como um canteiro de obras. Tendo suprimido totalmente a interioridade de sua arquitetura corporal, transformam-se em puro músculo, donde o termo corrente “musclehead” (cabeça de carne). Essa falta de interioridade do corpo como templo, associado aos valores masculinos da força e vigor, seria parte da femifobia da cultura *bodybuilder*:

Uma mulher com as costas como as de um homem *é*, para todos os efeitos, um homem; o fisiculturista tem medo dela, na medida em que ela possa *ser* “outro homem”, um homem penetrável ou que possa penetrá-lo. O medo de mulheres musculosas, o medo de uma mulher como “outro homem”, é mais homofóbico do que femifóbico. (p. 197, tradução nossa)

O músculo reconstituiria a imagem performática do corpo, que em última instância poderia reverter seu próprio sexo. Ainda que bastante heterodoxo, esse artigo ilustra os potenciais abertos no pensamento arquitetônico sobre o corpo quando este dialoga com o gênero, tema explorado apenas em meados dos anos 2010, especialmente dentro da teoria trans. Como veremos, o corpo passa de algo que temos a algo que somos, na fenomenologia de Merleau-Ponty, atingindo seu estatuto performático em Butler, quando então ele se torna aquilo que construímos. Retomando suas palavras: “As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus

³⁶BLOOMER, Jennifer. **Abodes of Theory and Flesh: Tabbles of Bower**. In: HAYS, M. (ed.). **Architecture Theory since 1968**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

³⁷IAN, Marcia. **When is a Body Not a Body? When It's a Building**. In: SANDERS, J. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

corpos (...)”³⁸. O corpo ganha uma necessária dimensão histórica, do porvir, superando uma espécie de imanência ou primeiridade.

Talvez um dos campos mais ricos dessa relação tenha sido o dos estudos antropológicos e simbólicos, comuns desde o Renascimento, mas até hoje muito presentes na teoria da arquitetura. É famosa, por exemplo, a análise de Gaston Bachelard sobre a qualidade fálica da Torre Eiffel³⁹. Essas análises costumam se restringir a questões plásticas, e quase nunca se debruçam sobre a espacialidade ou às maneiras de produção dessa arquitetura. A semiótica, aliada a análises formais, constitui um campo importante que influenciou a arquitetura especialmente a partir dos anos 1960:

Embora se pudesse argumentar, portanto, que a arquitetura moderna com sua ênfase no espaço se concentrava mais nos valores masculinos, uma nova era começou na década de 1960 - do pós-moderno ao desconstrutivismo na virada do milênio - quando a linguística entrou na discussão. (KUHLMANN, 2013, p. 202, tradução nossa)

Assim como o próprio pós-modernismo, as formas de falar sobre gênero e sexualidade variaram enormemente, compartilhando apenas o objeto de estudo. De diversas maneiras, foram se desvelando as estruturas de opressão presentes no pensamento moderno, indo desde suas aspirações colonialistas até a manutenção do sexismo na sua prática profissional. No artigo “A critical position for architecture”⁴⁰, Hilde Heynen, uma das mais importantes críticas do modernismo, mostra como o movimento carrega uma visão eurocêntrica e civilizatória. Ainda que o Outro – no caso, o negro, ou o africano – fosse olhado através da arquitetura e do urbanismo, no paradigma moderno ele era um corpo passivo que precisava da atenção do agente civilizador, único capaz de salvá-lo de si mesmo.

Quando fala do sexismo, a autora dá importante atenção para a divisão sexual do trabalho, porém indica que essa forma de analisar a questão não a esgota. Se formos observar, por exemplo, a presença de mulheres no campo da decoração, veremos que são a maioria

³⁸BUTLER, Judith. **Atos performáticos e a formação dos gêneros**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

³⁹Uma discussão sobre o texto pode ser encontrado em: *Gender in the history of architecture*. In: KUHLMANN, Dörte. **Gender Studies in Architecture: space, power and difference**. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

⁴⁰Publicado em: RENDELL, Jane; HILL, Jonathan; FRASER, Murray; DORRIAN, Mark (eds.). **Critical architecture**. Londres: Routledge, 2007.

inconteste. Hoje no Brasil elas também ocupam posições de destaque na área do urbanismo e planejamento urbano. Mas por que isso não ocorre no projeto de edificações? A partir de sua leitura deleuziana e lacaniana da relação entre a linguagem escrita e os sistemas de visualidade, Catherine Ingraham⁴¹ nos mostra como a questão é, de fato, sintoma de uma crise disciplinar: “é possível dizer que quando encontramos um excesso de estereótipos e exclusões, neste caso as mulheres da prática da construção, podemos suspeitar que haja algum tipo de crise de identificação em andamento.” (1996, p. 35, tradução nossa). Ela nos conduz à ideia de que a prática das mulheres arquitetas seria historicamente diferente da do homem, na medida em que procuraria uma não-domesticação do objeto produzido, seu não-domínio. Como quem diz que ao ter sido objetificada, a mulher parte de uma outra posição para compreender o objeto, no caso, a arquitetura. A autora recoloca a questão da fetichização do objeto, discutindo como essa relação informa a divisão sexual da prática profissional.

Ambos os textos indicam como a questão da mulher no campo profissional não é uma simples operação de localizar sua ausência ou presença nesta ou naquela atuação, mas de compreender o que significa, por exemplo, decorar. Desde pelo menos Adolf Loos, a decoração, tema que sempre volta quando discutimos gênero e arquitetura, é uma prática menos valorizada, abrindo postos para aquelas pessoas que não conseguem penetrar no olimpo dos grandes escritórios, geralmente dirigidos por homens. Aquela forma de habitar estoica e viril, tão defendida por um Le Corbusier do “Por uma arquitetura” (1923), segue sendo até hoje uma estética perseguida por muitos projetistas. Com forte influência modernista, não podemos deixar de notar como a prática brasileira contemporânea reproduz seu sexismo.

Ainda que não seja o tema de nossa pesquisa (ver cap. I), essa divisão sexual – deveríamos, inclusive, repensar a expressão, já que sexo não é o mesmo que gênero – possui raízes profundas na forma como se constrói a teoria arquitetônica, e mesmo como a disciplina vê a si mesma. O que se conclui é que criticar o modernismo tem como possibilidade a crítica de seu sexismo. Assim como a virada espacial não significa a abertura imediata das ciências espaciais para o tema do gênero e sexualidade, a revisão do moderno não significa a crítica a seus sistemas sexuais. Porém, em ambos os casos, abre-se um prolífico caminho nessa direção. Da mesma forma, a interlocução com as teorias feministas, ainda que até hoje seja incipiente em nosso pensamento, sugere uma crise dos valores da masculinidade⁴².

⁴¹INGRAHAM, Catherine. **Missing Objects**. In: AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. *The Sex of Architecture*. Boston: Harry N Abrams, 1996.

⁴²MOORE, Suzanne. **Getting a Bit of the Other: The Pimps of Postmodernism**. In: CHAPMAN, Rowena; RUTHERFORD, Jonathan (eds.) *Male Order: Unwrapping Masculinity*. Londres: Lawrence & Wishart, 1988, p. 179.

Essa crise foi de tal magnitude que, como advoga Baird⁴³, seria impossível o retorno a esse sistema falocêntrico⁴⁴ da modernidade. Em suas palavras, “A separação entre realidade social e sonho utópico tem sido total, a lacuna entre restrições econômicas e a ilusão de uma técnica absoluta que tudo resolve.” (2000, p. 218, tradução nossa). Ou seja, novamente a realidade se impõe e desintegra por completo o projeto totalizante das utopias modernas. A pirâmide, segue o autor, seria a imagem bem acabada dessa racionalidade, razão e projeto, em contraposição ao labirinto, elemento incognoscível, acessado apenas por meio da experiência direta⁴⁵. Entre ambos, haveria um terceiro termo, no qual habitaria a arquitetura. Produto da realidade social, mas fruto da intenção de um de seus setores, nosso fazer não poderia ser reduzido a nenhum desses elementos.

É a partir dessa posição que a arquitetura encontraria sua dimensão erótica, na medida em que o erotismo de Baird é o prazer do excesso, e não o excesso de prazer. Como algo que transborda o desenho e se projeta sobre a vida, a arquitetura transmuta-se em desejo, imaginação e, encarnado, experiência do prazer. Em sua dimensão semiótica, o que fazemos interpela do interlocutor participar de seu próprio processo de completude, deciframento, constituindo uma relação dialógica de afeto, um “diálogo amoroso”. Assim como a *langue* e a *parole* da teoria semiótica significam dois momentos, nessa ordem, o coletivo e o individual de determinada língua, a arquitetura participaria, entre o eu e o outro, de um processo afetivo de olhar:

Responsabilidade e tolerância. Na interseção desses dois postulados, está o papel do arquiteto que tenta medir “*la dimension amoureuse*”. Ao assumir esse papel, ao projetar na experiência de *seu* colega, e não acima dela, ou fora dela, esse arquiteto conceberá formas análogas às da antropologia projeto de Lévi-Strauss; ou seja, formas que “correspondem a uma possibilidade permanente do homem”. Em suma, essa arquitetura irá *oferecer*, sem a arrogância do *Gesamtkünstler*, nem a indiferença do *life-conditioner*, imagens ‘ideais’ da existência humana, quadros ‘ideais’ para a ação humana.” (BAIRD, 2000, p. 54, tradução nossa)

⁴³BAIRD, George. “**La Dimension Amoureuse**” in **Architecture**. In: HAYS, M. (ed.). *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

⁴⁴O termo foi cunhado por Jacques Derrida pela junção de falocentrismo e logocentrismo. Diz respeito à suposta superioridade masculina, criticada pelo feminismo, que teria no logos o centro de um sistema ocidental de pensamento. Dialoga com o conceito de logofalocentrismo de Preciado, e antropofaloegeocêntrica de Rolnik, já comentado.

⁴⁵Susana Torre fala da Torre e da Pirâmide, assim como Manfredo Tafuri, da Esfera de do Labirinto. Em cada situação cada elemento significa um contraponto ao outro, mas, geralmente, representam a razão de um lado, e o empírico do outro. Discutirmos o assunto no próximo capítulo.

O afeto que retorna à arquitetura como uma prática possível lembra a dimensão amorosa de que fala Krell⁴⁶. Seu livro se propõe a dialogar com diversas teorias filosóficas, que vão de Platão a Merleau-Ponty, passando por Heidegger, para compreender de que maneiras podemos superar o funcionalismo moderno. Para isso se ampara em um estudo linguístico que localiza que a raiz “tec” de *architecture* seria referente a uma raiz mais antiga ainda, a “tic”, que significaria “amar”. É daí que o autor reformula toda a ideia de arquitetura que, no inglês, passaria a se chamar *archeticture*. Fundamentada no amor, essa nova prática teria se perdido no discurso técnico da sociedade ocidental. Essa busca por outros afetos é também o que faz Sylvia Lavin em seu estudo sobre a obra de Richard Neutra⁴⁷

A autora defende que a dimensão erótica/amorosa na arquitetura teria sido forjada nos anos 1950, quando o “design ambiental”, que relaciona humor e espaço, teria feito emergir, ainda dentro do léxico moderno, um triângulo amoroso entre arquiteto-cliente-casa. Muito influenciada pela psicanálise de Freud e Rank, Neutra teria produzido uma arquitetura preocupada com o “deleite, o projeto de prazeres, cena afetiva, ou o que eu chamarei de ambiências.” (p. 5, tradução nossa). As qualidades de suas casas estariam presentes no jogo de materiais, controle da água, visuais e da transmutação do prisma puro do *International Style* em “orgone box”:

Por volta da década de 1950, suas casas eram construídas com uma nova paleta de materiais, havia desenvolvido uma forma distinta de controle atmosférico e transformado a janela de um dispositivo óptico para um dispositivo climatológico e espacial.

(...)

Porém, exclusivamente no trabalho pós-guerra de Neutra, o canto e a janela se fundem em um ambiente indefinido, articulado de maneira complexa através de paredes janeladas que oferecem ao habitante não apenas oportunidades visuais, mas vetores para o tráfego corporal e espacial entre o interior e o exterior. Esses empreendimentos transformaram a caixa do estilo Internacional em uma *orgone box*. (p.79-80, tradução nossa)

A transparência, que até então era um valor moral, a ponto de significar o controle unidirecional do coletivo sobre o particular, agora é um elemento de conforto ambiental e psicológico. Segundo o arquiteto, suas casas deveriam amortecer o impacto que era a vida extra-uterina: “Melhor do que poderia um analista humanista supor, a transparência da casa pode absorver o resíduo projetual do trauma de nascimento, tanto do arquiteto quanto do cliente,

⁴⁶KRELL, David Farrell. **Architecture: Ecstasies of Space, Time, and the Human Body**. Albany: State University of New York, 1997.

⁴⁷LAVIN, Sylvia. **Form follows libido: Architecture and Richard Neutra in a Psychoanalytic Culture**. Cambridge: The MIT Press, 2007.

permanecendo ele mesmo neutro.” (p. 66, tradução nossa). Se no modernismo corbusiano bradava-se “Arquitetura ou Revolução”, aqui poderíamos dizer, “Arquitetura ou Divã”. O vidro, material tão importante na narrativa moderna, é revisitado a partir de um discurso de saúde mental e, mais que tudo, a busca pelo prazer do corpo no espaço.

2.3 O menos carnal dos órgãos: o olho

O “olho que tudo vê” é uma sempre presente imagem na cultura ocidental. É, a princípio, o olho de Deus, signo de sua onisciência (mais do que da onipresença). No Iluminismo o olho humano representa a razão ordenadora capaz de metrificar as dimensões da existência e organizá-las a partir da vontade. Esse olho é masculino, assim como é a razão. Esse olho nunca é visto de volta, pois é na sua unidirecionalidade que subjuga o objeto. A concepção materialista da ciência positiva depende do corpo como objeto. Por isso o olho é incorpóreo. Uma íris plana, sem espessura, tecido que media o caos do mundo natural e a ordem do mundo da cultura. O olho nunca vê de baixo para cima, ou na mesma altura de nosso próprio olhar. Ele está, imutável e imóvel, nos observando de cima para baixo, a partir de um ponto distante. O olho não se corrompe, não se suja, não reflete nada: apenas irradia.

Essa poderosa figura do olho representa, acima de tudo, um projeto humanista. Em crise, é verdade, mas que por muitos séculos orientou a dicotomia fundante do pensamento clássico e moderno: a separação entre corpo e alma. E, dentro dessa separação, a distensão entre a visão e os outros quatro sentidos: tato, paladar, olfato, audição. A ruptura permitiu que o corpo se transformasse em objeto a ser estudado, o que trouxe inegáveis avanços para a ciência, porém ocluiu o fato de que o mesmo corpo que vê é o corpo que é visto. A reflexividade do observador, ponto de partida da crítica feminista à ciência ocidental dominada pelo discurso patriarcal, revela como somos afetados por aquilo que observamos: “Incapaz de se separar do objeto, o crítico simultaneamente produz um novo objeto e é produzido a partir dele.” (COLOMINA, 1992, p. 96, tradução nossa). Por esse motivo, os regimes de visibilidade são um tema importante das análises sobre gênero e sexualidade na arquitetura⁴⁸, assim como na epistemologia das ciências como um todo.

A filósofa estado-unidense Sandra Harding discute os impasses e insuficiências da adoção de modelos teóricos que vão do empirismo à psicanálise na teoria feminista⁴⁹. Isso ocorreria devido à estrutura patriarcal que lhes informa, constituídas sempre a partir da ideia de um homem universal. O avanço das agendas feministas sobre a epistemologia da ciência foi tal que “elas logo se avolumaram em interpelações das premissas mais fundamentais do pensamento ocidental moderno.” (p. 100), motivo pelo qual as “deficiências patriarcais” de tais

⁴⁸Não por acaso Kuhlmann dedica um capítulo inteiro a ele: 9. The mechanisms of the optical. In: KUHLMANN, Dörte. **Gender Studies in Architecture: space, power and difference**. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

⁴⁹HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

modelos foram ficando cada vez mais aparentes. Caberia à teoria feminista imaginar um pensamento não-patriarcal que se desenrole na instabilidade, como seria próprio da realidade. Ao utilizar as “próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática” (p. 99), conseguiríamos superar a visão androcêntrica que reitera sua imunidade frente ao objeto de estudo, mas não deixa de corrompê-lo:

Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura. (p. 97)

Aceitando a rugosidade de uma realidade múltipla e móvel, a teoria da arquitetura, influenciada por essa discussão da teoria feminista, teria desmontado o “homem essencial e universal”. Em seu artigo sobre o regime masculino (livre interpretação do termo “masculinist”) de visibilidade, Jos Boys questiona o sujeito neutro e distanciado que estruturaria a ciência ocidental⁵⁰. Segundo a autora, não seria possível sustentar uma “visão neutra” capaz de atingir um grau de autonomia total em relação ao objeto, no caso, a própria forma arquitetônica. A crença radical nessa racionalidade teria produzido a estetização completa da transparência⁵¹ na Inglaterra do pós-guerra, de tal forma que “uma elite cultural tentando representar a sociedade na forma construída como transparente e totalmente cognoscível – expondo a essência estrutural da arquitetura (da sociedade) e descartando a debilidade de sua superfície decorada.” (p. 41, tradução nossa). A valorização da estrutura, sempre aparente, em detrimento de qualquer outro tipo de elemento edificado, reproduziria a supressão do feminino (ornamento) em nome de uma verdade superior (estrutura).

Tal verdade seria o próprio espírito do tempo, *Zeigeist*, que segundo Boys seria uma noção profundamente arraigada no pensamento arquitetônico no século XX. A obsessão em sempre refletir seu tempo faria a arquitetura buscar ser a imagem mais perfeita da sociedade aonde está inserida. Explorando os nexos entre a racionalidade masculina e patriarcal, a relação sujeito-objeto, a transparência da arquitetura e uma prática feminista, a autora advoga por uma

⁵⁰BOYS, Jos. **Neutral Gazes and Knowable Objects**. In: McCORQUODALE, D.; RUEDI, K.; WIGGLESWORTH, S. *Desiring Practices: architecture, gender and the Interdisciplinary*. Londres: Black Dog Publishing, 1996.

⁵¹Aqui é oportuno resgatar a discussão sobre transparência literal e fenomênica de Colin Rowe. ROWE, Colin; SLUTZKY, Robert. **Transparencia: Literal y Fenomenal**. In: *Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999. Poderíamos afirmar que a autora se refere à segunda categoria de transparência, a fenomênica.

forma de ver o mundo comprometida com sua própria posição, abandonando qualquer pretensão de neutralidade. Partindo disso defende cinco ações possíveis:

1. Superar a visão que sustenta a arquitetura como reflexo de seu tempo;
2. Abandonar a construção de um espaço neutro, universal e abstrato;
3. Operar a partir das contingências, que informariam nossa maneira de associar-nos à realidade;
4. Compreender a dimensão social da disciplina enquanto processo;
5. Admitir a parcialidade de nossa visão e descartar qualquer pretensão de neutralidade do conhecimento.

Peter Eisenman, recordemos, é outro autor que critica o modelo histórico que pretende seguir o espírito de seu tempo⁵², identificando de saída uma contradição, já que ela significaria a repetição do temporal visando à sua intemporalidade. É a partir dessa constatação que ele nega qualquer tentativa de ruptura da arquitetura moderna com os modelos clássicos, defendendo, de forma similar a Boys, um intemporal não universal. Porém, em oposição à autora, pretende uma arquitetura “isenta de valores externos” (p. 242), sendo assim arbitrária, e não calcada no real. A suspensão da relação da arquitetura com o mundo mostrou-se um projeto insustentável, e as isométricas do arquiteto, que pretendiam expulsar a subjetividade do observador da obra, só funcionam enquanto projeto, não enquanto construção.

Essa indissociabilidade entre o Ser-aí (*Dasein*) e o mundo é central na fenomenologia de Heidegger. Em seu estudo sobre a condição ontológica do ser, o autor alemão se posiciona firmemente contra o espaço cartesiano, recusando não apenas qualquer dimensão ontológica do espaço, mas também qualquer rompimento entre um mundo dentro e outro fora de nós. Apesar de seu pensamento não ser associado a qualquer tipo de “filosofia do espaço”, é na reflexão acerca da abertura do ser no mundo circundante que inaugura o que viria a ser a segunda viravolta/Kehre em sua obra (a primeira teria sido nos anos 1930):

Dessa forma, enquanto facticidade mesma, o *Dasein* jamais poderia estabelecer com aquilo que o cerca qualquer relação – espacial, no caso – do tipo continente-contido, ou seja, o *Dasein* jamais se encontra “dentro” ou “fora” de algum lugar, mas ele mesmo contribui para a configuração de lugares, ele *espacializa*. No que se dissolve a separação entre sujeito e objeto, a relação interior-exterior é também reconsiderada: o sentido do ser é

⁵²EISENMAN, Peter. **O fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim**. In: NESBITT, Kate (org.) Uma nova agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

abarcante, e recusa uma compreensão de “dentro” e “fora” como instâncias separadas. Daí a não separação entre o ser e seu aí, entre o eu e o mundo circundante e a identificação do *Dasein* como *abertura*. (PÁDUA, 2008, p.31)

Nota-se que o ser é, no mundo, abertura, por meio da qual ele espacializa, abre clareiras, localiza os lugares. A dimensão espacial dessa reconexão do sujeito com o objeto diz respeito à arquitetura, especialmente em sua qualidade sensível. É através da percepção que o sentir e o entender estão em interação, dada no e pelo corpo. Ainda assim, o corpo mal aparece na obra heideggeriana, ao contrário do que ocorre no pensamento do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty.

Autor fundamental para discutir o privilégio da razão sobre o mundo sensível, sua fenomenologia não só resgata a dimensão ontológica do corpo, mas o reposiciona em relação à sua própria constituição. Ao afirmar que o “homem em si” não existiria, mas sim o “homem em situação”, o estatuto racional da imanência do ser é colocado em questão, e qualquer discurso pré-narrativo passa a ser questionado. A “coisa em si” seria acessada não mais pela razão, que perscrutaria sua forma pura, mas a partir de seu meio natural, cultural e histórico. A crítica à idealização do sujeito afeta a própria forma de acessar o conhecimento, já que objeto e sujeito se confundem, ou, dito de outra forma, a consciência apenas o é em relação a um objeto. A clássica cena da mão direita que toca a esquerda ilustra com precisão essa relação de não-isolamento:

É por transitividade que vemos e tocamos, nos vemos e nos tocamos. Os sentidos operam no quiasma: o olho apalpa, as mãos vêem, os olhos se movem com o tato, o tato sustenta pelos olhos nossa imobilidade e mobilidade, compensando as das coisas. Para que haja visibilidade - um visível pleno, aqui, ali, atrás, na frente, entre seus aspectos, nos intervalos - é preciso que o visível seja um transcendente ao qual só é possível chegar por uma experiência também transcendente, inteiramente fora de si sem sair de si. (CHAUI, 1999, p.273)

O trecho acima destaca como os sentidos se imiscuem um no outro, não de forma complementar, mas estruturante. Ao hierarquizarmos os sentidos, sendo a visão a mais importante delas e signo da inteligência, abandonamos a “fé perceptiva” de que fala o autor - ou seja, a crença de que seríamos capazes de acessar o mundo, e nele vivermos, através da percepção. O projeto moderno, ao expulsar o elemento pré-reflexivo do desenho, aliena seu próprio corpo do ato de conhecimento de mundo. Dessa forma o corpo, sendo reflexividade, seria também visibilidade: “O corpo é o visível que se vê, um tocado que se toca, um sentido que se sente.” (CHAUI, 1984, p. XI). Aqui a fenomenologia merleau-pontyana recorda muito

o pensamento de Heidegger ao identificar que o corpo é do mesmo material do mundo. Qual o sentido, então, de suplantar a carnalidade do corpo, e sua intenção de ver e ser visto ao mesmo tempo?

A primazia da visão significa, na prática, a elevação do olho ao órgão mais perfeito do corpo humano. Em seus textos, Merleau-Ponty faz ricas exegeses das obras de pintores como Cezanne e El Greco, criticando a visão como operação do pensamento, invertendo esse olho a ponto de afirmar que o pintor é que é visto pela paisagem. Assim como a obra de arte de Heidegger não representa o mundo, mas o apresenta⁵³, aqui o observado desvela o observador. Porém, ainda aqui, o olho é o sentido de destaque. Preciado (2014) nos lembra que “Durante os séculos XVIII e XIX, predomina uma patologização do tato e uma preferência pela visão como o sentido mais apropriado ao conhecimento e à ação racional.” (2014, p.105) Despatologizar o tato significa, nesse contexto, subverter a posição objetual que a mulher ocupa no sistema científico moderno. É por esse motivo que Luce Irigaray, uma das leitoras feministas mais importantes de Merleau-Ponty, o critica frontalmente. Ela discorre sobre a limitação da prevalência da visão, o que a leva a procurar, pelo contrário, o enaltecimento do tato, ao dizer que: “a experiência tátil intrauterina é nossa primeira sensibilidade, seguida pelo som da voz maternal.” (p. 5, tradução nossa)⁵⁴. Teóricas como Deborah Fausch⁵⁵, alinhadas ao pensamento de Irigaray, analisam aspectos de uma arquitetura feminista segundo a subversão dos sentidos em detrimento da visão, defendendo uma aproximação entre o sujeito analítico e o objeto analisado, “mente e corpo”, visando superar essa prevalência histórica:

Na filosofia ocidental, a mente tem sido fortemente ligada ao órgão dos olhos e ao sentido da visão. Filósofos têm usado a visão como uma metáfora para o pensamento, e luz da faculdade da razão. A visão tem sido colocada em oposição ao resto do corpo como o sentido menos corporal (apesar de consumir uns 25% da nossa energia), e o olho foi concebido como o mais incorpóreo dos órgãos dos sentidos. (p. 40, tradução nossa)

Tal operação produziria um sujeito feminista cuja estratégia seria a incorporação, ou corporificação, do conhecimento (p. 42). Essas duas autoras indicam os sinais das limitações

⁵³A arte como alegoria da realidade, e não sua simples representação, é um tema desenvolvido por Heidegger no texto “A origem da obra de arte”. MOOBSBURGER, Laura de Borda. **"A origem da obra de arte" de Martin Heidegger: Tradução, Comentário e Notas**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007.

⁵⁴OLKOWSKI, Dorothea; WEISS, Gail (Eds.). **Feminist interpretations of Maurice Merleau-Ponty**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2006, p.5.

⁵⁵FAUSCH, Deborah. **The Knowledge of the Body and the Presence of History-Toward a Feminist Architecture**. In: COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. *Architecture and Feminism*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

da fenomenologia dos filósofos citados. Ainda que sejam referências fundamentais para as reflexões da virada espacial, e que tenham assentado as bases de uma ciência que comporta a carnalidade do corpo, Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty não desenvolvem os traços de sua realidade, quer seja, seu gênero e sua sexualidade (ou mesmo etnia, deficiência, etc.). Tal supressão da dimensão material da vida fez Lefebvre chegar a afirmar que a noção heideggeriana de *Dasein* seria “assexuada” (ELDEN, 2012, p.79).

Se em determinados pontos os autores discordam totalmente (Heidegger considera que o *Dasein* ouve porque compreende, invertendo a primazia do corpo em Merleau-Ponty), é certo afirmar que ambos concordam nas preceptivas de uma ciência que reequilibra a relação entre sujeito e objeto, ponto fundante de uma epistemologia que aproximará as ciências espaciais das ciências sociais. Mas param aí. Será necessário um trabalho extenso da teoria feminista para ilustrar de que forma o modelo clássico da ciência separa o observador do observado, reproduzindo os valores sexistas do conhecimento: “Contra um panorama de matriz binarista e heterossexual, duas posições antagônicas se tornam manifestas: a do olhar masculino e a da mulher enquanto objeto sendo olhado.” (LÖW, 2006, p. 126, tradução nossa). Ou, dito de outra forma, “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto” (MacKINNON apud SCOTT, 2019, p.56).

Reconduzir as ciências a seu estatuto de não-neutralidade, abandonar o projeto universalista do homem clássico e reestabelecer as pontes e potências de tudo o que existe entre os cinco sentidos alimentará um pensamento arquitetônico comprometido com a agenda social e política da diferença e da alteridade. O corpo feminino, ao lado de todos os corpos silenciados e objetificados pela racionalidade ocidental, deve incidir radicalmente sobre a episteme das ciências, da arquitetura em especial. Nos próximos capítulos vamos estudar com mais vagar como isso tem acontecido, e como o olhar tem sido tanto instrumento de controle – panóptico de Bentham – quanto possibilidade de subversão da ordem heterocisnormativa – troca de olhares entre os gays na metrópole moderna.

3. O PENSAMENTO FEMINISTA NA ARQUITETURA

3.1 A categoria gênero

O gênero, como categoria de análise, é um fenômeno relativamente recente nas ciências humanas. No seminal artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”¹, a historiadora Joan Scott conta como o gênero se destacou do sexo como determinação do que é ser mulher e do que é ser homem:

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino; outras reconheceram uma “questão feminina”; outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos não tinha aparecido. (p.65)

Se as feministas americanas falavam da dimensão social do sexo nos anos 1970, Scott avança e anuncia como torna-se necessário desenvolver uma teoria sobre o gênero que supere a história da mulher como algo acessório a uma história universal. O desafio lançado nos anos 1980 segue em pauta até hoje, assim como sua classificação das principais correntes teóricas a discutir o gênero, mesmo no campo da arquitetura: a essencialista, a marxista e a psicanalítica

A primeira corrente diria respeito à crítica ao patriarcado. Esse tipo de estudo pode se distanciar de um processo histórico de formação – o patriarcado é desenhado como algo suspenso no tempo – alimentando discursos essencialistas. A produção intelectual da arquiteta Diana Agrest, especialmente entre os anos 1980 e 1990, desenvolve uma importante reflexão sobre sistema patriarcal na arquitetura². Em seu artigo “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo”³, a autora busca reabilitar o corpo feminino ao tecer uma crítica contundente ao sistema

¹SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

²Naturalmente há diversas outras autoras que discutem a questão, notadamente sobre presença da mulher no campo profissional. Ver: BUCKLEY, Cheryl. **Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design**. *Design Issues*, Vol. 3, No. 2, outono, 1986. p. 3-14.

³O texto original foi inicialmente produzido em 1971, desenvolvido entre 1986 e 1987, e publicado em 1991 no livro **Architecture from Without: theoretical framings for a critical practice**. Cambridge: The MIT Press, 1991. A versão acessada é a em português, publicada em 2008, na antologia NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teoria (1965-1995)**. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

da arquitetura baseado no corpo masculino, dado como exemplo universal de perfeição. A teoria clássica reprimiria o sexo de três maneiras:

Em primeiro lugar, o corpo masculino é projetado, representado e inscrito no projeto de edifícios e cidades, e nos textos que estabelecem a sua ideologia. O corpo feminino é, portanto, suprimido ou excluído. Em segundo lugar, apresenta-se o arquiteto como uma mulher, no que diz respeito às funções reprodutivas de criação, realizando-se “literalmente” uma substituição sexual. E, em terceiro lugar, o corpo masculino se converte em corpo feminino, nas suas funções de prover nutrição, isto é, vida, à cidade; o umbigo do homem se torna o útero da mulher. (p. 594)

A associação entre feminilidade e maternidade é problemática pois reproduz estatutos binários baseados na biologia do que seria ser mulher. Mas a imagem de uma arquitetura sendo parida por homens não deixa de ser potente na sua crítica à exclusão do corpo feminino. Paul B. Preciado fala de uma “fecundação estéril”⁴ entre os filósofos, destacando a hegemonia masculina nos espaços de reflexão e produção de conhecimento. Afirma que “A filosofia é, portanto, uma forma de inseminação artificial por meio da qual o ânus semiótico vem a ser útero (mulher) e mais tarde inseto polinizador ”animal”, e assim uma e outra vez, incessantemente” (PRECIADO, 2014, p.193) As distâncias temporais e teóricas entre as duas reflexões deixa ver críticas similares, mas que nas suas evoluções chegam a lugares distintos. Para Preciado, diferentemente de Agrest, o corpo e a identidade de gênero não se desenvolvem da mesma maneira.

Quando afirma que “Perguntar de qual corpo se trata é o mesmo que perguntar qual o seu gênero, pois um corpo sem gênero é um corpo impossível” (p. 586), Agrest pressupõe que falar de corpo é falar de gênero. Ainda que tenhamos defendido que é impossível falar de gênero sem falar de corpo, o inverso não se dá sem problematizações. O que significa, para a autora, não ter um gênero? Ela consideraria alguém não-binário ou trans como um corpo impossível? Alguém que não definiu seu gênero não existe? As provocações servem para distender as determinações construídas no artigo, que atingem seu ponto máximo quando da conceituação do que seria a “transexualidade arquitetônica”.

O termo se refere ao movimento de rapto, na teoria de Filarete, do poder gerador da mulher pelo arquiteto homem, chamado por ele, de “mãe do edifício”. Esse rapto seria o desdobramento mais radical de um procedimento de transferência simbólica do corpo para a arquitetura (chamado pela autora de “shifter”). Mediando natureza e arquitetura, o corpo masculino recalca e transubstancia o útero para dentro do umbigo (e não do ânus, como disse

⁴PRECIADO, P. B., 2014.

Preciado). A esse movimento de fabricação do homem “feminilizado” Agrest chama de ação transexual, com claras conotações negativas.

O problema está em aceitar como ponto pacífico o que é ser homem e o que é ser mulher, de forma que a identificação de características de um no outro tanto nega qualquer terceiro termo, enquanto reitera tais estamentos. Essas posições biologizantes são duramente criticadas por algumas feministas, como Monique Wittig⁵, que discorda que a gravidez seja o ato criativo feminino por excelência. Busca, ao contrário, abandonar o mito da Mulher, em detrimento de uma compreensão de que existiriam diversas mulheres. Se é verdade que a produção do que é ser mulher pelo homem – como no caso das performances *drag queen*⁶ – pode significar uma “colonização” que culmina na definição reiterada, pelo patriarcado, do que é ser mulher, é apenas relativizando essas diferenças que podemos pensar na superação de conceitos biologizantes ou culturalmente determinantes de gênero. E aqui vale diferenciar essas duas expressões do feminismo que podem se confundir, mas que existem em constante embate. De um lado o feminismo essencialista, com destaque das feministas francesas como Hélien Cixous e Luce Irigaray, que buscam afirmar o feminino a partir de oposições binárias; e de outro as construtivistas, que contrapõe a feminidade como verdade ontológica à sua dimensão de constructo social⁷.

Diana Agrest é uma autora que compartilha ambas as estratégias, motivo que leva Lucas Crawford, arquiteto trans que estuda sexualidade e teoria feminista, a criticá-la ao dizer que “Em suma, Agrest ilustra um dos problemas principais em ver a ‘transexualidade’ como um cruzamento retórico em relação ao lugar do outro: ela reifica o lugar “apropriado” da mulher (e vilaniza a transexualidade) em nome da equidade de gênero.” (2016, p. 36, tradução nossa). Burns (2012) também vai questionar a estratégia de Diana Agrest de conferir ao corpo feminino o *locus* da discussão sobre o gênero. Como nos recorda Scott, “O uso do ”gênero” coloca ênfase

⁵WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

⁶DRAG é um acrônimo para *Dressed As a Girl* (Vestido Como uma Garota) e se refere originalmente a homens cisgêneros que se vestem como uma mulher cisgênero, desde a roupa até o uso de enfeitamentos, maquiagem exagerada, utensílios, perucas, salto alto etc. Esses artistas exploram os estereótipos de gênero, podendo criar ou mesmo derrubar antigos. Existem drag kings, drag queens mulheres, e diversas outras formas de expressar essa arte do gênero. Essa forma de arte foi explorada por Butler para sustentar seu argumento de que o gênero é uma performance. O debate sobre a misoginia na arte drag é relativamente recente, e pode ser encontrada principalmente em artigos online. Ver: MURPHY, Meghan. **Why has drag escaped critique from feminists and the LGBTQ community?** Disponível em: <https://www.feministcurrent.com/2014/04/25/why-has-drag-escaped-critique-from-feminists-and-the-lgbtq-community/>. Acesso em: 09 jan. 2020; FAIN, M. K. *Is Drag Misogynistic?* Disponível em: <https://medium.com/4th-wave-feminism/is-drag-misogynistic-553a0fed47b5>. Acesso em: 09 jan. 2020.

⁷PRECIADO, Paul B. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.” (p.54).

É importante salientar que mesmo que tenha sofrido críticas ao longo do tempo, o artigo de Agrest foi pioneiro na discussão de gênero no campo teórico da arquitetura, especialmente se considerarmos que sua redação original data do começo dos anos 1970. Inserida em uma ampla discussão sobre a disciplina arquitetônica que já falava de temas como o corpo e o erótico, ela se torna a única que o faz segundo da produção social do corpo generificado. E, diferentemente de outras pensadoras da arquitetura que discutiam a questão no planejamento urbano ou da ação política, ela se atém ao campo da teoria arquitetônica, à época grandemente influenciada pelo estruturalismo e pela semiótica.

Seu pensamento explora em profundidade os signos do feminino no universo da linguagem. No texto “The Return of the Repressed: Nature”⁸ a autora explora as condições que articulam os conceitos de natureza, arquitetura e gênero na ideologia do urbanismo moderno. Entre a natureza e a cidade existiria a máquina, compreendida apenas por meio de um quarto termo: o gênero. Relembrando a relação histórica estabelecida entre mulher e natureza, especialmente na episteme das ciências modernas, percebemos como a natureza “identificada com o sexo feminino, teve de ser escravizado, inquirido, dissecado e explorado – uma identificação que justifica a busca por poder sobre a natureza e sobre a mulher (p. 54-55, tradução nossa). É essa associação que leva a autora, no projeto paisagístico do China Basin discutido no texto, a explorar o ressurgimento da natureza como um ato de sublevação do próprio gênero feminino na cidade moderna. Essa solução retórica levanta a pergunta: uma “maquinização” da mulher significaria sua emancipação? Quase vinte anos depois Paul B. Preciado parece sugerir uma resposta:

Com a vontade de desnaturalizar e desmistificar as noções tradicionais de sexo e de gênero, a contrassexualidade tem como tarefa prioritária o estudo dos instrumentos e dos dispositivos sexuais e, portanto, das relações de sexo e de gênero que se estabelecem entre o corpo e a máquina. (2019, p.413)

Preciado também fala de como o feminismo dos anos 1960 a 1980 era resistente à tecnologia, entendida como instrumento de dominação do patriarcado sobre o corpo da mulher,

⁸AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. **The Sex of Architecture**. Boston: Harry N Abrams, 1996. Vale notar que nesse mesmo livro as autoras retomam a ideia de que o homem teria se apropriado do privilégio da maternidade: “Implicado na inevitável incapacidade do homem de dar luz a uma criança, que o leva à obsessão de ‘reproduzir a si mesmo’, está o apagamento sistemático da mulher e de suas contribuições” (p. 11, tradução nossa).

gerando uma “dupla renaturalização” (2014, p. 152) Nesse sentido tanto o feminismo essencialista quanto o construtivista se assemelhariam, gerando o que o autor chama de “falsa contradição” (p. 157), já que tanto o sexo quanto o gênero seriam tecnologias que agem no e a partir do corpo, processual e não determinado como queriam essas correntes feministas. Não deixa de ser interessante notar que como, para o universo gay, a tecnologia é, segundo autores como Betsky (1997), parte fundante de sua identidade. O espaço *queer*, analisado no próximo capítulo, seria “o espaço entre o corpo e a tecnologia, espaço do puro artifício” (BETSKY, 1997, p. 5, tradução nossa) Quando fala da boate Club 54, frequentada pelo público LGBTQ+ de Nova York, o autor destaca a efemeridade desse espaço, que aparece e desaparece continuamente, montado por elementos arquitetônicos – como ritmo e luz – mas definitivamente outro ritmo e luz, muito diferente daquele da arquitetura clássica ou moderna.

Ainda que simbolicamente rico, o feminismo essencialista gera grandes embates com o feminismo pós-estruturalista, refletindo uma questão central do feminismo e das lutas identitárias em geral: a tensão existente entre a afirmação de si e a vontade de dissolução absoluta da diferença. A historiadora Teresa de Lauretis analisa como o discurso feminista dos anos 1960 e 1970 utiliza o gênero como diferença sexual a partir de uma crítica aos sistemas de representação⁹, defendendo que a teoria é uma tecnologia de gênero que possuiria um fora e um dentro, de tal forma que:

(...) habitar os dois tipos de espaço ao mesmo tempo significa viver uma contradição que, como sugeri, é a condição do feminismo aqui e agora: a tensão de uma dupla força em direções contrárias – a negatividade crítica de sua teoria, a positividade afirmativa de sua política – é tanto a condição histórica da existência do feminismo quanto sua condição teórica de possibilidade. (p.151,152)

Essa contradição está a todo momento presente na arquitetura que quer discutir o gênero. Não por acaso Lina Bo Bardi, uma das principais arquitetas modernas do país, queria ser chamada de “arquiteto” no canteiro de obras. Como nos relembra Jane Rendell, “a mulher na prática profissional da arquitetura continua a recair entre aquela que procura permanecer neutral em termos de gênero e aquela que busca tornar suas intenções feministas explícitas.” (2000, p. 266, tradução nossa). A segunda corrente feminista analisada por Joan Scott supera essa tensão ao considerar a dimensão histórica do processo político, aceitando a evolução dialética dos termos, apesar de criar outras limitações narrativas.

⁹LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

O feminismo marxista se beneficia da teoria da história, mas em sua busca por uma explicação “material” para o gênero acabou por restringir sua significação em relação a novas possibilidades analíticas. Estudar como os modos de produção capitalistas produzem as diferenças entre os gêneros acabou relegando a segundo plano a crítica ao patriarcado, focando-se mais na crítica ao capitalismo em si. Arquitetas como Dolores Hayden, Leslie Kanes Waisman ou o coletivo Matrix possuem clara filiação marxista. O pensamento de Marx tem especial influência sobre as práticas de projeto feministas, que buscam uma outra forma de pensar a cidade e os processos de participação. Em artigo sobre feminismo e capitalismo¹⁰, Nancy Fraser relaciona a segunda onda feminista ao capitalismo de Estado. Ao criticar o estatismo do pós-II Guerra Mundial, valoriza formas de organização mais horizontais que se oporiam ao “ethos burocrático-gerencial” desse modelo:

À crítica da organização fordista amplamente difundida nos anos 1960, elas acrescentaram uma análise de gênero, entendendo que a cultura de instituições de larga escala e hierarquizadas expressava a masculinidade modernizada do estrato profissional-gerencial do capitalismo organizado pelo Estado. Desenvolvendo uma contra-ethos horizontal de conexão fraternal, as feministas da segunda onda criaram uma prática organizacional completamente nova com os grupos de conscientização. (p.33)

Geralmente discute-se como a mulher é espoliada dos espaços de produção da arquitetura, mas apenas recentemente tratou-se de pesquisar, no Brasil, como atuaram as mulheres não arquitetas partícipes da construção civil. É o caso do papel da mulher nos mutirões autogeridos¹¹, ou mesmo das mulheres pedreiras¹². Vale destacar a enorme contribuição do documentário de Tânia Fontenelle e Tania Quaresma sobre a presença das mulheres na construção de Brasília, o “Poeira e Batom”, de 2010¹³. De qualquer forma não foi possível ver a clássica crítica à extração de *mais valia* no canteiro de obras e sua relação com o gênero. Uma

¹⁰FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

¹¹Em 01 de agosto de 2015 ocorreu o evento “Encontros USINA 25: O papel das mulheres na luta pela moradia” em São Paulo para discutir a presença feminina no canteiro de obras em mutirões.

¹²No Brasil surgiram alguns coletivos de mulheres voltados à construção civil, sempre a partir da perspectiva do empoderamento feminino. Em 2006 se iniciou o projeto Mulher em Construção

<<http://www.mulheremconstrucao.org.br/sobre>>. e no ano seguinte, o Mulheres na Construção Civil <<https://www.projetoamassa.org.br/index.php/historia/formacao>>, porém foi apenas em 2019, na 12ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, que o tema ganhou mais projeção, com a participação do coletivo Concreto Rosa <<https://www.concretorosa.com.br/sobre>>, fundado em 2015.

¹³**POEIRA** e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília." Direção de Tânia Fontenele Mourão e Tania Quaresma, 2010.

possível explicação é o fato de a inclusão da mulher no campo profissional ser uma agenda positiva, nem sempre conciliável com o questionamento da existência e do fazer da própria profissional arquiteta.

Espaços criados pelo coletivo feminista de design e arquitetura Matrix nos anos 1970 e 1980 demonstram como se está repensando todo o sistema hierárquico de produção de saber na profissão. Em sua antologia¹⁴, as arquitetas - muitas das quais membros do *New Architecture Movement* (NAM), movimento de professores e estudantes socialistas – publicam os resultados do seminário “Women and Space”, ocorrido em 1979. Sendo quase todas as arquitetas feministas, as autoras criticam o sistema arquitetônico, especialmente o modernismo. Quando falam que “Como arquitetas e designers feministas, queremos evitar o determinismo arquitetônico que vê os usuários da construção como fantoches, passíveis de serem manipulados de acordo com a ideia de comportamento desejada pelo arquiteto.” (p. 10, tradução nossa), elas fazem uma crítica contundente ao funcionalismo dos anos 1920 e 1930. Exploram o “entre”, ou, nas suas palavras, “edifícios e o espaços entre eles – nosso entorno, incluindo casas, os arranjos entre si, o espaço público, os itinerários do transporte público, lugares de trabalho e o desenho das cidades.” (p. 1, tradução nossa).

Seria justo falar que, diferentemente do apontado por Joan Scott, em arquitetura a crítica ao capitalismo não obstruiu a crítica ao sistema patriarcal. Ainda que se oponha a vários fundamentos do modernismo, o pensamento feminista nunca chegou a abdicar totalmente do poder transformador, ou mesmo revolucionário, da arquitetura e do planejamento urbano¹⁵, mesmo quando radicalmente crítica ao sistema vigente. Jos Boys vocaliza essa possibilidade de conexão, quando afirma que “Eu, por exemplo, não vejo o feminismo independente da luta de classes, mas como uma corrente que eventualmente flui para o movimento maior em direção a uma nova organização social”. (1984, p. 3, tradução nossa). Interessante notar como, entre fazer uma crítica negativa ao patriarcado e propor uma agenda positiva de afirmação da diferença, nosso campo tende indubitavelmente para o segundo caminho.

Ainda nesta corrente feminista, a militância feminista na arquitetura buscou ocupar espaços antes negados, como a própria história da arquitetura. Com grande influência do marxismo histórico, a historiografia crítica feminista tem sido, desde os tenros anos da discussão do tema, um dos principais locais de embate e ação do pensamento sobre o gênero na arquitetura. A historiadora Leslie Waisman, por exemplo, coloca com clareza que não será a arquitetura sozinha que terminará com o patriarcado:

¹⁴ MATRIX. **Making Space: Women and the Man Made Environment**. Londres: Pluto Press, 1984.

¹⁵Cf. RONDANINI, Nunzia. **Architecture and Social Change**. Heresies 3 (1981), pp. 3-5.

Devemos reconhecer, no entanto, que a forma espacial da arquitetura pública é apenas um reflexo de um sistema abrangente de institucionalização do racismo, sexismo e classismo que deve primeiro ser entendido e depois transformado a fim de mudar realisticamente os edifícios ‘institucionais’ que produz.” (1994, p. 63-64, tradução nossa)

Autora de um dos livros mais importantes de crítica ao sistema androcêntrico na arquitetura, Weisman parte da constatação ontológica de que o desconhecimento do lugar onde estamos significa nosso próprio desconhecer. Para ela o espaço não é neutro, mas sim um elemento formativo socialmente construído, donde a importância política da discussão dos espaços e mecanismos de repressão da mulher. No primeiro capítulo de sua obra a autora organiza o tema em seis sessões.

Primeiro fala do corpo como referencial espacial (orientação, cima e embaixo etc.) para em seguida discorrer sobre as formas freudianas – falo e útero – e as associações daí decorrentes, como casa=mulher, torre=homem, dissertando sobre as limitações desse tipo de pensamento: “a interpretação de virtualmente toda estrutura vertical como sendo um símbolo fálico e toda forma arredondada ou ensimesmada como um seio ou útero é uma obsessão injustificável com o simbolismo, quando nenhum deles é real.” (p. 15, tradução nossa). Em seguida fala da relação, também simbólica, entre cidade e homem, mulher e natureza, reproduzindo aqui a supremacia masculina no universo simbólico da arquitetura. A quarta e quinta sessões discorrem sobre a formação masculina para dominação do território a partir de uma “percepção espacial” diferenciada, argumento muito reproduzido nas ciências espaciais a partir da famosa pesquisa “Childhood and Society – Genital Modes and Spatial Modalities” de 1965 do psicanalista Erik Erikson. Segundo sua pesquisa, meninos teriam uma tendência inata a construir formas absolutas e fálicas, enquanto as meninas tenderiam a compor espaços uterinos e horizontalizados¹⁶.

Por fim, Weisman analisa algumas edificações produzidas por arquitetas para compreender se elas projetam de forma diferente ou não dos homens, e a partir de que contextos sociais o fazem. Uma das grandes contribuições da autora é discutir a questão da forma de projetar feminina/feminista¹⁷ sem se render a discursos deterministas, ainda que os traga em

¹⁶Esse estudo teria permitido o estabelecimento do que Aaron Betsky (1995) chamaria de “poderoso argumento”, ou seja, uma prova incontestável da diferença de percepção espacial entre homens e mulheres. Rebelando-se contra esse argumento biologicista, o autor apela para a filosofia culturalista de Simone de Beauvoir. Ver também: **Biological and social differences.** In : KUHLMANN, Dörte. *Gender Studies in Architecture: space, power and difference.* Londres e Nova York: Routledge, 2013.

¹⁷Vale lembrar que nem mesmo dentro do feminismo podemos afirmar que todas as mulheres são feministas, ou que todos os temas relativos a elas sejam do feminismo. Autores como Jennifer Bloomer e Richard Williams apontam para a impossibilidade de uma arquitetura feminista, enquanto arquitetas como Marion Weiss fazem uma análise crítica comprometida com o feminino, e não o feminista. Cf. WEISS, Marion. **The Politics of**

seu texto. O mesmo faz a historiadora Jane Rendell, que transita com desenvoltura entre o universo da escrita teórica e histórica¹⁸, o que lhe permite uma formulação precisa sobre o conflito existente entre o feminismo essencialista e o marxista:

Para as feministas essencialistas é importante argumentar a favor da diferença inata porque fortalece os argumentos da revolução feminista e a substituição do patriarcado por uma cultura aprimorada baseada nas mulheres. As feministas materialistas acham aspectos do essencialismo perturbadores, porque ele pode ser visto como incentivo a certas formas de sexismo - se é que de fato as mulheres são diferentes dos homens, por que dar às mulheres os mesmos direitos que os homens? Em vez disso, feministas materialistas argumentam que, se as diferenças entre homens e mulheres são consideradas o resultado de circunstâncias materiais, "desfazer" essas diferenças resultará em uma relação mais igualitária entre os sexos. (p.22)

É também Rendell que se debruça sobre a terceira corrente feminista apontada por Scott, influenciada pela psicanálise. Em seu livro “The Architecture of Psychoanalysis: Spaces of Transition”¹⁹, a autora relaciona os campos da psicanálise de Freud a Winnicott à arquitetura, com especial atenção para o construtivismo do começo do século XX. Não deixa de ser interessante como seu arco temporal resgata muitas das discussões e interlocutores de Sylvia Lavin (2007), que também analisa como as teorias psicanalíticas dialogaram com a arquitetura nos anos 1940 e 1950. Segundo Jane Rendell, essa teoria acompanharia a formação do pensamento pós-moderno, em especial seu foco na linguagem. Podemos dizer que a teoria da arquitetura foi grandemente alimentada por essas discussões, que vão de debates estruturalistas e comportamentais até a filosofia pós-estruturalista, que ainda se utiliza largamente da psicanálise para sua formulação. Nas palavras de Rendell et al.:

Basear-se no pós-estruturalismo, na psicanálise e na teoria de gênero também tem permitido desenvolver um corpo de trabalho que problematiza termos aparentemente estáveis como "arquitetura", "masculino" e "feminino". Arquitetura e masculinidade são examinadas como ideologias que se reforçam mutuamente. Em uma profissão em que a masculinidade desmorona na figura neutra do 'arquiteto' e os locais da educação e discurso arquitetônicos atuais - o escritório, a mídia, a instituição e a profissão - também são considerados neutros quanto ao gênero, a importância de reconhecer o gênero como uma

Underestimation. In: AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. **The Sex of Architecture.** Boston: Harry N Abrams, 1996; WILLIAMS, R. J. Sex and buildings: modern architecture and the sexual revolution. Londres: Reaktion Books, 2013, p. 148; BLOOMER, Jennifer. **Abodes of Theory and Flesh: Tabbles of Bower.** Assemblage, Nova York, n.17, abr. 1992.

¹⁸Cf. RENDELL, Jane. **Subjective Space: A Feminist Architectural History of the Burlington Arcade.** In: McCORQUODALE, D.; RUEDI, K.; WIGGLESWORTH, S. *Desiring Practices: architecture, gender and the Interdisciplinary.* Londres: Black Dog Publishing, 1996.

¹⁹RENDELL, Jane. **The Architecture of Psychoanalysis: Spaces of Transition.** Londres: I.B.Tauris, 2017.

construção social para criticar o bastião heterossexual e patriarcal da prática arquitetônica é enfatizado. (2000, p. 233, tradução nossa)

É pela linguagem que arquitetas como Jennifer Bloomer revelam a insuficiência das estruturas linguísticas tradicionais para explicar o mundo. Faz parte das teóricas que se concentram em “redefinir a forma como uma prática feminista na arquitetura deve ser” (p. 227, tradução nossa), possível motivo pelo qual Rendell a tenha colocado como um dos marcos do pensamento pós-moderno, enquanto as atividades do grupo Matrix foram consideradas modernas. A rigor o grupo britânico é tão pós-moderno quanto o Bloomer, afinal também critica diversos aspectos do pensamento modernista, se organiza no bojo da crítica institucional dos anos 1970, é marcadamente feminista e dialoga com questões descoloniais. Ainda assim, fundamenta-se na positivação do desenho, enquanto Bloomer, assim como tantos outros nomes, quer redefinir a disciplina a partir de seus fundamentos, e não de suas práticas. É o caso, também, de Beatriz Colomina, que no livro “Sexuality and Space” (1992) indica uma tendência geral daqueles anos (e que segue importante até hoje): o de dissolução progressiva das barreiras entre teoria, história, crítica e prática projetual. Ainda que a cisão sugerida por Rendell seja instável, ela advoga, ao fim e ao cabo, por uma práxis feminista que articule pensamento e prática.

A importância da tradição psicanalítica para o pensamento arquitetônico também pode ser confirmada pelo fato de Kuhlmann (2013) ter dedicado um capítulo inteiro ao tema em seu livro sobre a história da relação arquitetura e gênero. Ela aprofunda as interpretações formais da arquitetura segundo as discussões sobre o falo e o útero, sempre permeadas pelo estruturalismo freudiano ou pós-estruturalismo lacaniano. De forma geral, Joan Scott identifica que a passagem do estruturalismo para o pós-estruturalismo não foi suficiente para superar distinções binárias entre os gêneros. Mesmo assim, a abertura da arquitetura à psicanálise e sua relação com o pós-estruturalismo teria formado um dos diálogos mais ricos de nosso campo teórico. Como visto no capítulo anterior, o desconstrutivismo de Tschumi, Eisenman e tantos outros é debitário do pensamento de filósofos como Jacques Derrida, que crítica binômios masculino-feminino.

O esquema apresentado pela historiadora Joan Scott foi operado de forma a demarcar mais as diferenças que as convergências entre as três correntes feministas. Soma-se a isso o fato de ter sido feita uma associação entre a teoria feminista e a teoria da arquitetura, com todos os riscos que essa tradução acarreta. É preciso atentar que nenhuma dessas narrativas é estanque, e a todo momento as referências e métodos se cruzam, nem sempre de maneira clara, sendo algumas associações mais frutíferas que outras. O resultado é uma exploração por vezes contraditória dos conceitos estudados, como quando Adrian Forty analisa a questão do gênero na história da arquitetura²⁰, avançando em alguns pontos, mas recuando em outros.

O autor sublinha a possibilidade de uma terceira via ao binômio homem-mulher ao considerar a neutralidade de gênero. Sua ideia central é a de que os antigos sistemas arquitetônicos teriam perdido força ao longo da história ocidental da arquitetura, e que sua terminologia, tendo estruturado o sistema metafórico das ordens arquitetônicas por séculos, ainda persistiria no nosso inconsciente. Ainda assim, identifica-as como inadequadas, a ponto de dizer que:

(...)a terminologia da diferença sexual desapareceu com Sullivan. Por volta de 1924, quando ele morreu, os gêneros tinham deixado de ser aquela metáfora comum, organizadora de toda uma variedade de distinções hierárquicas, ‘forte/débil’, ‘resoluto/ equívoco’ e assim por diante – a metáfora que Blondel havia delineado e que havia estruturado o pensamento dos arquitetos e críticos por aproximadamente dois séculos. (p. 139, tradução nossa)

Devemos notar como, apesar de ter enterrado os sistemas clássicos e sua fundação binarista, o modernismo ainda reproduz estereótipos de gênero quando sugere que “é no corpo masculino que se pode encontrar a correspondência mais próxima entre a forma externa e o esforço muscular.” (p. 140, tradução nossa). A associação que Forty faz entre o homoerotismo da estética fascista²¹ e a estetização da arquitetura nos anos da II Guerra Mundial, assim como o distanciamento que o discurso moderno queria ter dos valores artísticos femininos, confirma que mesmo que o sistema arquitetônico tenha superado o binarismo clássico, ele não abandonou por completo o androcentrismo. Ao fim do artigo o autor exemplifica como seria possível abandonar essa hipervalorização do masculino e seus sintomas misóginos, jogando luz às formas de supressão e repressão do feminino na arquitetura. Importante salientar que o autor constrói sua análise de gênero segundo a clara posição de um homem escrevendo sobre o

²⁰FORTY, Adrian. **Masculine, Feminine or Neuter?** In: McCorquada, Duncan (ed.). *Desiring Practices – Architecture, Genres and the Interdisciplinary*. Londres: Black Dog Publishing, 1996, p. 141-155.

²¹Sobre o caso específico do “homo-fascismo”, ver: GAMSÖ, Nicholas. **Fascist Intrigue and The Homo-Spatial Imaginary**. In: LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

masculino. Em sua bibliografia, apenas uma de trinta referências fala diretamente de uma autora feminista. Daí, talvez, a falta de radicalidade do texto, que finda em um tom otimista.

De forma similar, Mark Wigley, homem cis, também percorre a história da arquitetura ocidental a partir da categoria do gênero, em especial no período que vai de Alberti a Gottfried Semper²². Diferentemente do primeiro autor, Wigley preocupa-se em compreender que papel o espaço teve no discurso sobre gênero. Essa visão relacional permitiu que ele observasse, por exemplo, como o corpo teve que ser expulso da arquitetura já que esta buscava “purificar-se” deste: “Ele (o arquiteto) está preocupado em controlar a rejeição do corpo ao isolá-lo do edifício pois este literalmente ameaça sua estrutura, tanto a estrutura física (a urina, por exemplo, deve ser desviada das paredes pois as deteriora), quanto sua ordem abstrata.” (p. 344, tradução nossa). Porém, como excluir o corpo e ao mesmo tempo projetar para ele? Isso ocorreria, defende o autor, da mesma forma que se deve docilizar o corpo da mulher, mas precisa-se deste para os fins de procriação:

A mulher pode representar o homem apenas quando virtuosa, imóvel, inalterável. A função da teoria arquitetônica passa a ser o controle do ornamento, restringindo sua mobilidade, domesticando-a ao definir seu “lugar apropriado” (preso ao chão, fiel representante da presença de um edifício) em oposição à impropriedade da prostituta (mobilidade, desprendimento do chão, independência, permutabilidade). As práticas de ornamentação são reguladas de forma que o ornamento represente e consolide a ordem do edifício que recobre, que é a do homem. É usado para tornar visível esse pedido. A mulher domesticada é a marca do homem, o sinal material de uma presença imaterial.” (HERSEY, 1994, p. 357, tradução nossa)

Wigley não apenas evidencia as constrições contemporâneas ao binarismo clássico, mas critica frontalmente esse sistema logocêntrico. Sintoma disso é sua defesa de uma outra origem da arquitetura, que passa a surgir do ornamento, a partir do “Principle of Dressing” de Semper²³. Três anos depois Aaron Besky retoma essa teoria ao falar do acampamento das sociedades matriarcais como a primeira arquitetura²⁴. Tanto a tenda quanto a vestimenta teriam antecedência sobre a construção, dando ao ornamento um status de prevalência sobre o

²² WIGLEY, Mark. **Untitled: The Housing of Gender**. In: COLOMINA, Beatriz (org.) **Sexuality and Space**. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

²³ A valorização do ornamento, ou das chamadas “artes menores” é um recurso histórico importante para uma teoria arquitetônica que pretenda criticar o patriarcado. Em sua conferência sobre o tema em 2014, Susana Torre fala, por exemplo, das artistas Joyce Koziuff e Mimi Shaphiro, que reintroduzem a tecelagem como parte das artes notáveis. Cf. TORRE, Susana. **Discurso de abertura proferida no evento Feminism and Architecture: Intergerational Conversations**, mar. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LNNLZgqlghs>. Acesso em 13 ago. 2019.

²⁴ BETSKY, 1995.

tectônico, ao contrário do que defenderam diversos arquitetos dentre os quais Adolf Loos²⁵. A indireta, ao mesmo tempo que contundente, crítica a Loos é partilhada por alguns pensadores e pensadoras atentos às limitações disciplinares do projeto moderno. É o caso de Susana Torre²⁶, arquiteta argentina que ironiza a figura do “Mr. Architect” que projeta por pressupostos ideais, mas a todo momento precisa responder a novas demandas da realidade social:

Isso também estabelece uma distinção brutal entre arquitetura como a materialização absoluta do *logos* (a Pirâmide) e arquitetura como a forma evolutiva do *desejo* (o Labirinto). Coincidentemente, esses dois símbolos correspondem a ideias culturalmente definidas de masculinidade e feminilidade e são associados a modos de existência e padrões de pensamento comumente atribuídos a homens e mulheres. (p. 198, tradução nossa)

Em contraposição ao demiurgo, Torre fala de dois “labirintos”, ou seja, duas obras projetadas por mulheres que não pretendiam se pautar pela previsibilidade, mas sim pela intuição e acumulação: a Bottle Village (Grandma Prisbrey) e Llanda Villa (Sarah Winchester). Entenda-se por acumulação algo próximo do conceito de suplemento de Deleuze, ou mesmo o devir grotesco de Timothy Morton e Mikhail Bakhtin. Ao abraçar a ambiguidade, esses projetos se aproximariam do “paradoxical space”²⁷, pois estariam dentro e fora do sistema arquitetônico ao mesmo tempo. Ainda que as metáforas da Pirâmide e do Labirinto não sejam totalmente novas – Denis Hollier resgata a análise de Bataille sobre essas imagens em seu livro de três anos antes²⁸-, Torre é pioneira na filiação dessas formas aos estereótipos do masculino e do feminino. Ela pode ter sido leitora tanto de Bataille quanto de Tschumi, outro autor que fala das mesmas imagens no seu artigo “The Architectural Paradox”, em 1975²⁹. Em seu texto o autor advoga pela impossibilidade do retorno ao moderno, dada a ruptura, ou distância, entre a realidade social e o sonho utópico por ele colocado. Compara as figuras da Pirâmide, razão e projeto, e Labirinto, experiência e vida empírica, na busca um terceiro termo. A arquitetura habitaria esse local entre o espaço idealizado e o espaço real, produto da práxis social. Como lembrado no segundo capítulo, é neste texto que o autor defende a dimensão erótica na arquitetura, mesmo que sem discutir gênero propriamente dito.

²⁵LOOS, Adolf. **Ornamento e Crime**. Lisboa: Cotovia, 2004.

²⁶TORRE, S. **The Pyramid and the Labyrinth**. In : TORRE, S. (ed.) *Women in American Architecture: A Historic and Contemporary Perspective*. Danvers: Watson-Guptill, 1977.

²⁷O termo é usado originalmente no último capítulo do livro *Feminism and Geography* (1993) da geógrafa Gillian Rose, e pode ser traduzido por “espaço paradoxal”.

²⁸HOLLIER, Denis. **Against Architecture: The Writings of George Bataille**. Cambridge: MIT Press, 1990.

²⁹TSCHUMI, Bernard. **The Architectural Paradox**, 1975. HAYS, M. (ed.). *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

Aquilo que não é planejado também é tema da filósofa Elizabeth Grosz. Ela é uma das mais importantes intelectuais de fora da arquitetura que a observam através dos temas aqui tratados. Na introdução de seu livro sobre o corpo e o espaço³⁰ posiciona-se no que chama de “terceiro espaço”, olhando tanto a arquitetura quanto a filosofia por meio de um ponto privilegiado. Nele, fala da importância do estranho, do exógeno, para a coesão de determinado corpo social constituindo um excesso que, para Bataille, seria aquilo:

“[...] o que não tem função, finalidade ou outro uso além de gasto de recursos e energia, é aquele que mina, transgrede e contraria a lógica da funcionalidade. O ornamento, o detalhe, o redundante e o desnecessário: estes podem ser elementos provisórios de qualquer arquitetura de excesso (em vez da Bataille, Winchester House?) (p. 155, tradução nossa)

Bataille defende que o excesso é o animal, bestial, o corporal e seus desejos, sendo contraposto pela filósofa feminista Luce Irigaray, que localiza essa sobre no outro, representação desse mesmo resíduo, onde habitaria a Mulher e o feminino. Ao fazê-lo, a autora subtrai a humanidade daquilo que é marginalizado, buscando uma representação própria do feminino segundo uma escritura transgressora. Sua influência sobre a arquitetura pode se dever ao fato da autora associar a questão da diferença, inclusive sexual, com uma outra ordenação espaço-temporal: “Para fazer com que fosse possível pensar através dessa diferença, vivenciando-a, nós devemos reconsiderar toda a problemática do *espaço* e *tempo*.” (p.157, tradução nossa). Porém como e por que Irigaray chega a essa conclusão?

Primeiro por que, para a filósofa, a mulher é um lugar para o homem, desenhada enquanto continente dos limites do que é ser um homem. É em relação a ela que ele delimita sua masculinidade, o que seria em si a contradição fundante na medida em que ela forneceria o local através do qual o homem constrói sua subjetividade, quando ela mesma não tem um lugar para si. A mulher é tida como algo pré-cultural, uma matriz capaz de desafiar as coordenadas propostas, afinal é fundação e pedra do espaço masculino. Nela reside a possibilidade de desmontagem desse mesmo espaço, exatamente porque:

“[...] as características e atributos do maternal-femenino na cultura Ocidental – passivo, neutro, fluido, sem forma, incompleto, vazio ou inválido; um receptáculo necessitando de um conteúdo, recheio, intervenção – são precisamente aquelas também atribuídas ao espaço, não porque as mulheres de forma alguma se pareçam com o espaço, mas porque a forma de tratamento do maternal-feminino é condição e molde para as maneiras como o espaço é conceitualizado e contido.” (GROSZ, p. 162, tradução nossa)

³⁰GROSZ, E., 2001.

A partir dessas questões Grosz reflete sobre como seria uma outra forma de pensar o espaço, uma outra arquitetura, que, diferentemente do senso comunitário que restringe o acesso do outro ao seu núcleo, se constrói a partir da marginalidade. Nos seis pontos dessa nova arquitetura, ela diz que não se trata de criar espaços destinados às mulheres, à comunidade *queer*, ou a qualquer outro grupo identitário, o que levaria à reprodução da lógica de “ilhas”, mas sim a exploração (científica, artística, arquitetônica e cultural) de espaços em diferentes termos. A seguir, fala sobre como espaço e tempo possuem suas próprias formas de intensidade e extensão, não podendo ser consideradas nem opostas nem complementares, mas específicas. Uma vez que isso seja entendido, cabe à arquitetura recuperar as origens funcionais de abrigo e proteção fornecidos, num primeiro momento, pelo útero materno. E, sendo algo além de sua razão fundante, a arquitetura está em eterno estado de objeto inacabado, processo espacial, “aberto a qualquer uso que venha a ser colocado em um futuro indeterminado, não como contenedor de sólidos, mas como facilitador de fluidos.: ‘volume sem contorno’, como descreve Irigaray (...)” (p. 165, tradução nossa).

Seria percorrendo esses passos que a arquitetura se transformaria no que a autora chama de uma “arquitetura do excesso”, capaz de produzir espaços que abrigam experiências sociais de vidas imaginadas. Todos aqueles corpos historicamente marginalizados e excluídos lograriam encontrar um lugar para si, um lugar para expressar sua subjetividade rapinada pelo sistema logofalocêntrico. Recuperar esse lugar na arquitetura, significaria, inclusive, buscar outro mito de origem, já que, nas palavras de Eisenman, “A busca das origens na arquitetura é a manifestação inicial da aspiração por um ponto de partida racional para a concepção da forma.” (p. 236)³¹.

Há basicamente duas formas de buscar essa origem: através do método científico histórico-arqueológico, ou através do universo do simbólico e mitológico. Grosz logra articular ambos os caminhos e formula algo entre o biológico (útero como primeira casa), o arqueológico (a tenda das sociedades autóctones) e o simbólico (a mulher enquanto lugar de produção do masculino). Além disso, a mulher é transformada em material de construção, insumo mítico do fazer arquitetônico. Segundo ela, o arquiteto “contém ou a envolve com paredes brancas enquanto se envolve e às suas coisas com a carne dela.” (p. 160, tradução nossa)

³¹EISENMAN, Peter. **O fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim**. In: NESBITT, Kate (org.) Uma nova agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Manuela Antoniu³² fala do mito europeu do emparedamento da esposa do construtor como forma de terminar uma obra que de outra maneira seria interminável. Levanta uma série de questões simbólicas como a ausência do corpo feminino para que seja possível a presença do corpo masculino, agora tido como mártir por sacrificar sua cônjuge. Ele não poderia construir sem ela, sem essa transmutação de carne em pedra: “A presença transmutada de Ana (seu corpo arquetônico), infinitamente repetida em sua reflexão aquosa, é a presença em uma representação possibilitada apenas por uma ausência (seu corpo físico).” (p. 123, tradução nossa). A percepção corrente que transforma o construtor em vítima só é possível se considerarmos que a mulher é seu objeto. Ao retirar a dimensão ontológica do corpo feminino, reduzindo-o à sua dimensão ôntica, o mito escancara a objetivação pela qual passa a mulher ao longo da história da construção.

Outra autora que discute as origens da arquitetura, porém desta vez a partir dos símbolos tomados de empréstimo da psicanálise, é Alessandra Ponte³³. Em seu texto ela aborda o falo e seu poder generativo, contrapondo-se à teoria vitruviana que faz da mímese da natureza a força geratriz da arquitetura. Ela estuda as teorias de Richard Knight e sua busca por elementos afins nas diferentes culturas e suas religiões. O artigo se encerra concluindo que:

Embora ambas as interpretações - vitruviana e simbólica - sejam igualmente logocêntricas, a simbólica expõe o significado do símbolo fálico. Para uma interpretação do início da disciplina de arquitetura, da fundação de seu corpo (e de sua corporeidade), as interpretações simbólicas representaram uma interessante mudança do logocentrismo para um rigoroso falocentrismo. (p. 305, tradução nossa)

Mesmo que prenhe de potencial crítico, essa linha de pesquisa não lida diretamente com argumentos históricos ou antropológicos que explicam satisfatoriamente os modos como a mulher é oprimida no sistema arquetônico. Para isso será necessário ler estudos como o de Mimi Loboll sobre as expressões ancestrais da divisão sexual do trabalho nas sociedades primitivas³⁴. Partindo de uma pesquisa arqueológica sobre a arquitetura de 25.000 a.C., localiza princípios compositivos arquetônicos em uma sociedade na qual a mulher gozava de maior

³²ANTONIU, Manuela. **The Walled-Up Bride: An Architecture of Eternal Return**. In: COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. *Architecture and Feminism*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

³³PONTE, Alessandra. **Architecture and Phallocentrism in Richard Payne Knight's Theory**. In: COLOMINA, Beatriz (org.) *Sexuality and Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

³⁴LOBELL, Mimi. *The Buried Treasure - Women's Ancient Architectural Heritage*. In: BERKELEY, Ellen Perry (ed.); McQUAID, Matilda (ass. ed.). **Architecture. A Place for Women**. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press, 1989. Ver também: WEATHERFORD, Elizabeth. **Women's Traditional Architecture**. In: HERESIES. Nova York: Heresies Collective, vol.1, n.2, issue 2, 1977; BETSKY, A. **Building Sex: Men, Women, Architecture, and the Construction of Sexuality**. Nova York: William Morrow & Co., 1995.

igualdade social, independência e respeito. O resultado eram formas ginecomórficas, circulares e subterrâneas. Lembra um pouco o resgate histórico que Cole (1973) faz das sociedades nativo-americanas lideradas por mulheres. Apesar de fundamental, esse tipo de pesquisa pode alimentar argumentos deterministas, como nos avisa Wittig (HOLLANDA, 2019) referindo-se exatamente aos estudos sobre sociedades matriarcais pré-históricas.

Se Kuhlman (2013) desenvolve, em seus quarto e quinto capítulos, os elementos do falocentrismo da arquitetura, é também neles que a autora discorre sobre as sociedades matriarcais, relacionando essa forma social a uma arquitetura feminina. Aborda diversas especulações históricas por meio de estudos iconográficos, e a maneira como as arquitetas têm explorado esse universo em suas obras:

Desde a década de 1970, alguns grupos ecologicamente orientados e feministas, inspirados nesse discurso, se dedicaram ao desenvolvimento de uma nova linguagem de forma para a ‘arquitetura feminina’. Em 1975, Mimi Lobell projetou um labirinto e um "templo para a deusa" para adorar a Grande Deusa em Aspen, Colorado. Inspirado pelos antigos templos de Gozo e Malta, o templo redondo era cheio de simbolismos matriarcais e freudianos adequados para batismos e uma celebração do "princípio feminino". Merete Mattern projetou eco-casas em forma de flores, ninhos de cavernas com plantas circulares formando uma eflorescência. Assim como Mattern, muitas planejadoras promoveram cidades com estruturas interligadas e salas de uso comum subterrâneas em forma de útero.” (p. 62-63, tradução nossa)

Nas diversas imagens que ilustram seu texto, a autora fala sobre a relação do círculo com o útero, que significaria a presença do feminino na arquitetura, em contraposição à falicidade da torre. Embora possam parecer essencialistas, essas asseverações são relativizadas quando a autora destaca como a ortogonalidade de Le Corbusier é mais retórica do que prática, caso contrário qualquer um que projetasse a partir da forma curva teria proximidade com o feminino. Além disso, a autora identifica aspectos de uma arquitetura feminista em obras produzidas por homens.

Assim como Kuhlman, Deborah Fausch³⁵ problematiza o feminismo essencialista, mas admite sua operacionalidade, e concorda que uma perspectiva feminista poderia ser aplicada no momento do projeto, superando uma conexão direta e unívoca entre quem projeta e sua identidade de gênero. Ambas as autoras se distanciam do determinismo biológico, mas não é

³⁵FAUSCH, Deborah. **The Knowledge of the Body and the Presence of History-Toward a Feminist Architecture**. In: COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. *Architecture and Feminism*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

incomum que, nesse processo, defendam interpretações no mínimo apressadas sobre a produção arquitetônica.

Tomemos como exemplo a interpretação que Fausch faz da “promenade architecturale” corbusiana, que na sua inclusão do movimento corporal se oporia ao arquétipo da experiência moderna. Por esse simples motivo se aproximaria do pensamento feminista, já que “Essa aproximação entre sujeito e objeto, ideal e material, mente e corpo, em uma nova forma pós-literária de mescla de funções poderia então ”produzir” um novo sujeito feminista cuja estratégia é a personificação do conhecimento.” (p. 55, tradução nossa) Talvez o grande problema desse argumento seja associar toda e qualquer prática arquitetônica que privilegie uma experiência corporal e holística a uma “arquitetura estrategicamente feminista.” (p. 42, tradução nossa). A associação de formas arquitetônicas a expressões de gênero reproduz uma estrutura discursiva clássica, e impossibilita qualquer mobilidade não-binária entre as categorias, muitas vezes apresentadas de forma imemorial, leia-se, natural, do masculino e do feminino.

3.2 Regimes de negociação entre o público e o privado

Por materializar de forma clara a dimensão política da arquitetura, o espaço público tem tido centralidade nas discussões sobre gênero e sexualidade³⁶. Esse é um tema caro não só às ciências espaciais, mas às ciências humanas como um todo, especialmente aquelas áreas influenciadas pelo *spatial turn*. Nesses estudos é comum encontrarmos interlocutores que concordem com a visão de Heidegger sobre o público e o privado, segundo a qual haveria um “inevitável entrelaçamento entre espacialidades privadas e públicas”(PÁDUA, 2008, p.71) que o levariam a recusar qualquer separação rígida entre eles. Se é verdade que o privado é uma região cujos limites importam mais do que as conexões, também é verdade que eles só existem em relação ao público. O alargamento ou constrangimento de um ou de outro significa a constante renegociação social do que é o fora e o que é o dentro, e os regimes de transição no “entre” que se constitui.

Por esse motivo, falar da mulher no espaço público significa falar de sua relação com o espaço doméstico. O “ganhar as ruas” é um potente ato de resistência ao lugar que lhes fora destinado pelo patriarcado. Na Grécia antiga a mulher precisava ser preservada pois tinha uma menor temperatura corporal³⁷; na era vitoriana era indecoroso que as mulheres deixassem os afazeres domésticos, como o cuidado dos filhos e da alimentação; e hoje em dia não caberia à mulher se expor aos perigos da vida urbana. Para o feminismo, ocupar os cenários da vida pública sempre significou uma dupla rebeldia: de um lado, nega-se o papel imposto de dona de casa, e de outro, concorre-se com os homens pelo poder da palavra. Claro que hoje em dia essas barreiras encontram-se mais instáveis do que nunca, mas mesmo que o feminismo de quarta onda (do início século XX, com atos públicos como a Marcha das Vadias³⁸) explore a Internet e os meios digitais de mobilização, a questão “Onde estão meus nabos?”³⁹, do escritor anarquista Hakim Bey, sempre será pertinente. É também o feminismo que recupera a dimensão corporal da produção da cidade:

³⁶Cf. MORLEY, D.; PETERSON, R.; WEKERLE, G. **New Space for Women**. Boulder: Westview Press, 1980; TORRE, S. (ed.) **Women in American Architecture: A Historic and Contemporary Perspective**. Danvers: Watson-Guptill, 1977. Ambas as publicações são estruturadas a partir da análise do ambiente doméstico, da prática profissional da mulher na arquitetura, e de sua atuação no planejamento urbano e discussão sobre cidade.

³⁷SENNET, R., 2008.

³⁸HOLLANDA, H. B. (org.), 2018.

³⁹ O autor se refere à materialidade dos desejos, que nunca seria respondida por completo na ideologia cibernóstica, segundo a qual conseguiríamos transcender a carne através do virtual. Ver: CAP. 4 – A internet e a web. In: BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**; tradução de Renato Resende. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

O corpo e seu entorno, mais do que isso, produzem-se uns aos outros como formas do hiper-real, modos de simulação que ultrapassam e transformam qualquer realidade que cada um possa ter na imagem do outro: a cidade é produzida e transformada em um simulacro do corpo, e o corpo, por sua vez, é modificado, “citificado”, urbanizado como um corpo distintamente metropolitano. (GROSZ, 1992, p. 242, tradução nossa)

Não por acaso, o feminismo contemporâneo reivindica termos que antes eram tidos como pejorativos, a exemplo das “vadias” que tomaram as ruas ao redor do mundo. Ressignificam ofensas que historicamente são usadas para se referir àquelas mulheres que ousaram ocupar as ruas, serem vistas, e serem sujeitos desejantes: as “putas”. “Mulher da vida”, “mulher de rua”, “rampeira”, “dama da noite”, todos sinônimos da mesma personagem que ocupa espaços que não lhe eram devidos. Aquela mulher que dá as boas-vindas aos viajantes que, como Macunaíma, chegam à cidade na condição de estranhos, desconhecedores do fato urbano. Ali, no cais do porto, nas franjas das cidades, nos centros decadentes, nos parques e nas avenidas. Também ocupam a todo instante os locais de negociação do público e do privado, como os umbrais das portas, as sacadas e as janelas. Podem exercer sua profissão em qualquer canto mal iluminado e, quando a clientela possui mais dinheiro, o fazem dentro de bordéis ou hotéis, espaços acusados pela sociedade conversadora de serem a “anti-casa”, a outra casa, a “casa das primas”. Novamente, o excesso das cores vibrantes, do palimpsesto de papéis de parede, de móveis sem nenhuma coerência, de cenários sobrepostos, tablados, cortinas, tubos de dança etc. Essa mesma margem é dividida com diversos párias sociais, como os gays, os usuários de drogas, as pessoas em situação de rua etc.

Mas falta alguma coisa. O que compartilham a prostitua e a dona de casa, ambas sujeitas oprimidas pelo sistema patriarcal? Seu corpo. É o corpo que transita entre a cama e o meio fio, entre a cozinha e o restaurante, entre a gravidez e o voto. E é o corpo, na rua, que vira uma das performances mais importantes dos movimentos feministas, mas também do negro, do LGBTQ+, das lutas dos oprimidos em geral. Nas palavras de Hollanda (2018), “O corpo ganha palavra e a palavra, corpo.” (p.36). Reocupar o corpo, o próprio corpo, é o movimento necessário para que qualquer e todo espaço, do público ao privado, seja ocupado por quem não pôde transitar entre eles. Porque em verdade, o problema não é estar destinado a um ou outro, mas sim não poder circular entre eles. É por essa qualidade que o presente estudo não pôde se furtar a discutir essas questões, pois a arquitetura habita exatamente entre a escala do urbanismo e do espaço doméstico, ambos temas que decidimos não nos aprofundar. Contudo o que se verifica é uma cisão entre os estudos de gênero consolidado nos termos do urbanismo e da domesticidade.

No hall de autoras incontornáveis sobre esses assuntos está Dolores Hayden, uma das primeiras teóricas da arquitetura a discutir a questão do gênero. O faz principalmente no campo do urbanismo, mas em textos como *What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work* (2000) confirma a dimensão relacional do debate sobre espaço público, ao criticar a máxima vigente que associada mulher ao ambiente doméstico. Assim, inicia-se seu texto: “‘O lugar da mulher é na casa’ tem sido um dos princípios mais importantes do projeto arquitetônico e urbanístico nos Estados Unidos no último século” (p. 266, tradução nossa). Apenas criticando esse paradigma é que poderíamos começar a imaginar uma cidade não-sexista, derrubando a tradicional divisão entre público e privado, um dos objetivos máximos do que ela defende ser uma agenda socialista e feminista dos anos 1980.

Assim como Hayden, Leslie Kanes Weisman é outra interlocutora importante. Em seu libelo contra um mundo produzido pelo e para o homem⁴⁰, analisa de que maneiras as cidades são perigosas para as mulheres e como os homens são feitos para dominar o espaço público, entre outras questões. Como era comum nos anos 1980 e 1990, também analisa a economia doméstica, problemas de violência contra a mulher, a situação das mães solteiras e até mesmo políticas habitacionais, concluindo que “Qualquer proposta feminista para a habitação deve ser integrada, e ter como objetivo não apenas a igualdade da mulher no mercado de trabalho, mas a transformação mesma do trabalho e da vida familiar.” (p. 119, tradução nossa). Ao aproximar problemas não arquitetônicos, como a exploração do trabalho da mulher com a produção de casas, entende que a mudança da estrutura social é condicionante para que surja uma outra estrutura familiar e, por conseguinte, uma outra noção de “lar”. Seu argumento a aproxima de uma leitura marxista para a qual uma mudança estrutural precede as transformações na esfera da superestrutura, onde se localiza a arquitetura. Apesar de discutir os novos tipos habitacionais que acompanharam um discurso de emancipação da mulher desde o final do século XIX, Weisman reitera que “Se queremos transcender essas limitações conceituais, é crucial que entendamos o papel incontornável que a família tradicional tem na formação de nossas identidades.” (p. 126, tradução nossa).

Outra autora que discute o tema é a arquiteta espanhola Monica Cevedio. Em seu livro⁴¹, fruto de sua tese de doutorado, ela estabelece uma relação direta entre os espaços público e privado e as tarefas sociais consideradas produtivas ou improdutivas. Defende que a simples valorização das tarefas historicamente não-remuneradas, como o cuidado dos filhos e

⁴⁰CAP. III. The Private Use of Public Space. In: WEISMAN, L. K. **Discrimination by Design: A Feminist Critique of the Man-Made Environment**. Champaign: University of Illinois Press, 1994.

⁴¹CEVEDIO, M. **Arquitectura y género, espacio público/ espacio privado**. Barcelona: Icaria, 2003.

da casa, seria suficiente para incidir sobre um novo uso do espaço, acabando com as tradicionais divisões entre exterior e interior (p. 98). Poderíamos dizer que ela tem um pensamento oposto ao de Weisman, que apesar de não descartar o papel da arquitetura nas conformações de gênero, não se rende à lógica determinista de Cevedio.

Mudar o espaço não significa mudar uma sociedade, por mais que seu inverso pareça promissor. Mas apesar das discordâncias, tanto Weisman quanto Cevedio são seduzidas pelo apanágio da dissolução do espaço público e privado enquanto sinônimo de libertação da mulher. Mesmo que a formação histórico-marxista de Weisman a faça fugir de leituras espaciais simplistas, ela acredita que a planta flexível pode significar um avanço na agenda feminista. É muito instrutivo refletir sobre essa leitura quase trinta anos após sua escrita. Ela nos lembra que todo avanço social pode (e muito possivelmente será) absorvido pelo sistema capitalista, podendo ser invertido e antagonizar com o próprio motivo de sua criação. Nos nossos dias a planta flexível não só é uma realidade, como a possibilidade de trabalhar em casa, ou de dormir no trabalho (como na cultura dos cochilos, ou salas de descompressão) serviram de mecanismos de expansão do universo do trabalho sobre a vida particular. Se por um lado permitem que trabalhemos e cuidemos da casa, ou que mães trabalhem e cuidem de seus filhos no mesmo ambiente, por outro, transformam nossas próprias casas em lugares de exploração. Quanto à lógica usada por Cevedio para defender uma inversão do público e privado a partir das formas de remuneração, cito Rendell:

Apesar de diferenças disciplinares, a análise feminina de gênero e espaço tem se focado a criticar o paradigma de esferas separadas (o sistema binário que descreve o espaço de gênero como opositivo e hierárquico, com duas características mutuamente exclusivas - o espaço público, de domínio masculino, da cidade, e o subordinado espaço privado, de domínio feminino, da casa). Esse paradigma é problemático pois, como um dispositivo capitalista e patriarcal, perpetua certas premissas relativas a sexo, gênero e espaço, e prioriza a relação do homem com a cidade. (2000, p. 135, tradução nossa)

Algumas arquitetas conseguiram fugir dessa armadilha ao compreender que o potencial transformador da arquitetura está muito mais ligado à sua dimensão como artefato cultural do que como produto/produtor social. Uma delas é Beatriz Colomina, teórica norte-americana que estuda mídia, gênero e arquitetura moderna. Um de seus textos mais importantes analisa diversas casas de Adolf Loos⁴² pela lente da divisão sexual do espaço. Isso se revela quando a autora posiciona a “biblioteca” dentro de um universo eminentemente masculino, e a

⁴²COLOMINA, Beatriz. **Intimacy and Spectacle – The Interior of Loos**. In: BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.). *Strategies in Architectural Thinking*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.

“theater box” (espécie de tablado elevado) como espaço feminino. A autora defende que as casas de Loos teriam uma qualidade uterina e tátil, privilegiando a experiência corporal, e não a apreensão mental que se suporia a princípio segundo a fachada exterior. Famoso pelo extenso uso de *raumplan*⁴³, o arquiteto constrói seus interiores de forma complexa, com rico uso de encobrimentos e desvelamentos visuais, cenários e variações de luz e sombra. Porém, o elemento que Colomina analisa, e que melhor compõe esse contraste do dentro e do fora (notadamente estoico e austero) é o tablado suspenso. Em suas palavras:

Nos interiores de Loos, a ideia de segurança não é alcançada simplesmente virando as costas para o exterior e ficando imersos no mundo privado - ‘um auditório privativo no teatro do mundo’, para usar a metáfora de Benjamin. Não é mais a casa que é o auditório; existe um auditório dentro da casa, com vista para os espaços sociais internos, em que os habitantes são ao mesmo tempo atores e espectadores da vida em família - envolvidos porém distantes do seu próprio espaço. As distinções clássicas sobre interior e exterior, público e privado, sujeito e objeto, não são mais válidas. (p. 71, tradução nossa)

O texto apresenta desenvolvimento ulterior, com publicação no mesmo ano⁴⁴, que não por acaso se lança a analisar a obra de outro mestre moderno, Le Corbusier. O arquiteto também mostra sinais de contradição ao longo de sua obra, bastando comparar um Corbusier tardio (em Chandigarh, por exemplo) e o autor de seus primeiros escritos, como em “Por uma arquitetura”. O que Colomina destaca é o significado do sentido da visão na obra do mestre francês. Ela não se refere mais a gênero ou sexualidade, na medida em que foca no olhar, na forma como as obras de Corbusier enquadram e filtram a visão, privilegiando um sentido racional em relação aos processos corpóreos. O “sight” corbusiano (usado como corruptela do termo *site*, do inglês terreno) estaria relacionado a uma revolução no conceito de lugar, deslocando o sujeito humanista clássico, que agora não passa de um visitante, a um momento de um mecanismo superior de visualidade. No limite, para o arquiteto, habitar é ver.

Discutimos no capítulo anterior como a visão é um dos mecanismos mais disputados de poder na arquitetura. Tanto Corbusier quanto Loos utilizam-se de seus instrumentos para construir ambiências e defender uma modernidade que metaforiza a visão como elemento da racionalidade humana. A dimensão pública do olhar participa de forma especial nessa hipervalorização do homem moderno, tema explorado por Rendell⁴⁵ ao falar dos dândis ingleses

⁴³O termo refere-se ao desenvolvimento de uma planta em diferentes níveis, assemelhando-se a uma escadaria cujos patamares são diferentes ambientes.

⁴⁴COLOMINA, Beatriz.. **The Split Wall: Domestic Voyerism**. In: _____. (org.) *Sexuality and Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

⁴⁵RENDELL, Jane. **Ramblers and Cyprians: Mobility, Visuality and the Gendering of Architectural Space**. In: DURNING, L.; WRIGLEY, R. *Gender and Architecture*. Chichester: Wiley, 2000.

do século XIX. Dentre os “ramblers” (transeuntes, “batedores de perna”) da Inglaterra vitoriana, o dândi era aquele que não só olhava – dominação masculina do espaço – como quem era olhado – posição objetual da mulher. Suas roupas, manias e trejeitos procuravam a diferenciação nesse fenômeno novo chamado multidão, prenhe de impessoalidade. Tido como afeminado tanto pela forma excessiva como se vestia, como pelo fato de aceitar ser objeto do olhar, essa figura masculina nos faz notar que:

Um aspecto crítico da identidade de gênero é praticado através das relações espaciais de movimento e visão. Homens e mulheres representam suas relações de equivalência e dominância sociais e de gênero por meio de posições como espectadores e objetos de apreciação, e através de movimentos livres e confinamento assistido em arenas públicas. (p. 151, tradução nossa)

Porém, ser objetificada pela visão masculina não é a única forma de submeter a mulher ao regime de visibilidade logofalocêntrico. Mesmo diversos críticos pós-modernos, como Edward Soja, Mike Davis e Henri Lefebvre, excluíram as mulheres de seus estudos sobre a metrópole, agindo, na análise de Boyer⁴⁶, como “detetives noirs”. Essas figuras representariam um homem urbano que circula pela cidade sem nenhum constrangimento. Ativo e sempre atrás de algo, a ele se contrapunha a *femme fatale*, o perigo eminente representado pelo corpo feminino que se esgueira pelas esquinas dessa mesma cidade. O binômio homem/ativo e mulher/passiva se reproduz na modernidade, e resgata mecanismos simbólicos de submissão formulados desde a Grécia antiga: “A transferência metafórica do útero feminino para o receptáculo espacial que aguarda a fertilização masculina, e do modelo abstrato masculino para a forma ideal desencarnada, foram claramente delineadas por Platão” (BOYER, 1996, p.100).

A expulsão do corpo feminino dos espaços públicos, no entanto, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno concernente ao gênero. Esther da Costa⁴⁷ fala de como a mulher negra tem ocupado historicamente as ruas, o que se explica por uma questão de classe, pois diferentemente das mulheres brancas, as negras sempre tiveram que trabalhar:

Diversos historiadores destacaram a presença contínua das mulheres na esfera pública através dos séculos; elas eram invisíveis apenas aos homens. Do mesmo modo, acadêmicos afro-americanos têm mostrado que nesse país, mulheres não-brancas passaram mais tempo em espaços públicos do que homens; o foco persistente na esfera privada mostra uma concepção de domesticidade exclusivamente da classe média branca. (p. 148, tradução nossa)

⁴⁶BOYER, M. C. **Crimes in and of the City: The *Femme Fatale* as a Urban Allegory**. In: AGREST, D; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. *The Sex of Architecture*. Boston: Harry N Abrams, 1996.

⁴⁷MEYER, Esther da Costa. **La Donna è Mobile: Agoraphobia, Women and Urban Space**. In: op. cit.

Oportuno recordar como este estudo não se debruçará sobre questões ligadas a raça ou classe, mas sempre discutirá essas características em seu desenvolvimento. Como demonstrou a autora, não é mais suficiente discutir essas questões centrados apenas em uma domesticidade branca de classe média, mesmo que este recorte não possa ser excluído de nossa leitura. É diferenciando a mulher negra e urbana da branca e suburbana que Esther da Costa problematiza diversas leituras sobre cidade e gênero, trazendo ao embate a questão das patologias urbanas.

Elas decorrem de estruturas sociais de ocupação do espaço que impedem o pleno desenvolvimento de nossos corpos e mentes. O caso analisado é o da agorafobia que acomete mulheres norte-americanas moradoras dos subúrbios. Em suas palavras: “A agorafobia pode ser compreendida enquanto alegoria da divisão sexual do trabalho e a inscrição da diferença sexual e social no espaço urbano. (...) A agorafobia virtualmente representa uma paródia da construção da feminilidade no século XX.” (p. 149, tradução nossa). Tradicionalmente compreendida como o medo do espaço público, a agorafobia diz respeito ao pânico provocado por espaços livres e circulação em grandes espaços vazios, como aqueles produzidos pelo urbanismo moderno.

Esses negativos da forma urbana deslocariam o sentido do corpo e o conduziriam à sua explosão. Seja no dia 1 de maio, com a alucinante ocupação da Praça da Paz Celestial, seja no dia a dia, quando quase ninguém ousa atravessar uma esplanada, o corpo nunca consegue atingir uma intimidade que lhe recomponha a integridade⁴⁸. Despejados da primeira arquitetura simbolizada pelo útero da mãe, não encontramos na multidão moderna, nem em seu isolamento correspondente, o conforto corpóreo.

A agorafobia alegoriza uma divisão sexual do trabalho, que inscreve nos corpos os regramentos de ocupação do espaço urbano. Mas ele não diz respeito apenas ao vazio, ou à percepção de vazio, mas sim ao tempo: “E o tempo, não apenas o espaço, é também um elemento constituinte da agorafobia; à noite, na maioria das grandes cidades, toda mulher é agorafóbica.” (p. 153, tradução nossa)⁴⁹. Essa rica leitura de Meyer traz diversos elementos que

⁴⁸A literatura crítica sobre o urbanismo moderno é vasta e consolidada. Porém sugerimos a leitura da Introdução do livro **BodySpace** de Nancy Duncan, onde a geógrafa desenvolve uma contundente crítica a espaços públicos modernos como a esplanada. Ver também o capítulo 8. DUNCAN, N. **BodySpace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality**. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

⁴⁹José Cortéz traz o inverso da moeda ao falar do uso noturno dos espaços públicos por parte dos homens: “A noite, com seu caráter profundamente ambíguo, converteu-se em um aliado de certos setores sociais invisíveis durante o dia, que pareciam não existir à luz do sol. É curioso porque, enquanto as pesquisas feministas sobre os lugares públicos frequentemente se concentraram em denunciar os problemas e os perigos (assédio e agressões sexuais de todos os tipos), que a mulher é obrigada a enfrentar “lá fora” - daí as campanhas em favor de “reivindicar a rua” ou “recuperar a noite” -, o homem ocupou o espaço público e se apoderou da noite.” (2008, p.167). CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

mostram a potência crítica das posições feministas, pois discute raça, saúde mental e ubiquidade espacial por meio da arquitetura. E mais do que isso, vai entretecendo fios que conectam o universo doméstico ao universo público, superando uma visão estanque que formula a cidade apenas a partir de sua externalidade.

É o que faz Paul B. Preciado em seu livro *Pornotopia – An Essay on Playboy's Architecture & Biopolitics*⁵⁰. Se contrapondo ao regime disciplinar⁵¹ da sociedade industrial, o autor estuda como a revista Playboy inaugura o regime farmacopornográfico no pós-guerra:

O termo se refere a processos de governo biomolecular (fármaco) e somático-semiótico-técnico (pornográfico) da subjetividade sexual - na qual “a Pílula” (uma prótese química, a primeira técnica endocrinológica de separar a (hetero)sexualidade e reprodução) e tecnologias globais de mídia pornográfica são dois descendentes paradigmáticos. (PRECIADO, 2014, p. 125, tradução nossa)

Em contraposição à família nuclear suburbana – que Meyer identificava como aquela com maior índice de agorafobia por seu comportamento anti-urbano -, Preciado fala do “solteirão convicto”. Esse homem, cis, branco e heterossexual de classe média, teria surgido entre os anos 1950 e 1960. A revista teve grande influência na construção dessa figura, afinal ela era seu público-alvo, já que nem o marido suburbano nem a criança impúbere poderiam, moralmente, acessar seu conteúdo. Mas deveria fazê-lo a partir da posição defensiva de criar um homem heterossexual, já que a solteirice poderia significar homossexualidade. A revista lança o que o autor chama de “teoria performativa do espaço”, que seria “de um certo modo um resultado do modelo de incubadora, em que a arquitetura é um útero biopolítico de aluguel, onde o processo de tornar-se homem ou mulher é completamente alcançado.” (p. 33, tradução nossa).

Essa teoria participa das contra narrativas heterossexuais dos anos 1950, ao lado das reivindicações da segunda onda feminista e dos movimentos LGBT+. A Playboy constitui assim uma espécie de terceira via, pois questiona as convenções sexuais de sua época sem diminuir a hegemonia masculina, reconstituindo-a aos moldes pós-fordistas e imateriais de produção. É nesse sentido que o conceito de “pós-domesticidade” se torna central no texto,

⁵⁰PRECIADO, B., 2014.

⁵¹Por regime disciplinar entende-se a nova forma de poder que surge no fim do século XVIII e que rege a vida através de tecnologias de controle populacional e de saúde pública. São os dispositivos sexuais, dentro os quais a arquitetura, que regulam esse biopoder, que penetra e constitui o corpo do indivíduo moderno, agindo menos como força coercitiva e mais como uma negociação do proibido e do permitido. Ver: FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. A vontade de saber – Vol 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

sendo definido como um enclave de alta tecnologia, transgressor dos limites entre prazer, trabalho, descanso e capital⁵².

Estamos falando da criação de uma verdadeira arquitetura do prazer, na qual a casa não é mais o tradicional local de reprodução de valores e pessoas, mas uma possibilidade de sexo não-reprodutivo, de diversão não-produtiva. Mas que forma teria essa arquitetura? Qual seria o desdobramento físico, a imagem espacial dessa pós-domesticidade? É quando a Playboy precisa inventar sua mansão, sua cobertura, seu apartamento urbano⁵³. E, mais do que isso, ela precisa reinventar a “cama”. O livro mostra como a “pharmacopornographic bed” é pensada, e impressiona como se assemelha a diversos paradigmas contemporâneos de conectividade, ócio e produção, diluindo as fronteiras entre o público e o privado. Não por acaso Preciado decide analisar um objeto à primeira vista pouco ligado à arquitetura e às profundas mudanças sociais no final do século. Através da história da revista Playboy e de sua produção de dispositivos sexuais espaciais, discutimos como se desenha o novo espaço público na era pós-doméstica. Nas palavras do autor:

Agora fármacopornográfica é um espaço pós-democrático; luz, espaços abertos e públicos não mais contém a possibilidade da comunicação democrática e racional. O contrato Iluminista foi rompido, ou melhor, era uma armadilha colonial e assimétrica. O espaço pós-democrático é “um território enclausurado fora da lei, onde regras são definidas de acordo com seus usuários. (p. 129, tradução nossa)

Vale lembrar que o enublamento dos limites não ocorre apenas entre o dentro e o fora, ‘mas também entre o próprio corpo e o espaço circundante, a ponto de o autor afirmar que agora a arquitetura existe em nós’ (p.130, tradução nossa). Em outro artigo⁵⁴, Paul Preciado discorre sobre o conceito de “multidão queer”, quando recoloca o corpo como um problema espacial em seu sentido mais urbano. Como contraponto ao homem domesticado, a multidão *queer* ocupa o centro de um trabalho de “desterritorialização da heterossexualidade” (p. 424), capaz de afetar tanto o coletivo quanto o corpo. Espécie de entrave ao controle heteronormativo, esse corpo social responde aos mecanismos de poder que buscam extingui-lo, invisibilizá-lo. Mas de que forma pode uma massa de corpos rejeitados, abjetos, humilhados e marginalizados se unir ao

⁵²Sobre os impactos das novas tecnologias de comunicação (gay) sobre o espaço urbano, ver: JAQUE, Andrés. **Grindr Archiurbanism**. In: LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

⁵³No caso específico do apartamento, ver: COHAN, Steven. So Functional for Its Purposes: Rock Hudson's Bachelor Apartment in Pillow Talk. In: SANDERS, J. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996; WAGNER, George. The Lair of the Bachelor. In: COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. **Architecture and Feminism**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

⁵⁴PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

redor de uma pauta comum? É o que responde Judith Butler quando fala da “aliança dos corpos”⁵⁵.

Em recente artigo, a pensadora feminista perscruta as relações entre a ação política dos corpos nas ruas e sua produção material. Se pergunta como a assembleia e o discurso público reconfiguram a si próprios, a sua própria materialidade, produzindo, ou reproduzindo-se enquanto espaço público. Ou seja, de que maneiras os lugares se relacionam com as ações que lhe dão vida, e de que formas as ações plurais criam lugares. A chave está em compreender que, “Para que la política tenga lugar, el cuerpo debe estar presente.” (p.95). Fato material, o corpo é condição *sine qua non* para a reivindicação política. Mesmo que eventos como a Primavera Árabe (2010) tenham tido grande influência dos meios de comunicação virtuais, foi quando os cidadãos tomaram as ruas que a manifestação existiu, e as reivindicações ganharam corpo.

Nesse sentido Butler critica a noção de representação e direito de Hanna Arendt, que teria se furtado a falar dos corpos excluídos no espaço público e de sua presença nos domínios considerados prepolíticos ou extrapolíticos. Arendt não consegue levar a cabo uma política que aconteça fora dos espaços tradicionais de representação, e muito menos compreender de que formas esses espaços excluem corpos desviantes. Ao defender o “direito a ter direitos”, ela considera uma dimensão pré-reinvidicatória e pré-institucional, enquanto Butler fala das formas de atuação e materialidade que constituem o tecido do direito de lutar, e afirma:

O direito a ter direitos não é uma lei natural ou uma determinação metafísica, senão a luta do corpo contra as forças que buscam monopolizar a legitimidade; uma luta que requer a mobilização do espaço e que não pode ocorrer sem um conjunto de apoios materiais em movimento. (p. 99, tradução nossa)

Em suma, fala que o direito não é algo garantido, e sim produto e produtor de uma eterna luta por sua subsistência, luta que é impensável fora dos espaços públicos e principalmente da ação política dos corpos nas ruas, que criam os lugares de representação. A aliança dos corpos é arquitetônica, pois participa dos circuitos de poder que executam e distribuem a presença dos corpos que, por sua vez, perfazem o espaço que ocupam e que serão possíveis de se ocupar. É o corpo que reterritorializa, a todo momento e gesto, os espaços de poder. Por esse motivo, torna-se urgente a rearticulação do diálogo entre os estudos da esfera do doméstico de do público, linhas de pesquisa que seguem concorrentes, mas que raras vezes se tocam.

⁵⁵BUTLER, Judith; DÁVILA, Romina Martínez. **La alianza de los cuerpos y la política de la calle**. Debate Feminista, Cidade do México, v.46, p.91-113, out. 2012.

3.3 Existe uma forma feminista de projetar?

Uma das questões que se repetiu ao longo do período estudado, e que tem estruturado diversos livros e artigos, é: a mulher projeta o espaço de forma diferente do homem? Ainda que hoje em dia essa pareça ser uma problemática de menor importância, ela esteve muito presente especialmente nos anos 1970 e 1980, quando o tema do gênero, pela perspectiva da diferença sexual⁵⁶, aflorava com toda força na arquitetura. Com o desenvolvimento das críticas ao feminismo essencialista e das definições estanques de gênero e sexualidade realizadas pela teoria *queer*, cada vez menos buscou-se encontrar padrões de comportamento ou formas de agir que fossem determinados por aspectos biológicos ou mesmo culturais da identidade de gênero.

Se nos anos 1970 os estudos de Erik Erikson eram uma constante nos textos analisados, estudos similares não voltaram à agenda do pensamento arquitetônico. Lado a lado com o “projetar feminino/feminista” foram pensados os programas relacionados à maternidade ou ao dito “universo da mulher”, como creches, cozinha, escola e mercados. Esse foco no programa arquitetônico, ao invés do processo projetual, apresenta resultados materiais mais importantes, na medida em que articula o projeto à dimensão social que lhe dá sentido. Não é por motivos biológicos que a habitação tem sido um tema discutido de forma tão intensa pelas feministas. Se historicamente a mulher domina o ambiente doméstico, sua voz deve ser ouvida pelos construtores, do Estado ao setor privado. Não de forma passiva, pelo contrário. Pois é a ação política de discussão da casa e de seu papel nesse ambiente que permitirá reestruturar todo o sistema que a destinou ao espaço doméstico.

Como percebido anteriormente, muitas das qualidades procuradas tanto nos projetos quanto nas formas de projetar compartilham uma série de valores com as agendas pós-modernas⁵⁷. Por diversos motivos, essas formas de pensar o projeto também adiantaram as principais características da quarta onda feminista:

Há pelo menos dois pontos a serem destacados acerca dos modos de organização dos ativismos contemporâneos que eclodiram em junho de 2013 e são a marca do feminismo atual. Por um lado, a busca pela horizontalidade, a recusa da formação de lideranças e a priorização total do coletivo. Por outro, uma linguagem política que passa pela performance e pelo uso do corpo como a principal plataforma de expressão. Esses são os elementos que se notam à

⁵⁶ Em seu texto “A tecnologia de gênero” (1990), Teresa de Lauretis critica a confusão existente entre gênero e sexo, fundada exatamente no conceito de diferença sexual.

⁵⁷ Robert Gorny e Dirk van den Heuvel chegam a associar diversas qualidades do pensamento *queer* na arquitetura com o contextualismo dos últimos debates do CIAM e do Team X. GORNY, Robert Alexander; HEUVEL, Dirk van den. **New Figurations in Architecture Theory: From Queer Performance to Becoming Trans**. In: FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

primeira vista nas novas manifestações feministas. (HOLLANDA, 2018, p.32)

O corpo é, desde o início, um tema nevrálgico nas teorias feministas e nos debates sobre gênero na arquitetura. Seja no campo antropométrico, simbólico ou psicanalítico, a razão incorpórea foi criticada exatamente por esconder sua corporeidade masculina, branca e cisgênera. E, dos anos 1990 em diante, a performance, conceito largamente usado na teoria butleriana⁵⁸, foi progressivamente participando de uma arquitetura feminista ou sensível às questões do corpo. Ao absorvermos o conceito em nossa disciplina, novamente criticamos estatutos modernos e machistas, que privilegiam o desenho sobre a ocupação real, além do momento anterior, o processual do projeto, pela compreensão das estruturas sociais que o compõe e as lógicas reflexivas que dão forma à arquitetura.

O outro aspecto apontado por Hollanda é a horizontalidade. Desde o começo dos anos 1970 já víamos iniciativas nesse sentido, inclusive nos ambientes educacionais, como é o caso da *Women's School of Planning and Architecture* (WSPA), fundada em 1974 por Leslie Kanes Weisman. Organizada como um curso de verão, foi ocupada - estudantes e professoras - por mulheres; além disso, o conteúdo das aulas possuía um modelo menos vertical e mais experimental no ensino da arquitetura. Essa mesma arquiteta publica sete anos depois um dos textos fundacionais da reflexão engajada de mulheres arquitetas sobre o campo, falando do acesso ao espaço, ambiente e lugar como um direito⁵⁹. Inicia seu texto com forte teor político, criticando o espaço patriarcal:

O ambiente antrópico que nos circunda fortalece definições convencionais e patriarcais do papel da mulher na sociedade e marca espacialmente essas mensagens sexistas em nossas filhas e nossos filhos. Eles nos condicionaram a uma miopia ambiental que limita nossos conceitos de si... que limita nossas visões e escolhas de meios para viver e trabalhar... que nos limita ao não nos prover os ambientes que precisamos para sustentar nossa autonomia ou ao barrar nosso acesso a eles. É hora de abriremos nossos olhos e vermos a natureza política dessa opressão ambiental! (p. 6, tradução nossa)

O conceito de “opressão ambiental” traduz o argumento central, de que a arquitetura é componente de uma sociedade que oprime e regula os corpos das mulheres. O texto o faz a partir de três questões: arquitetura como ícone; ambiente como barreira; espaço como poder. Na primeira parte discute a dimensão simbólica da relação público-privado e os ícones que

⁵⁸O conceito é desenvolvido em seu livro “Problemas de Gênero” de 2010. Performance pode ser definida como a repetição de atos, gestos e signos que reforçam a construção do gênero dos corpos.

⁵⁹WEISMAN, Leslie Kanes. **Women's Environmental Rights**. Heresies 3, 1981. p.6-8.

organizam essas hierarquias, inclusive sexuais, como o arranha-céu enquanto símbolo do falo⁶⁰. Quando fala do ambiente como barreira, a autora discorre sobre as dificuldades de circulação e mobilidade da mulher, seu acesso a programas de financiamento habitacional e à cidade como um todo. Entendida como local por meio do qual a arquitetura não só estetiza a dominação cultural masculina (símbolo), a cidade também seria aquela entidade que gera bloqueios materiais que cerceiam o gênero feminino.

É a partir da terceira questão que Weisman dialetiza as duas anteriores, ao falar dos programas necessários à emancipação da mulher, como clínicas de aborto, creches, entre outros. Ela faz do programa arquitetônico uma possibilidade política na medida em que é por meio dele que reivindica bandeiras feministas, como a autonomia profissional da mulher e o direito ao aborto. Além disso, entende que uma arquitetura feminista deve suplantiar a cisão criada entre os espaços masculino e feminino – que ela chama de “schizophrenic spatial schism” (esquizofrênica cisão espacial) - e procurar uma nova linguagem que reconcilie as dimensões da vida, como o trabalho e o lazer, superando um funcionalismo atávico do modernismo. Valores até então secundários, ou menosprezados pela prática projetual, voltavam ao cerne das discussões sobre gênero, e diversas foram as autoras que buscaram essa nova gramática defendida por Weisman.

Uma delas foi Karen Franck, que no artigo “A Feminist Approach to Architecture: Acknowledging Women`s Ways of Knowing.”⁶¹, buscou pontuar quais seriam as qualidades que considera inerentes ao projetar feminino. O faz a partir da análise dos aspectos da criação da mulher, sua formação psíquica, econômica, política, cultural. Reitera assim as diferenças entre homens e mulheres, e pode ser considerada uma pensadora essencialista/construtivista. Segundo Franck, as sete qualidades esperadas de uma arquitetura feminina/feminista (a autora não diferencia ambas) seriam: conectividade, inclusão, ética do cuidado, valorização da vida cotidiana, valorização da subjetividade, valorização da complexidade e da flexibilidade. Novamente, não seria difícil relacionar esses valores àqueles defendidos e valorizados por críticas e práticas pós-modernas. A valorização da vida cotidiana, por exemplo, está na raiz do *pop* de Robert Venturi e Denise Scott-Brown. Desses sete pontos, vale destacar que a autora

⁶⁰Sobre essa relação histórica, ver: MORRIS, Meaghan. **Great Moments in Social Climbing: King Kong and the Human Fly**. In: COLOMINA, Beatriz (org.) *Sexuality and Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

⁶¹FRANCK, Karen A. **A Feminist Approach to Architecture: Acknowledging Women`s Ways of Knowing**. In: BORDEN, I.; PENNER, B.; RENDELL, J. **Gender, Space, and Architecture: an interdisciplinary introduction (Architext)**. Londres: Routledge, 2000.

segue uma tendência da época e defende a diluição entre o público e o privado, que poderia significar uma reestruturação da separação sexual do mundo do trabalho.

Assim como Franck, Susana Torre (1977) tabula seu pensamento acerca da prática das mulheres arquitetas a partir de quatro categorias de análise. A primeira fala de uma arquitetura para as pessoas, que englobe a discussão do desenho universal e de um outro padrão ergonômico que considere outros corpos além do ideal masculino, utilizando-se dos avanços da indústria da construção civil para racionalizar essa nova prática. A segunda, fala de uma arquitetura que parta dos papéis de gênero e sua crítica, considerando que “eles não podem se preocupar com suas funções estéticas implícitas até que o problema arquitetônico original esteja resolvido: providenciar lugares razoáveis para se viver.” (p. 167, tradução nossa). Mais adiante, Torre cita a pesquisa da socióloga Nona Glazer-Malbin e reitera a defesa de Franck de que uma desdiferenciação espacial significaria, na prática, sua neutralização de gênero, permitindo uma troca de ocupações entre o homem e a mulher. Esse determinismo arquitetônico fica claro quando Torre fala que “Nós produzimos nossos edifícios, e eles nos produzem” (p. 168, tradução nossa). Se hoje o argumento parece frágil, ele foi muito importante especialmente nos anos 1970 e começo dos 1980, quando a arquitetura ainda começava a entender as problemáticas feministas.

É o caso da problematização feita por Torre sobre a relação entre o movimento feminista e demandas femininas. Comenta, por exemplo, como a luta por mais espaço nos órgãos de planejamento para mulheres não significa, imediatamente, uma cidade melhor para elas, havendo questões como raça e classe que também devem ser levadas em conta. Defende, ainda, que uma quarta categoria, que diria respeito à observância das mudanças dentro e fora da profissão que a questão do gênero pode trazer. Usa como exemplo o cuidado dos filhos e seu impacto na orientação de práticas projetuais mais “humanizadas”. Por fim fala de uma arquitetura de valores femininos, indicando alguns caminhos de discordância em relação aos modelos masculinos, como na sua busca obsessiva pela maior altura da edificação.

Uma terceira autora que explora os caminhos da diferenciação entre uma arquitetura feita por homens e mulheres é Margrit Kennedy⁶². Para a autora, as diferenças não são nem um campo a ser explorado, mas sim um fato confirmado:

Baseado em minhas próprias experiências e observações como arquiteto, além de exemplos de arquitetura histórica e da chamada ‘arquitetura anônima’ concebidos por mulheres, e estudos relacionados a diferenças genéticas,

⁶²KENNEDY, Margrit. I. **Toward a rediscovery of “feminine” principles in architecture and planning.** Women’s Studies, vol.4, no.1, p.75-81, 1981.

sociais e psicológicas ligadas ao sexo, parece seguro sugerir que haveria uma significativa diferença entre os espaços moldados por mulheres, valores e prioridades femininas, e o nosso presente espaço concebido por homens, valores e prioridades masculinas. (p. 75, tradução nossa)

Kennedy fala como as mulheres teriam sido as primeiras construtoras, e elenca sete pontos que qualificam uma arquitetura feminina, aceitando que não são determinantes, mas apenas princípios que distinguem os homens das mulheres na hora de projetar. Novamente, diversos pontos em comum com as duas autoras de que falamos, mas também com o pensamento pós-moderno. Fala de uma arquitetura mais orientada pelo usuário do que pelo projetista; que sua escala é mais ergonômica do que monumental; funcional que formal; mais flexível do que rígida; mais orgânica do que sistemática; mais holística e complexa do que unidirecional; mais social que ambiciosa (no sentido de buscar o lucro), e construída de forma mais vagarosa do que realizada rapidamente.

O pensamento de Franck, Torre e Kennedy, prevalente nos anos 1970, pode ser classificado como “feminismo cultural”, segundo os parâmetros de Ahrentzen⁶³. A autora fala principalmente de Franck, porém sua crítica poderia se estender às outras duas autoras. As três eventualmente usam referências da psicanálise, semiótica e da teoria da relação de objetos para justificar uma análise simbólica da arquitetura. Como resultado, logram formular contrapontos potentes, como a arquitetura ginecomórfica, oposta à falocêntrica das grandes torres modernas, porém falham em compreender as bases de tais diferenças sem se fazerem valer de argumentos biologicistas. O mais grave seria, ainda, localizar as consequências da manutenção desse modelo binário, que muitas vezes aparece como simples inversão de sinais do patriarcado (ainda que essa seja uma total impossibilidade, tanto moral, por contrariar os fundamentos do feminismo, quanto histórica, por negar o que constituiu essas diferenças). Partindo de uma questão similar à de Franck - “Como seria a arquitetura se fosse guiada por propósitos e problemáticas informadas pelo feminismo?” (p. 84, tradução nossa) -, Ahrentzen percorre outros caminhos, e mostra com clareza os efeitos (e não apenas a forma atual) dessa segregação sexual na arquitetura:

⁶³AHRENTZEN, Sherry. **The F Word in Architecture: Feminist Analyses in/of/for Architecture**. In: *Reconstructing Architecture* Book Subtitle: Critical Discourses and Social Practices Book. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1996.

Na arquitetura, o gênero opera quando nós ligamos o conceito de arquitetura ou de arquiteto às nossas construções culturais de uma certa forma de masculinidade, e por outro lado excluimos do campo da arquitetura as atitudes, ações e pessoas associadas com a mulher e atributos femininos. (1996, p.73)

Torna-se muito oportuno analisar o que Torre, pioneira na construção desse feminismo cultural, fala em 2019 sobre a questão do feminismo e da arquitetura em na abertura de um evento sobre o tema⁶⁴. Discorre sobre seis temáticas que foram discutidas a partir de ideias feministas que impactaram a disciplina, mas que ainda são mal compreendidas: o projeto de espaços domésticos; as mudanças estruturais nos subúrbios; o desenvolvimento de novos tipos edifícios e novas normas técnicas construtivas; a memória coletiva nas cidades americanas; as mudanças radicais em nossa visão sobre preservação, substituindo a conquista da natureza por um pensamento sustentável; e cultura e identidades femininas como um paradigma legítimo de projeto. A autora finaliza ponderando que a questão principal não deve ser se as mulheres projetam diferentemente dos homens, mas sim entender de que forma o projeto absorve os problemas levantados pelo feminismo. Aproveita para criticar muitas das relações simplistas que perduram até hoje, como aquelas que relacionam as formas curvilíneas ao universo feminino. Sua fala é muito importante para entendermos as limitações, mas também o pioneirismo desse pensamento da diferença, afinal, nas palavras de Burns (2012), quando estudadas no seu todo, “Essas antologias produzem um retrato estranhamente antiquado de gênero e prática feminista. Eles remodelam um corpo complexo da teoria de gênero dentro dos pontos de referência do corpo, biologia e sexualidade.” (p. 125, tradução nossa).

Alinhada às críticas feitas por Ahrentzen, e com franca inclinação marxista, Jos Boys⁶⁵ discute uma forma de projetar feminista que compreenda dimensões estruturais e políticas dessa posição. Ela crê que caracterizar essa arquitetura não é apenas examinar o lugar da mulher na disciplina, mas principalmente compreender as relações de gênero, suas ideologias e a experiência individual e econômica que a estruturam. Não por acaso sua análise formal é praticamente inexistente, ocupando-se de discutir a divisão sexual do trabalho e sua espacialização a partir de questões como mobilidade urbana e a diferença salarial entre homens e mulheres. O mais interessante, contudo, é ver como a autora posiciona a clássica questão da diferença da forma de projetar da mulher:

⁶⁴TORRE, Susana. Discurso de abertura proferida no evento **Feminism and Architecture: Intergerational Conversations**, mar. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LNNLZgqlghs>. Acesso em 13 ago. 2019.

⁶⁵BOYS, Jos. **Is there a feminist analysis of architecture?** Built Environment, vol.10, no.1, p.25-34, 1984.

Para começar a preencher essas lacunas, os designers devem começar a ouvir para as experiências sociais das mulheres e trabalhar com mulheres para chegar a alternativas. Quando mulheres da rede de pesquisa em design feminista, Matrix, falam em reuniões elas são frequentemente questionadas como deve ser a arquitetura feminista. O palestrante (normalmente um homem) parece querer uma receita instantânea - um modo de “ajustar suas atitudes sociais como eles ajustam suas gravatas” com a suposição de que isso é suficiente. eu acredito que há modos feministas de ver e fazer arquitetura, mas eles são baseados em uma certa aproximação, não em uma “receita”. Essa aproximação deriva-se de um entendimento de que nosso entorno não é neutro, que há uma relação entre o conteúdo da arquitetura e a estrutura capitalista e sexista de nossa sociedade.(1984, p. 32, tradução nossa)

Ao associar a questão a um reducionismo típico do machismo, acaba por criticar seus pares, apontando, já no meio dos anos 1980, o esgotamento desse modelo de análise. A oposição a um modelo socioespacial dominado pelo homem deve partir da complexidade do uso desse mesmo espaço pela mulher, os mecanismos pelos quais essa diferenciação se reproduz, e as vantagens e desvantagens de outros padrões sociais, espaciais e simbólicos (p. 32). Pode parecer que Boys, como tantas outras autoras e autores subsequentes, tenha superado o feminismo culturalista, mas até hoje o tema é retomado naqueles mesmo moldes. Em 2001 Lico⁶⁶ ainda fala, de forma superficial, sobre a discussão da torre como símbolo fálico, retira relações simbólicas e antropomórficas do masculino-feminino, cita Erikson e finaliza retomando uma das dimensões mais imediatas e operativas da questão, a ergonômica, defendendo (com razão, mesmo que de forma limitada) que devemos “permita que as dimensões antropométricas femininas governem a escala de sua estrutura para evitar a prática de longa data de suposições estereotipadas de gênero traduzidas para desenhos espaciais ativos” (p. 41, tradução nossa).

Para termos uma melhor noção das limitações do artigo acima, retomemos uma importante publicação do final dos anos 1990, a *Design and Feminism: re-visioning spaces, places and everyday things*. Resultado da conferência “Re-Visioning Design and Technology: Feminist Perspectives” que ocorreu em 1995 na City University of New York Graduate Center, a publicação busca não apenas falar sobre ou desde a mulher, mas principalmente compreender as contribuições críticas das mulheres como projetistas e usuárias dos espaços (p. 1). Ensaio como o de Alice Friedman sobre as mudanças programáticas e formais das casas de mulheres independentes e como esses espaços quebram com paradigmas patriarcais, entre outros, mostram como:

⁶⁶LICO, G. R., 2001.

Nos anos setenta e oitenta, o gênero na arquitetura tendia a ser examinado em termos das diferenças homem/mulher e feminino/masculino, seja como símbolo ou como prática. À medida que essas “diferenças” se multiplicam em uma gama de diferenças que constituem a identidade, novos trabalhos teóricos nos anos noventa ampliou e complicou nossos meios de entender a relação entre gênero e arquitetura. (1999, p. 14, tradução nossa)

É a partir desse novo marco teórico que podemos falar de uma retomada do pensamento feminista teórico na arquitetura no final dos anos 1980, com forte influência das teorias desconstrutivistas, como podemos ver na publicação de 1988 de Jeffrey Kipnis⁶⁷. Nele, a pensadora Ann Bergren aborda a arquitetura a partir de uma leitura semiótica e pós-estruturalista⁶⁸. Procura fazer uma reflexão que produza uma teoria sobre o gênero na arquitetura, dado que, segundo ela, o tema tem encontrado poucos desdobramentos. Superando um binarismo do que seja “intrinsecamente feminino” (p.12), ou seja, “marked/unmarked” (marcado/não marcado) pelo signo do gênero, desenvolve conceitos da cultura clássica a partir do pós-estruturalismo francês, como *chora* e, principalmente, *mêtis*:

O *mêtis* da mulher - seu controle sobre legitimidade, propriedade, posse, e o próprio “ser” - é o poder de (des)alojamento - um poder de colocar um filho, tanto em valor quanto em signo, no lugar de outro. Esse poder é determinado por gênero. Ele deriva da capacidade e necessidade de trocar de lugar imposta sobre a mulher pela condição do casamento. Para os homens se comunicarem uns com os outros em sistemas de parentesco e pensamento simbólico, fez-se necessário proibir o incesto, ou seja, era necessário mover as mulheres de um *oikos* para outro. A partir do momento em que estão situadas, porém, a mulher deve (como um edifício é como Metis dentro de Zeus) supostamente ficar onde está. Ela deve ser a fundação do *oikos* de seu marido. Mas como o mito grego repete obsessivamente, o posicionamento da mulher é instável: se ela pode se mover, a estabilidade de sua construção é incerta. (1992, p. 15, tradução nossa)

Através do conceito de *mêtis*, inspirado na deusa grega da prudência e da metamorfose, Bergren discute a economia doméstica não mais como determinação, mas como possibilidade linguística de formulação do feminino. É daí que, ao relacionar a mulher à tecelagem segundo Freud, identifica a costura como uma habilidade feminina necessária para a elisão de sua ausência de pênis. Ambos os conceitos habilitariam a mulher nos dons da construção, aproximando-a da figura do Demiurgo, o pai criador grego. Enquanto feminino da filosofia, a

⁶⁷BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.), 1992.

⁶⁸BERGREN, Ann. **Architecture, Gender, Philosophy**. In: BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.). *Strategies in Architectural Thinking*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.

mulher ocupa uma posição de inconstância, capaz de desestabilizar qualquer verdade arquitetônica na sua ação como suplemento. Com isso a autora dá à *chora*, enquanto elemento platônico de gestação do movimento, uma leitura muito mais radical do que teria feito Eisenman e Derrida em seu livro “Chora L Works”: “Minha desconstrução da instituição de *chora* não a destrói, mas expõe a valorização da ordem platônica apenas possível pela manutenção da estabilização de *chora*, e da repressão de sua instabilidade em “respeitar a marca do que ele/ela é.” (nota 139, p. 45, tradução nossa).

A radicalidade do pensamento filosófico de Bergren é compartilhado por Luce Irigaray, para quem, como vimos, a mulher gera o homem à maneira da *chora*. Mas também dialoga com Elizabeth Grosz, cujo pensamento se aproxima dos argumentos de Agrest quando critica o pensamento falocêntrico que nega a vida, a existência e mesmo o pensamento que derivam do corpo maternal, construindo sobre este uma projeção fantasmagórica que o invisibiliza: “O homem produz um universo construído sobre o apagamento dos corpos e contribuições das mulheres/mães e a recusa em reconhecer a dívida para com o corpo maternal.” (p. 26, tradução nossa)⁶⁹. Diferentemente de Agrest, Grosz segue por outros caminhos, em um fértil diálogo com as teorias de Deleuze e Irigaray, que a permitiram compreender como essa dominação sobre o corpo feminino o aproxima à condição da própria *chora* enquanto continente alienado de si:

O confinamento das mulheres em um domicílio que elas não construíram, que não foi construído para elas, equivale ao desalojamento dentro da própria casa: ela se torna o espaço do dever, das tarefas intermináveis e infinitamente repetitivas sem nenhum reconhecimento social, o espaço de afirmar e servir outros às custas do apagamento de si, o espaço da violência doméstica e do abuso, um espaço que ao mesmo tempo fere e isola as mulheres. (1994, p. 26, tradução nossa)

Grosz, assim como Bergren, critica as limitações de *chora* presentes em Eisenman e Derrida, que insistem que este conceito não pode possuir um gênero, apesar de o associarem a diversas qualidades do feminino, como maternidade e cuidado. Daí a conexão entre a mãe-mulher e o poder de gerar o mundo da *chora*, negado pelo homem: “A noção de *chora* gera um conceito fundante da feminilidade cujas conexões com a mulher e a corporalidade femininas tem sido cortadas, produzindo uma feminilidade desencarnada enquanto fundamento para a produção de um universo (conceitual e social).” (p. 22, tradução nossa). Ao fazê-lo, os autores

⁶⁹GROSZ, Elizabeth. **Women, Chora, Dwelling**. ANY;:Architecture New York. Nova York. No.4, p.22-27, jan.-fev. 1994.

alienam a mulher do potencial de criação do mundo. Pois, se *chora* não tem gênero, e o universal é masculino, então o homem é quem cria, e a mulher, que cria o homem, é o útero invisível da arquitetura.

4. ARQUITETURA COMO TECNOLOGIA SEXUAL

4.1 Arquitetura *queer*

Até agora não falamos de sexualidade propriamente dita. Além da estrutura desse texto, que se propôs a discutir o tópico apenas no último capítulo, há também uma coincidência cronológica. Ocorre que a sexualidade só virou uma questão para a nossa disciplina em meados dos anos 1990, distante dos primeiros movimentos LGBTQ+ (que à época era apenas movimento gay) dos anos 1970, e próxima da teoria *queer*, também formulada na última década do século XX. Não sabemos precisar o motivo desse descolamento, quando o próprio feminismo já reconhecia a questão sexual como parte de sua agenda, a ponto de gerar divisões internas. É o caso das lésbicas, que se contrapunham à categoria mulher desde pelo menos 1971¹ e que, nas palavras de Monique Wittig, “não é nem mulher, nem econômica, nem política, nem ideologicamente”. Como explorado na Introdução, identidade de gênero e sexo são aspectos distintos do sujeito, mas que se inter-relacionam de forma fundante. A teoria *queer* pode ser considerada um compromisso com uma construção relacional e performática de nossa sexualidade. Como define Tamsin:

A teoria *queer* não é um arcabouço conceitual ou metodológico único ou sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Se a teoria *queer* é uma escola de pensamento, ela tem uma visão profundamente não ortodoxa de disciplina. O termo descreve uma fama diversificada de práticas e prioridades críticas: interpretações da representação do desejo entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos. (2017, p.13)

O processo de desnaturalização das noções de gênero e sexualidade foi levado a cabo por autoras como Teresa de Lauretis, Judith Butler e Eve Sedgwick, muito influenciadas pela história da sexualidade de Michel Foucault e pelo conceito de performatividade de Derrida (PRECIADO, 2012, p.131). O termo “queer” foi cunhado por Lauretis em 1990, em uma conferência na Universidade da Califórnia, quando a autora buscava contrapor-se a uma “homogenização cultural” que os estudos gays e lésbicas estavam conduzindo nas ciências

¹Hollanda (2019) considera que o manifesto “The Woman-Identified Woman” de 1971, escrito pelo grupo Radicalesbians, fundaria o feminismo lésbico.

humanas”². Entenda-se por homogenização a tentativa, ou ação reiterada, de afirmação das diferenças entre as práticas homossexuais e heterossexuais, muitas vezes como contraponto, espelho, negativo ou oposto simétrico, mais ou menos como no sistema binário homem/mulher antes analisado.

Os anos 1990 se iniciam com uma força renovada na questão do gênero e sexualidade. O livro *Sexuality and Space* (1992) é, sem dúvida, um dos pioneiros na aproximação da arquitetura com a teoria *queer*, terceira onda feminista, estudos LGBTQ+ e, finalmente, a academicização da sexualidade no campo arquitetônico. Mas, apesar de produzir um rico relato interdisciplinar, o livro não logra construir uma narrativa coerente que discuta de forma objetiva a questão *queer* ou LGBTQ+. Podemos inclusive afirmar que raras vezes conseguimos ver uma diferenciação satisfatória entre os estudos LGBTQ+ e a teoria *queer* na disciplina. Autores como Aaron Betsky usam “queer” como sinônimo de LGBTQ+, ou melhor, de homem gay cisgênero. O fato do “L” de lésbica estar na frente da sigla não é mero acaso. Foi uma demanda da militância já que, pelo menos no Brasil, a sigla original GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) reproduzia o que ocorria no mundo: a prevalência do gay como representante das expressões de sexualidade e identidade de gênero. Até hoje ouve-se falar em Parada Gay, ao invés de Parada LGBTQ, o que demonstra o poder invisibilizador de uma parcela do movimento sobre todo o resto³.

Esse mesmo fenômeno pode ser observado na arquitetura. Pelo menos na literatura anglo-saxã, o estudo das expressões do movimento LGBTQ+, para além dos gays e lésbicas, foi praticamente inexistente. E, entre os textos que falavam de homossexualidade, esta é tratada segundo formas de ocupação da cidade, com forte teor antropológico. Dentro do subgrupo daqueles textos que falam sobre arquitetura de fato, a imensa maioria utiliza a expressão gay⁴, sendo uma parte considerável sobre arquitetos gays, dentro da lógica de reescritura da história da profissão. Preciado (2012) faz uma dura crítica a essa limitação, chegando a afirmar que:

(...) práticas arquitetônicas feministas e *queer* são ainda hoje colocadas em termos de arquitetas mulheres ou discutidas em tímidos ou constrangedores debates em torno das características mais “fora do armário” das práticas de Philip Johnson ou Paul Rudolph. (p. 121, tradução nossa)

²LAURETIS, Teresa de. **Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

³O nome atual foi definido em 2008 para dar maior visibilidade a todo espectro do movimento além dos gays. Mais informações sobre o evento podem ser encontradas no site da organização: <<http://paradasp.org.br/quem-somos/>>.

⁴Dentre as exceções temos: RAULT, J. **Eileen Gray and the Design of Sapphic Modernity: Staying In**. Abington: Routledge, 2011.

É o que faz Charles Jencks, um dos principais nomes do pós-modernismo norte-americano. Em seu livro *The Language of Post-modern Architecture* (1977), há uma sessão chamada “Gay Eclectic”, na qual associa uma influência de valores gays na arquitetura pós-moderna, como a ironia, a paródia e o travestismo, e como estes seriam uma crítica ao universalismo do modernismo dos anos 1930. Nela, o autor escreve uma história da arquitetura que dá proeminência a arquitetos homossexuais, como Johnson já citado, e Robert Stein. Essa abordagem histórica não encontra grandes inflexões até metade dos anos 1990, quando “uma primeira geração de teóricos *queer* da arquitetura, incluindo eu mesmo (Joel Sanders), Aaron Betsky e Henry Urbach publicam um trabalho que explora o papel da arquitetura na construção da identidade masculina vista pela perspectiva do homem gay.” (p. SANDERS, 2017, p. 145, tradução nossa). Quando se fala de Betsky, refereremo-nos à obra *Queer Space* de 1997. Porém sua obra *Building Sex*⁵, de 1995, já articula diversas das questões que serão tratadas no livro posterior.

Em sua primeira obra sobre a questão da sexualidade, o autor faz um percurso histórico que relaciona arquitetura com sexualidade, dando especial atenção à homossexualidade na sociedade de consumo do período pós-fordista. O tom geral do texto é muito binário, e mesmo que influenciado pela teoria *queer* (presente na sua bibliografia), reitera diversos pressupostos da divisão homem/mulher como verdades ontológicas, como quando afirma que “O homem domina o exterior, a mulher, o interior.” (p. xiv, tradução nossa). Esses pressupostos passam a servir como instrumentos retóricos de cunho essencialista, ainda que não pareça ser este o objetivo inicial. Ao analisar as cidades, nota-as como frias e masculinas, de tal forma que todos os desconformes com essa realidade seriam mulheres. Essa e outras constatações podem ser reduzidas em sua afirmação de que “Eu estou aqui falando sobre a construção artificial do gênero, embora eu não tenha certeza que podemos realmente separar esses valores dos variados atributos biológicos que associamos a homens e mulheres.” (p. xvii, tradução nossa)

O texto se desenvolve com essa constante tensão entre uma vontade de ruptura com o essencialismo construtivista, e algum tipo de pós-gênero ou superação do modelo. Para ele, o ideal seria um mundo sem homens nem mulheres, no sentido de marcadores sociais à maneira da raça ou classe, chegando a imaginar um mundo sem seres humanos, quando então ontologiza esse marcador⁶. Essa radicalização é ambígua. Pode significar tanto uma profunda incapacidade

⁵BETSKY, A., 1995.

⁶ Nesse sentido o projeto de “degenerificar” a arquitetura de Spain (1992) é mais feliz em desarmar as armadilhas colocadas por Betsky. Para a autora, seria possível dissolver as formas de segregação sexual do espaço ao torná-lo “desmarcado”. É o espaço, e não o sujeito, que devem ser “dermarcados”.

de dissociar esses marcadores, associando-os a um universo pré-discursivo, quanto um niilismo epistemológico. De qualquer forma, esse caminho conduz-nos a vícios do feminismo pré-*queer*, criticados pela própria Butler. Sua confusão ontológica entre ser e gênero é tal que, para ele, o sonho de uma sociedade sem dentro nem fora seria uma forma de romper o binarismo, na medida em que o fora é masculino e o dentro, feminino.

Essas constatações históricas, contudo, não parecem ser o que o autor defende. Mesmo assim, ele se coloca em uma situação na qual não consegue superar a dicotomia binarista dos anos 1980. Incapaz de mobilizar outras formas de pensar as relações espaciais, transforma o ponto de partida em ponto de chegada, como quando fala que:

o culto ao interior doméstico fixa a definição moderna de feminilidade. Uma vez enclausurada no interior, a mulher faz um lugar para si mesma. Então o homem associa este espaço com a feminilidade. A mulher não tem escolha senão aceitar esse papel.” (p. 143, tradução nossa)

É interessante notar como a dissolução ou enublamento das barreiras entre os gêneros significaria para Betsky algo negativo, uma espécie de desorientação:

A questão permanece se conseguimos escapar dessa dicotomia entre o feito e o vivido, o artificial que criamos e o natural que sonhamos, o interior e o exterior, e o homem e a mulher, sem esconder suas diferenças e borrar seus limites. Podemos criar espaços de libertação, espaços em que possamos construir a nós mesmos e nosso mundo? (1995, p. 175, tradução nossa)

A construção tautológica do autor permite certos avanços no estudo da sexualidade em arquitetura, mas de forma limitada. Como exemplo, a crítica aos pressupostos projetuais de Dolores Hayden (1981) que permitiriam à mulher, enquanto mãe, cuidar de seus filhos pela construção de espaços comuns de sociabilidade. Segundo Betsky, esse projeto reproduz a noção de uma mulher avessa à urbanidade, e reitera seu papel de cuidadora. Em que pese o fato dessa crítica apontar para a reprodução de padrões urbanos antissociais - e ilustrar uma escala de vigilância que para a criança significa cuidado, mas para as práticas gays significa controle e restrição -, Betsky acaba por simplificar o argumento de Hayden. Falta-lhe a dialetização entre a afirmação da diferença como luta social, e a crítica à mesma diferença como pauta teórica. Ao querer desconstruir a responsabilidade maternal da mulher, ele não propõe nada no seu lugar. Influenciado por ideias construtivistas de Simone de Beauvoir, Betsky descarta argumentos de cunho biológico que querem determinar que a mulher seja mais cuidadosa por dar luz, porém o substitui por uma determinação cultural segundo a qual “(...) a fantasia dela

sobre o mundo, que a permite fazer sentido for a dele, é feita de sonhos de reprodução, conexão, e interiorização, ao invés de produção, território e externalização” (p. 193, tradução nossa).

Apenas ao fim de seu livro, o autor cita a questão *queer*, mais precisamente na última página. Ele demonstra estar ciente das discussões de sua época, falando dos conceitos de ciborgue e citando Butler. Retornado anos depois⁷, o *queer* volta a partir de um recorte muito específico: a análise dos homens homossexuais cis ocidentais do século XX, especialmente após a epidemia de HIV/AIDS dos anos 1980. Mesmo que considere o *queer* um “terceiro sexo”, capaz de romper com a narrativa de que ao homem cabe a arquitetura, e à mulher, o espaço interno, o autor não esconde que está falando da prática gay, branca, liberal. Para Betsky, o pós-modernismo, inspirado nos valores de ambivalência e sensualidade do corpo *queer*, teria permitido uma gentrificação⁸, vista de forma ambigualmente positiva pelo autor pois “liberou” a cidade da classe trabalhadora” (p. 14, tradução nossa). Um de seus argumentos centrais, de que um dos traços definidores do espaço *queer* é o artifício e o excesso, o autor chega a falar que “você precisa ser ao mesmo tempo rico o bastante para conseguir pagar tais bens e separado o bastante de um certo lugar para poder viver em artifício. Isso é o que faz os espaços *queer* modernos o domínio do homem branco de classe média.” (p. 57, tradução nossa). Essa visão elitista da homossexualidade, ou do universo *queer* como um todo, encontra farta resistência política de um movimento LGBTQ+ de esquerda, por exemplo, mas também de pensadores como Michael Wang⁹, artista para quem “O verdadeiro *queer* deve resistir à lógica produtivista.” (p. 135, tradução nossa)

Tudo isso produz um texto bastante restrito em relação aos sentidos que dá à prática sexual masculina. Sem querer encontrar mitos de origem, como no caso do pensamento feminista, o autor localiza o início dessa história na virada urbana do começo do século XIX, no dandismo e nos luxos aristocráticos do século XVII. A partir de uma estética que mistura orientalismo, colecionismo e tudo o que há de extravagante na cultura moderna, estuda com atenção locais como a Fonthill Abbey e a estética de Oscar Wilde. Os nexos entre interioridade, sensualidade, vaidade e os espaços *queer* carecem de maior sustentação, assim como a relação desses valores com o universo feminino. Mesmo a questão do artifício é esclarecida apenas no final do livro, quando cita Richard Rodriguez e a ligação que o escritor faz entre a revelação, o

⁷BETSKY, A., 1997.

⁸O termo refere-se à transformação urbana de áreas centrais onde um processo de investimento público-privado gera mudança do perfil dos moradores e ocupantes, passando de pessoas de baixa renda para camadas mais ricas. Ver: SMITH, Neil. **Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano**. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, 2007, p. 15-31.

⁹WANG, Michael. **Queering the System**. In: LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

sair do armário do corpo homossexual, e sua necessidade de mostrar sua musculatura e decorar sua superfície. Como criaturas alienadas de qualquer origem natural, o gay teve que se criar:

O homossexual era pecaminoso pois não tinha nenhum local socialmente aceitável para se colocar. Ao tentar vestir a arquitetura da sodomia com arte, os homossexuais viveram por milhares de anos contra as expectativas da natureza. Estéreis como padres, e, interessadamente, preocupados com os pequenos efeitos, os homossexuais fizeram um acordo contra a natureza. A sobrevivência homossexual está no artifício, na plumagem, em luminárias, sonetos, comédias musicais, moda, sintaxe, cerimônia religiosa, ópera, verniz, ironia.(1997, p. 181, tradução nossa)

Uma outra possível conexão entre a estética do excesso, da ironia e do artifício com o universo homossexual masculino é explorada por Susan Sontag no famoso artigo “Notas sobre Camp”¹⁰. Primeiro a autora descarta qualquer pretensão de naturalidade no Camp, e destaca sua predileção pelo artificial e exagerado: o Camp é urbano por excelência. Superficial e criação de si, essa estética substitui o dandismo de que fala Betsky, representando sua atualização na modernidade pós-industrial. Para Sontag, existiriam duas forças pioneiras na formação da sensibilidade moderna: a seriedade moral judia, e a ironia homossexual. Em seguida, identifica que são os homossexuais que constituem o principal público do Camp. Com a derrocada da aristocracia, coube ao homem gay o papel de reproduzir o gosto esnobe, nas palavras da autora, “uma classe improvisada, auto-eleita”.

A partir dessa caracterização da estética gay, Betsky percorre obras da arquitetura e de design por meio das qualidades elencadas de uma prática *queer*. A ironia seria parte da produção não de uma segunda natureza “man-made”, mas uma terceira, ficcional, aditiva e erótica. Aqui podemos compreender os motivos que levam o autor a considerar a Glass House de Phillip Johnson como um dos maiores exemplos da arquitetura *queer*. Tanto a seda rosa no quarto principal quanto o fato de Johnson ser homossexual parecem contribuir igualmente para essa “queerização” do estilo moderno. Tal procedimento mostra os indícios de um pós-modernismo embrionário, que culminariam, anos depois, na torre da AT&T e seu formato semelhante a uma cadeira Luís XVI.

Ao fim de seu texto, Betsky desmonta parte de seu pensamento ao observar que seria cada vez mais difícil falar de um espaço *queer*, menos por questões teóricas e mais porque estas práticas estariam sendo progressivamente absorvidas pelo sistema capitalista. Quando afirma que a “AIDS destruiu o espaço *queer*”, no entanto, o faz no sentido de nos revelar que essa

¹⁰ SONTAG, Susan. Notas sobre Camp. In: **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

dissipação é a própria natureza do *queer*, já que ela seria uma identidade desespacializada. Confrontados com a própria mortalidade, os gays teriam redescoberto o corpo (p.14), e o teriam usado para atravessar a arquitetura. A coincidência da linha com a parede seria um dos princípios de uma arquitetura que tem funcionado historicamente como um sistema imunológico:

A arquitetura, então, tem se apoiado tradicionalmente em um sistema imunológico (consistindo no “técnico”, no “geométrico”, no “espacial”) para evitar que o problema da diferença, especialmente da diferença sexual, contamine sua prática e teoria. Como se - poderíamos perguntar de um outro ponto de vista - a sexualidade não tivesse nada de técnico, de estético, de espacial em si. (1992, p. 262, tradução nossa)¹¹

Espécie de barreira à corporalidade do corpo expressa na sexualidade, a arquitetura seria o contraponto ao corpo infectado do gay com HIV/AIDS. Expulso do sistema tradicional da arquitetura, o gay, sempre visto sob o estigma da AIDS, precisa ser invisibilizado. Contra isso, Durgam Crout¹² lança seu manifesto *Hearing AIDS*, no qual busca revelar como se construiu um espaço *queer* HIV+ e sua identidade. O autor organizou uma exposição com diversas ilustrações que exploram relações espaço-corporais entre opressão e desejo. Impressiona como o reto enquanto zona erógena dialoga com o conceito de “cuir”, que discutiremos mais adiante, e se lança como uma possibilidade arquitetônica. A outra atividade levada a cabo nessa intervenção arquitetônica é a *Wasting Architecture*. A estrutura procura simbolizar arquitetos que morreram de AIDS ou convivem com a doença. Desta forma, coloca-se às claras a existência de uma infecção no corpo da arquitetura, e de que maneiras ela pode abdicar de seu projeto histórico de barreira e virar um lugar do corpo, que não reconhece essas mesmas barreiras. O *queer*, confrontado com sua carnalidade, transforma-se em espécie de qualidade espacial, mais do que algo legível e identificável. Esse vazio *queer*, em contraposição ao espaço *queer*, é o que o autor define como “queerness”:

‘Querness’ revela a casa não apenas como o bloco edificado de uma sociedade e uma cidade, mas um lugar onde o corpo permanece escondido e a identidade desaparece em relações sociais. Você é um irmão, irmã ou parente, e você deve aparentar ser um membro produtivo da família dentro de um determinado espaço que existe distante de qualquer sistema de produção real. O corpo e o ‘eu’ desaparecem no meio disso tudo. Ao sair do armário, eles se revelam, e nem sempre são bonitos de se ver. (CROUT, 1994, p. 180, tradução nossa)

¹¹INGRAHAM, Catherine. **Initial Proprieties: Architecture and the Space of the Line**. In: COLOMINA, Beatriz (org.) *Sexuality and Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

¹²CROUT, Durgam. **Hearing AIDS**. ANY,:Architecture New York. Nova York. No.4, p.40-41, jan.-fev. 1994.

Apesar de temer pelo fim do espaço *queer*, e, anos mais tarde afirmar ter razão nesse receio, o autor defende que os primeiros espaços *queer* na modernidade são os becos escuros sem saída e nos quartos escondidos espalhados pela cidade. Não será necessário relembrar como esses espaços são exatamente aqueles evitados pelas mulheres, o que confirma o caráter sectário do texto. De qualquer maneira, é neles que o “cruising” (flerte) enquanto forma de usar a cidade para o sexo, acontece. Conclui, a partir disso, que “você não deve produzir espaços para conter e encorajar a relação entre as pessoas, pois elas irão aparecer quando menos se espera – ou se deseja.” (p. 141, tradução nossa). Esse é um dos aspectos mais interessantes do pensamento de Betsky: a defesa de que a oclusão do espaço visível *queer* signifique sua expansão.

Esse é o ponto de partida para Christopher Reed¹³. Aceitando que o *queer* não é estático, mas sim um desafio a esse valor, cita a instalação “‘There Is No ‘Queer Space’, Only Different Points of View” de Brian McGrath, defendendo que o *queer* pode estar em todo lugar. Mais ainda, que nenhum lugar é totalmente *queer* ou não-*queer*, de tal forma que “o espaço *queer* está no processo de literalmente tomar o lugar, reivindicar o território.” Ao longo de seu texto identifica quais seriam as características desse território em disputa, e variam de símbolos materiais como bandeiras LGBTQ+, até uma a relação com o passado e a vontade de renovação de centros históricos. Essas características são questionáveis, e certamente não se aplicam a todas as realidades. Ele associa uma atração pelo caminhar (a “pedephilia”) a valores *queer*. No entanto, essa modalidade é praticamente a única opção em cidades pequenas sem transporte público, ou virtualmente impossível em grandes centros urbanos rodoviaristas, como Los Angeles.

De maneira geral, podemos considerar o livro *Stud: Architectures of Masculinity* (1996), de Joel Sanders, o primeiro a falar de exclusivamente sobre a sexualidade masculina na arquitetura. Os artigos têm um tom bastante provocador e experimental, e, entre ensaios fotográficos e textos sobre a faca elétrica, costuram uma narrativa muito mais pautada por análises críticas de obras e objetos do que uma formulação teórica. Dividido em cinco grandes temas - home, homework, bathroom, gym, outings (casa, escritório, banheiro, academia, passeios) -, explora os espaços e formas de exercício da homossexualidade na sociedade contemporânea, e o papel ativo da arquitetura na construção dessa identidade. Essa premissa parece mais consistente do que aquela adotada pelos autores analisados até agora, já que entende que a arquitetura é apenas “uma das normas subjetivas que constituem a

¹³REED, C. Imminent Domain: Queer Space in the Built Environment. **Art Journal**, vol. 55, no. 4, p. 64-70, inverno 1996.

performatividade de gênero” (p. 13, tradução nossa). Mas, mesmo sendo uma das dimensões constituintes de nossa performance de gênero, faria sentido falar em uma forma de projetar *queer*? Para George Chauncey, não¹⁴.

O autor, que não é arquiteto mas professor de história, principia seu texto questionando se devemos querer produzir espaços *queer*. Talvez faça mais sentido, reflete Chauncey, que analisemos esses espaços sem tentar reproduzi-los, compreendendo que não existem valores intrínsecos ao espaço. Evocando Michel De Certeau, defende que o sentido do espaço é dado por seus usuários e criadores, podendo ocorrer até mesmo uma inversão entre a intenção do projetista e a forma como o lugar é ocupado. Ao considerar que “Não há um espaço *queer*; há apenas espaços usados por pessoas *queer* ou usados de forma *queer*,” (p. 225, tradução nossa), podemos vislumbrar sua tese:

Analizando o papel da produção e contestação do espaço *queer* no dia a dia de homens gays com alto grau de especificidade histórica também tem implicações para a teorização do espaço urbano em geral. E mais importante, demonstra o grau dos limites entre o ‘público’ e o ‘privado’ enquanto construções sociais, contingentes e em disputa; e ilumina a variedade de forças – informais e formais, de resistência e de dominação – procurando exercer um poder regulador e definidor sobre a produção do espaço urbano. (1996, p. 224-225, tradução nossa)

Esses espaços urbanos - como parques, praias e ruas - trazem de volta a questão do “cruising”, ou flerte, nos lugares de grande circulação. O texto recupera uma importante pesquisa criminal e cultural desse exercício, falando de lugares que até hoje são usados para o sexo, como moitas de parques e banheiros de estação de trem e metrô. E o faz analisando sua relação com a classe social dos praticantes, na medida em que o gay pobre não tem dinheiro para pagar hotéis ou qualquer espaço não-público para sua prática sexual. De todas as formas, o espaço público ser tão cobiçado para as práticas homossexuais masculinas não é mero acaso. O homem gay partilha do privilégio de poder circular pela cidade a noite, e de ter seu corpo aceito nos lugares de representação pública. Será pelo olhar reflexivo que ele sustentará sua prática de flerte, tornando-se, a um só tempo, objeto e sujeito, quem olha e quem é olhado, quem deseja e quem é desejado. Ao falar desse olhar masculino, Sanders salienta que:

Ironicamente, ao mesmo tempo que os homens gays contam com os códigos visuais na formação de um espaço contracultural, eles têm tido que fugir do olhar punitivo que a cultura dominante tem imposto para controlar a sempre

¹⁴CHAUNCEY, George. **Privacy Could Only Be Had in Public: Gay Uses of the Streets**. In: SANDERS, J. STUD: Architectures of Masculinity. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

ambígua face do homem gay visualmente discernível. Lee Edelman descreve como nos seus esforços frustrados de policiamento do homossexual, cuja presença ameaçadora expõe o risco da instável fundação da homossexualidade, o poder dominante tentou desnaturalizar o corpo gay e fiscalizá-lo atrás dos signos de sua diferença em relação à ‘autêntica’ masculinidade heterossexual. (1997, p.24)

O domínio do homem sobre o espaço exterior estabelece uma coreografia específica, compartilhada apenas pelos iniciados que conhecem os códigos desse contato sexual. Esses mecanismos corporais permitem uma existência marginal mesmo dentro dos espaços tradicionais de visualidade heteronormativa. Retomando agora a crítica de Betsky a Hayden, podemos compreender um pouco melhor o porquê da insuficiência em pensar a cidade a partir da segurança das crianças, ou formas de vida comunais que não abriguem esses desvios sexuais¹⁵.

Uma das qualidades dessa primeira onda de escritores a tratar da homossexualidade masculina (problematicamente categorizada como *queer*) é, entre outras, superar uma visão construída à pelas feministas, de que a forma curvilínea e introspectiva seria erótica por definição. Quando Betsky fala da obra de Frank Israel, arquiteto gay que teria desenhado formas puras reveladoras de uma materialidade a ser sentida pelo corpo, ou na análise do Cadet Quarters de Joel Sanders e John Lindell¹⁶, quando o escritório SOM opta por ângulos retos e padrões ergonômicos para abrigar os corpos militarizados, conseguimos visualizar uma outra possibilidade formal que expressa o erótico. Isso é positivo não só porque libera o erótico de um léxico rígido pré-fixado, mas porque desnaturaliza a associação entre mulher e desejo, mulher e natureza, mulher e sexo, mulher e procriação, em suma, descarta a definição de que a mulher é “um corpo sexual em tempo integral” (PRECIADO, 2014, p.149). É importante atentar para os riscos dessas valorações, afinal se defendemos que o *queer* não é um conceito fixo na arquitetura (assim como gênero e sexualidade de forma ampla), as associações feitas nas análises críticas das obras serão sempre de “valor associado”:

O ‘queering’ da teoria arquitetônica pode resultar em uma pesquisa militante, como mencionado anteriormente. A arquitetura de Johnson é *queer*, em outras palavras, porque Betsky e outros dizem que é, e não porque se baseia em fartas evidências. E enquanto sabemos que Johnson era homossexual, há pouco fundamento para sugerir que sua sexualidade informou diretamente sua

¹⁵Para ver uma discussão sobre uma forma não-cosmopolita de expressão da homossexualidade, ver: MEREDITH, Michael. Provincialism, Critical or Otherwise. In: **LOG**. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

¹⁶LINDELL, John; SANDERS, Joel. **Cadet Quarters, U.S. Air Force Academy, Colorado Springs – Skidmore, Orwings & Merrill**. In: SANDERS, J. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

arquitetura. De fato, não há razão para que a exibição proeminente de costas masculinas deva ser considerada um comportamento essencialmente gay, quando (por exemplo) a prática do "pagar cofrinho" (tradução interpretativa na linguagem coloquial do inglês "mooning") é tão endêmica na cultura masculina heterossexual, entendida mais como um ato de descontração do que algo de conotações sexuais. (WILLIAMS, 2013, p. 178, tradução nossa)

Assumindo esses riscos, esses autores desenvolveram o tema da sexualidade de forma consistente, mas, mesmo assim, o tema perdeu força ao longo dos anos 2000, sendo retomado apenas em anos muito recentes. Eis que no mesmo mês (outubro 2017) três periódicos¹⁷ publicaram edições dedicadas ao tema, contribuindo enormemente não só para sua retomada, mas para o avanço de aspectos até então incipientes ou inexistentes. É o caso, principalmente da revista Footprint, que dedica sua edição a discutir não mais a questão *queer* na arquitetura, mas a trans, da qual falaremos mais adiante. Em seu texto de abertura¹⁸ relembra como o "queering" (algo como envidescimento¹⁹) da arquitetura seria o agenciamento da performance enquanto subversão e perversão dos sistemas de poder, liberando desejos suprimidos. Segundo os autores, a prática *queer*, em sua radicalidade, busca o fim dos sistemas binários da heteronorma, opondo-se ao pensamento essencialista do feminismo dos anos 1970. Afirma ainda que as questões relacionadas ao *queer* ou à transexualidade estão completamente ausentes nas primeiras discussões sobre gênero na arquitetura, o que só é verdade se considerarmos as limitações teóricas e políticas (pois não se tratam de corpos travestis, e sim de uma prática de trans-generidade) de conceitos como o de "transexualidade arquitetônica" de Diana Agrest.

De forma geral os autores e autoras da outra publicação, a LOG, caminham na mesma direção. Jaffer Kolb²⁰ constata que o "queerness" é adaptável, transversal e relacional, e deve ser compreendido muito mais enquanto um "como" do que um "o que". É um sentido muito semelhante ao dado por Annie Barrett²¹, que imagina uma forma arquitetônica não-conformada, o que chama de "noncon", subversiva e indefinível, que agiria na arquitetura de tal maneira que ela "(...) não é sobre as qualidades específicas, intrínsecas ou absolutas de um objeto decididamente queer, mas sobre a capacidade de mudança plástica e variação de códigos dessas

¹⁷São eles: FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017; THE FUNAMBULIST MAGAZINE. Paris: Punctum Books, issue 13, set./out. 2017; LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

¹⁸GORNY, Robert Alexander; HEUVEL, Dirk van den. **New Figurations in Architecture Theory: From Queer Performance to Becoming Trans.** In: FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

¹⁹Tradução interpretativa, a partir da música *Enviadescer* da MC Linn da Qubrada.

²⁰KOLB, Jaffer. **Working Queer.** In: LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

²¹BARRETT, Annie. **Noncon Form.** In: op. cit.

qualidades em registrar múltiplas formas e efeitos.” (p. 14, tradução nossa). Na mesma edição da revista, encontramos duas importantes autoreflexões das obras de Betsky e Sanders.

Em entrevista a Kolb²², Betsky diz-se desapontado, pois várias agendas do *queer* não se concretizaram, entre elas “a reabilitação do interior, as distinções entre o dentro e o fora, o urbanismo produzido de cima para baixo.” (p. 86, tradução nossa). Como vimos no capítulo anterior, essa constatação é ao menos parcialmente imprecisa. Se considerarmos a distinção entre o dentro e o fora como uma questão de informação, transparência e conexão, então a Internet e os sistemas de visualidade contemporâneos foram um absoluto sucesso. Agora, se o autor se refere a algum tipo de redefinição completa da relação público-privado no sentido da emancipação da domesticidade, ele tem razão apenas se considerarmos que a pós-domesticidade anunciada por Preciado é uma imagem bastante diferente daquela imaginada pelo autor e até mesmo pelas feministas dos anos 1970 e 1980.

De todo o modo Betsky pondera que seu estudo em *Queer Spaces* carecia de uma dimensão de classe mais aprofundada, e afirma que transformou o “stud construction” (em livre tradução, algo como construção rústica) em fetiche da arquitetura. Mantém seu interesse nas maneiras como a cultura *queer* afeta a cultura como um todo, e a arquitetura em específico. Para ele, haveria relação entre as expressões culturais *queer* e a obra retorcida de James Stirling, por exemplo. Finaliza falando como a virtualidade pode significar o fim dos espaços *queer*, de tal forma que “Pode ser o caso de “queerness” e arquitetura não se intersectem mais, e tudo bem” (p. 88, tradução nossa). Ou seja, aqueles antigos espaços de identidade e encontro que ele analisou uma década antes talvez não passem mais a existir. Falar, no entanto, que o *queer* e a arquitetura não se intersectam mais parece não só uma avaliação apressada, como imprecisa se pensarmos nela em outros termos, como faz Sanders.

Joel Sanders percorre outro caminho²³. Com uma abordagem menos culturalista, e com menor preocupação com uma identificação clara dos espaços *queer*, o autor advoga por um novo caminho teórico pelo estudo da questão trans: “Uma abordagem trans-inclusiva oferece uma metodologia para pensar sobre os papéis da tipologia, dos materiais da biotecnologia na formação das identidades do século XXI.” (p. 145, tradução nossa). Sua contribuição ao tema será discutida com mais vagar na última sessão do capítulo, por hora basta identificarmos como seu trabalho se aprofunda e segue adiante no sentido de que agora não apenas o gênero e a

²²KOLB, Jaffer; BETSKY, Aron. **The End of Queer Space?** In: *op. cit.*

²³SANDERS, Joel. **From Stud to Stalled! Architecture In Transition.** In: LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

sexualidade sejam móveis, mas também o corpo. Andrew Holder²⁴, como contrapartida, procura uma expansão do conceito de arquitetura *queer*, em uma espécie de síntese sincrética das revisões discutidas acima.

Partindo da análise crítica de um filme de Andy Warhol, localiza procedimentos estéticos associados a valores *queer* capazes de inspirar uma prática arquitetônica renovada. Se de um lado rejeita que a arquitetura *queer* seja uma questão estilística – como seria a arquitetura clássica ou moderna – por outro, não abandona a busca por qualidades que a definam, quase que intrinsecamente. Em suma, faz uma tradução intersemiótica para lançar as bases dessa arquitetura:

O filme, reformulado como um vislumbre dos arranjos materiais e políticos de algum mundo futuro, pode ser transposto como uma série de prescrições para a arquitetura. Para surgir como fez de *Mario Banana No. 1*, a arquitetura deve expandir sua paleta de materiais (seus elementos ou tijolos, por assim dizer) sem levar em consideração a origem ou o status; produzir tanto formas imanentemente familiares quanto preenhe pela história de suas partes constitutivas; envolver as regiões abaixo (no solo) e ao lado (na elevação) dos edifícios, implicando objetos e pessoas que não estão adequadamente dentro; e operar de acordo com planos que sejam legíveis em termos comunitários e abertos às agendas particulares de convite individual. (HOLDER, 2017, p. 159, tradução nossa)

De maneira geral, tem-se por certo que buscar uma arquitetura *queer* é inócuo, mas principalmente insuficiente em termos teóricos. Por sua natureza estática, a arquitetura não deve pretender nem produzir corpos *queer*, nem os associar a qualquer tipo de composição formal. Seguindo o pensamento de Holder e Berrett, devemos absorver das expressões de sexualidade desviantes sua capacidade de adaptação, abandono da busca pela autonomia ou controle, e presença desterritorializada. Reivindicar um espaço *queer* não deve significar levantar fronteiras, muito menos demarcar terrenos. A comunidade LGBT+/queer é de ascendência transnacional, coletiva e marginal.

O *Manifesto Queer Nation*, lançado em 1990 na Parada Gay de Nova York, no auge das revoltas da comunidade LGBT+ contra o conservadorismo norte-americano que acreditava que o HIV/AIDS era uma punição divina, fala que “Ser *queer* não é sobre um direito à

²⁴HOLDER, Andrew. **Five Points Toward a Queer Architecture; Or, Notes on *Mario Banana No. 1***. In: op. cit.

privacidade; é sobre a liberdade de ser público, de simplesmente sermos quem somos.”²⁵ No bojo de uma articulação nacional do AIDS Coalition to Unleash Power (Act Up) (em livre tradução, Coalização da AIDS pelo Empoderamento), circulou o manifesto que pretende colocar a voz e a visibilidade no centro das reivindicações políticas dos gays, lésbicas, transexuais e comunidade *queer*. A máxima de que “Silence = Death” (Silêncio = Morte) tanto diz respeito à dor solitária que consome quem convive com a AIDS e sofre estigmatização social, quanto à necessidade de tomar a palavra e recuperar sua humanidade, fazer-se corpo presente, não aceitar mais emudecer sob a forma de um objeto escanteado. As vozes unidas formam uma nação. O que aproxima todos os diferentes não é o hino, a bandeira ou as fronteiras, mas uma mesma dor, uma mesma existência vetada:

E, quando falada para outros gays e lésbicas, é um modo de sugerir que cerremos fileira e esqueçamos (temporariamente) nossas diferenças individuais, uma vez que enfrentamos um inimigo comum e mais perigoso. Sim, *queer* pode ser uma palavra dura, mas é também uma arma sagaz e irônica que podemos roubar das mãos dos homofóbicos e usá-la contra eles. (2016, p. 10)

Essa identidade costurada a partir de um inimigo comum tem o poder de transbordar qualquer tipo de muro e divisa nacional, pois a língua da opressão nos é comum. Quase vinte anos depois do primeiro manifesto, a América Latina, com acento chileno e boliviano, faz surgir o conceito de *Nación Marica*²⁶. Ele nasce da necessidade de construir uma sexualidade e identidade de gênero que não sejam simples decalques dos conceitos e debates desenvolvidos nos países centrais. No limite, falamos aqui de uma cidadania sem Estado, que não reconheça, ou que não procure reproduzir, a divisão internacional do trabalho. Como diz um dos interlocutores no movimento boliviano, “La palabra gay no nos representa”, pois traz consigo um padrão de beleza, de comportamento e de identidade estranhos a nós, e que apenas nos rebaixa. Nossa voz tem modulações próprias, assim como nossa história e passado pré-colombiano.

Hija de Perra, nome artístico de Víctor Hugo Peñaloza, é uma performer e pensadora chilena que nos recorda de como uma expressão sexual livre e intersexual já existia muito antes

²⁵ ROMERO, Roberto (trad.) **Manifesto Queer Nation. Série Intempestiva**. Caderno de Leituras, n.53, 2016.

²⁶ SUTHERLAND, Juan Pablo. **Nación Marica. Prácticas culturales y crítica activista**. Santiago de Chile: Ripio Ediciones, 2009; AJ+Español. Nación Marica: ser indígena y homosexual en Bolivia, 4 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JZ_WkPMGIsw. Acesso em: 16 jan. 2020.

da chegada dos colonizadores na América²⁷. Da mesma maneira, João Silvério Trevisan, escritor e militante LGBT+, mostra em sua história heterodoxa da homossexualidade no Brasil que as comunidades indígenas eram mais ricas nas suas expressões sexuais e muito mais tolerante à homossexualidade do que os portugueses²⁸. Portanto qual seria o sentido em importar conceitos como *queer* e começar a nos entender a partir disso? Por acaso nós apenas “Existimos desde que nos descobriram?” (PERRA, p.2, tradução nossa)

Fato é que a dita “cultura da viadagem” existe há muito tempo em nossas nações, e talvez seja o caso de procurar aqui (ou, nos termos de Mombaça, aká²⁹), e não lá fora, modelos e formas de ser o que somos. Romper com o regime de produção de conhecimento anglo-saxão e europeu é um desafio necessário para que deixemos de acreditar que nossa voz é inferior ou atrasada. Devemos aceitar que “uma voz anasalada que inclua expressões do Pajubá³⁰ em suas falas certamente soará dissonante; bem como uma escrita encarnada, embalada por um ritmo próprio e assumidamente autoral, parecerá ilegível.”³¹ Rejeitar um projeto universalista que em sua essência seja hierarquizante, e procurar uma aliança a partir do prazer e da vontade de falar. O caminho é, nas palavras de Pedro Costa, um “investimento intelectual em torno da produção de um ”saber anal” que se insinua no campo teórico como um saber em primeira pessoa, constituído no avesso do “distanciamento científico”³².

Essa inversão faz do “cu”, historicamente o ponto mais asqueroso, interdito e escatológico do copo, ainda que um dos mais desejados, o *locus* de nossa universalidade. Onde a subversão do termo “cuir” de Guilherme Altmayer³³, corruptela de *queer* escrito a partir do cu. É, a um só tempo, um movimento antropofágico, pois traduz um termo anglófono para o português, e também global, pois resgata a dimensão comum do cu. Nas suas palavras:

²⁷PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus** 2a edição novembro 2014 - abril 2015.

²⁸TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

²⁹ABIGAIL, bibi. No olho do cu(ir) – queer: centro e margens de uma palavra desgastada. In: CIDADE QUEER; LANCHONETE.ORG; MUSAGETES. **Cidade queer, uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora, Publication Studio SP, 2017.

³⁰Segundo o “inventário Participativo Minhocão Contra Gentrificação”, Pajubá é um código usado, na grande maioria, pela população travesti em interações entre si. Ele consiste no léxico de algumas línguas africanas, principalmente do iorubá. Link do Dossiê: <http://bit.ly/minhocaocontragentrificacao>.

³¹MOMBAÇA, Jora. **Pode um cu mestiço falar?** Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 29 out. 2019.

³²COSTA, Pedro. **O Corpo Nu, aqui, é o Corpo Imigrante**. In: Cena Queer, 2013. Disponível em: <<http://cenaqueer.blogspot.com.br/2014/01/o-corpo-nu-aqui-e-o-corpo-imigrante.html>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

³³ALTMAYER, Guilherme. Apontamentos para uma Cartografia: o cuir/queer como território em expansão. **Select**, São Paulo, edição 38, ano 07, p. 38-39, mar.-mai. 2018.

Cuir, escrito com “c”, é uma tradução de como se lê *queer* em castelhano, de forma propositalmente mal-acabada, descompromissada com sua forma original nos trabalhos de autores e autoras latino-americanas dedicadas ao tema, que buscam maior proximidade com as realidades do Sul global, e de sua farta produção acadêmica e estético-política, algumas das quais mencionadas no parágrafo anterior. Em suma, algo “Ao Sul do mundo, ao Cu do corpo.” (ALTMAYER, 2018).

Cuir, quando lido em português, também remete ao “cu”, acesso àquilo que é mantido escondido. É nesse sentido que Larissa Pelúcio sugere tratar os estudos queer como estudos cu, em uma tradução provocadora, pouco palatável, para que o campo se abra para novas possibilidades de contestação. Ao ser reiteradamente tornado abjeto, um lugar intocável para muitos, o cu (privado) se tornaria uma das bases de sustentação de um sistema de sexualidades que, segundo Gay Hocquenhem, seria um motor central de produção de subjetivações capitalistas centrado no falo (público). Refletir a partir de práticas anais seria, para Paul B. Preciado, uma forma de dissolver a oposição entre hétero e homossexual, entre ativos e passivos, deslocando a sexualidade a partir do pênis que penetra o cu receptor, como forma de borrar as linhas que segregam gênero, sexo e sexualidades, que expõe as fragilidades constitutivas do sujeito tradicional heteronormativo.” (p.39)

Ao associar linguisticamente o *queer* ao “cu”, o autor permite imaginarmos novos marcos teórico-fisiológicos para a arquitetura. Como atenta Crout, “Talvez reconstruir o reto como um órgão sexual possa começar a produzir interessantes consequências legais e arquitetônicas.”(CROUT, 1994, p.40, tradução nossa). Aceitar o devir como a única possibilidade dessa construção relacional é o ato fundante de uma arquitetura que se pretenda dialogante com a questão cuir. Similiar à ideia de utopia, o cuir é um compromisso, um ideal que se coloca no movimento da história como crítica ao passado e forma de imaginar um outro futuro.

4.2 Os dispositivos da arquitetura

“A arquitetura do corpo é política.” (PRECIADO, 2014, p.3)

Uma das grandes contribuições de Michel Foucault à teoria *queer* foi, sem dúvida, sua genealogia do poder e sua organização dos sentidos da sexualidade ao longo da história humana. Em *História da sexualidade – a vontade de saber*³⁴, o filósofo francês desvela as fundações da sociedade disciplinar burguesa e o funcionamento da sexualidade como espécie de dispositivo histórico. Ao conectar o biológico e o histórico, analisa a crescente complexidade das tecnologias modernas de poder que afloram e agem nos corpos. Essa modernidade se funda no sistema de sexualidade (que substitui o sistema de alianças feudal), e passa a ser entendida como um dispositivo histórico, partícipe de uma “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros(...)” (p. 115) O sexo, correntemente compreendido como uma determinação fisiológico-anatômica, torna-se um dentre os vários pontos nessa rede de poder. Há, portanto, uma inversão. O sexo, que antes configurava identidade de gênero e sexualidade, passa a se submeter ao dispositivo de sexualidade e seu funcionamento. Como observa Preciado:

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos (sic) com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (2014, p.25)

Cada vez mais fala-se de sexo. Diferentemente do que se poderia supor, ele não é um tema marginal e secundário: trata-se de algo central na agenda do poder de nosso tempo. Não um poder interdito, que silencia, mas sim um poder regulador que organiza os fluxos dos exercícios do prazer. Essa nova fase nas sociedades contemporâneas, na qual o objetivo é a “produção e o controle da própria vida” (p.158) determina o que Foucault chama de biopolítica. Esse é mais ou menos o ponto de partida de Preciado, para quem a sociedade disciplinar foucaultiana teria passado por mudanças tais que poderíamos falar de uma sociedade de

³⁴FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017. Ver também: FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

controle, conforme advoga Giles Deleuze no começo dos anos 1990³⁵. Caracterizada pela queda dos muros institucionais a partir de redes flexíveis moduláveis, essa mobilidade recorda a sociedade farmacopornográfica na medida em que, cada vez menos, os limites entre o fora e o dentro, entre o corpo e a instituição, são claros. Esse regime também acompanha o surgimento do que Achille Mbembe chama de “necropolítica”³⁶. A passagem se dá pelo surgimento de um sistema que suplanta a noção tradicional de gestão sobre a vida e a morte, para explicar cenários contemporâneos em que o que se pretende é a simples multiplicação da morte.

Em seu artigo “Pode o negro viver?”³⁷, Joyce Alves observa como o racismo, tão pouco comentado por Foucault, seria o sustentáculo de uma biopolítica brasileira durante a escravidão, encontrando ecos até hoje. Por mais pragmático que esse cálculo da vida seja – afinal o negro é visto como mercadoria e máquina –, esbarra a todo momento em um discurso racista que não apenas sustenta a escravidão, mas a própria morte do cativo caso este fuja de seus regramentos. Ao analisar a periferia do globo no pós-colonialismo, Mbembe usa categorias como violência, direito e soberania. Pertencendo a uma categoria cuja vida é “matável”, uma “vida sem valor” (AGAMBEN apud MBEMBE, 2018), a sociedade escravocrata coloca em xeque o eurocentrismo do percurso histórico da biopolítica de Foucault. A passagem da sociedade monarquista, tendo no suplício sua principal tecnologia de controle e punição, para a burguesa, com os aparatos médico-jurídicos de coerção corporal, não seria suficiente para explicar a regulação do corpo negro escravizado.

Tais reflexões servem de base para mostrar como, desde pelo menos os anos 1950 (se pensarmos na sociedade pós-doméstica da Pornotopia de Preciado), o regime de poder e a forma de organização da sociedade tem mudado rapidamente. A questão sexual se torna mais complexa em um cenário de revisões institucionais e crises constantes do capitalismo. Frente a isso, como a arquitetura tem mobilizado questões como o gênero e o corpo? Se, como colocado por Preciado: “Estamos testemunhando hoje a mutação dos dispositivos biopolíticos em direção à produção e controle do corpo, sexo, raça, e sexualidade, algo que a arquitetura não pode ignorar.” (2012, p. 124) qual o sentido em seguir modelos anamórficos de interpretação da relação entre o corpo e a arquitetura? A insuficiência dos sistemas miméticos de representação, discutido por diversos autores como Adrian Forty (1996), solicita de nossa disciplina uma outra

³⁵DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: editora 34, 2013.

³⁶MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018. Ver também: HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo**. Sapere aude, Belo Horizonte, v.7, n.12, p. 194-2010, jan/jun 2016.

³⁷ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. **Pode o negro viver? A violência racial e a concepção de biopoder em Foucault**. Revista Eletrônica Discente História.com, Bahia, v.3, n.6, jun 2016, p.157-170, meio digital.

estrutura teórica que lance novas possibilidades reflexivas. E, mais uma vez, é Preciado quem atualiza a agenda do feminismo, teoria *queer* e pensamento sobre sexo. No *Manifesto Contrassexual* (PRECIADO, 2014), busca analisar “aquelas zonas esquecidas pelas análises feministas e *queer*: o corpo como espaço de construção biopolítica, como lugar de opressão, mas também como centro de resistência.” (p.13)

Em que pesem as análises de Mbembe sobre a decadência do sistema biopolítico, o manifesto segue válido em sua radical desconstrução das práticas sexuais e do sistema de gênero partindo da aceitação plena da tecnologia como um sofisticado mecanismo de fabricação de corpos sexuais. De forma complementar, a ideia de biopolítica critica diversos pontos cegos na teoria de Butler, como a ausência de uma discussão sobre como as performances se inscrevem nos corpos, ou sobre a própria carnalidade desses corpos. A partir daí Preciado desenvolve contraciências como a “dildotectônica”, ramo da contrassexualidade que considera o corpo inteiro como “terreno de deslocamento e de localização do dildo.” (p. 49). O “dildo” é algo entre o falo e o pênis que haveria surgido antes do próprio pênis, e que não substitui uma falta, mas antes atua como suplemento, capaz de modificar aquilo sobre o qual age. Enquanto elemento móvel, o “dildo” permite uma deformação ao sistema sexo/gênero, transformando qualquer espaço em centro possível, num procedimento de desterritorialização do sexo. A partir desse ponto “tudo é dildo. Tudo se torna orifício” (p. 86). E é isso que importa à arquitetura.

Através da dildotectônica, podemos explorar um sistema não-mimético, não-clássico e não-binário de localização do prazer e sua relação com a constituição e reconstituição do corpo. O “dildo” é um dispositivo capaz de, substituindo o falo (metáfora, aqui, do gênio criativo do demiurgo, seja Deus, pênis ou o arquiteto), realocar o vazio, que passa a ser um ponto móvel, não mais espaço prenhe de pura potência, espécie de *chora* ou útero passivo, mas apenas algo modulado em relação ao não-vazio. O orifício e o “dildo” ocupam os vários lugares dessa relação, levando o conceito foucaultiano de dispositivo de poder a outro nível. Atuando diretamente sobre o corpo, sua fisiologia e sensações, o dispositivo é:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos³⁸, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244)

³⁸Agora fica claro o poder presente em pesquisas como as levadas a cabo por Erik Eriksson, já comentadas.

Ao considerar a arquitetura um dentre os diversos dispositivos de poder que participam nos sistemas de sexualidade contemporâneo (Teresa de Lauretis considera até mesmo a teoria um desses dispositivos da sexualidade), o autor se opõe à teoria de Georges Bataille, que defendia que a arquitetura era a forma visível da interdição levada a cabo poder central. Se para Bataille a arquitetura é uma representação da autoridade, que prostra o observador em sua miudez, para Foucault, esta participa de um planejamento espacial das ditas tecnologias de poder. Ficou famoso, por exemplo, o estudo que Foucault fez das instituições burguesas como a escola, o hospital e o presídio, notadamente do panóptico. Construção elaborada por Jeremy Bentham no final do século XVIII, consistiria em uma prisão na qual o vigia poderia ver a todos os cárceres, enquanto estes nunca o veriam, de forma a introjetar o sentimento de eterna vigilância nesses corpos. Na definição de Cortés:

De fato, podemos dizer que o pan-óptico tem origem na obsessão cartesiana pelo “olhar” e é um claro exemplo da masculinidade das epistemologias do Iluminismo, que enfatizavam o racional em detrimento do emocional, fornecendo imagens sexualmente deturpadas nas quais suprimiam os aspectos da personalidade tipicamente associados à feminilidade. (p.53)

Tomando a diferença entre o pensamento dos dois filósofos como ponto de partida, José Cortés, professor de teoria da arte, desenvolve análises, ainda que por vezes datadas, das relações entre a arquitetura, o gênero e os sistemas de controle social. Insiste, por exemplo, na conexão entre flexibilização da planta e abertura de ligações do “dentro” com o “fora” como forma de emancipação sexual. Não obstante, é na análise da atualização do papel da arquitetura frente ao sistema desenvolvido por Foucault e Preciado, que o autor destaca:

Nesse sentido, o papel da arquitetura como estrutura orgânica para o exercício do poder também se modificou. Assim, o muro que separava claramente o espaço interior do exterior foi se deteriorando e abriram-se amplos orifícios que permitem contemplar o que acontece no interior da esfera privada, ao mesmo tempo que condicionam a permanente teatralização da vida contemporânea. Estamos vendo como, sob a influência dos meios de comunicação e das câmeras de vigilância, a consistência espacial do interior está desaparecendo e seus habitantes estão se convertendo em atores que representam em tempo real. (p.118)

Ele então analisa as formas de ocupação do espaço público e privado, lembrando o privilégio masculino sobre o “espaço exterior”, razão pela qual é aí que eles exercitam parte importante de sua sexualidade, notadamente em dois lugares: nos banheiros públicos (donde a gíria brasileira “fazer banheiro” como sinônimo de práticas homossexuais), e nas praças e

parques. Partindo de uma rica análise dessas práticas no universo da arte e da cultura popular, o autor define que “A distribuição do espaço e os materiais utilizados na construção dos banheiros públicos (os azulejos brancos e frios, os cubículos simétricos, as formas racionais e utilitárias, etc.) refletem da maneira mais crua diferentes propriedades do ”espaço masculino”. (p.164) Essa análise lembra aquela feita por Betsky anos antes:

Os azulejos brancos e o concreto aparente da maioria desses espaços quase parodiam os ideais da arquitetura moderna, que queriam apagar a diferença entre interior e exterior, público e privado, eu e outro, em favor de uma realidade abstrata. Aqui, canos e espelhos de esgoto coexistem em um mundo de desinfetante branco, ironicamente permitindo que o corpo se destaque com maior contraste. A deterioração de nossas infraestruturas sociais é refletida na capacidade de manter esses lugares limpos, de modo que a vida real penetra através de cheiros, pichações e outros tipos de uso. O que resta é a invisibilidade dos corpos, exceto quando o ato sexual entra em erupção. Os atores incorporam esse desempenho em uma coreografia cuidadosa de gestos, atividades e papéis, que variam de um participante passivo e ativo até o *voyeur*. Observadores que tentaram documentar essa cena falam dela em termos de transações e papéis, como se fosse uma atividade comercial, mas que tenha o corpo como seu único capital, e que resulta na gratificação instantânea do desejo sem nenhum resultado produtivo. (1997, p. 151, tradução nossa)

O banheiro (muito mais do que as praças e parques) torna-se, ao lado do closet, o *locus* de produção da homossexualidade masculina, operando como verdadeiro dispositivo sexual. Em sua análise das relações arquitetônicas entre o “mijar” e o “cagar”³⁹, Preciado demonstra de que maneiras a construção opera enquanto tecnologia de gênero, já que, para o autor, não usamos os banheiros para suprir nossas necessidades fisiológicas, mas principalmente para reafirmar os códigos de masculinidade e feminilidade no espaço público:

A partir do início do século 20, a única lei arquitetônica comum a toda construção de banheiros masculinos é essa separação de funções: mijar-de-pé-mictório/cagar-sentado-privada. Em outras palavras, a produção eficaz da masculinidade heterossexual depende da imperativa separação da genitalidade e da analidade. Poderíamos pensar que a arquitetura constrói barreiras quase naturais, respondendo a uma diferença essencial de funções entre homens e mulheres. Na verdade, a arquitetura funciona como uma verdadeira prótese de gênero que produz e fixa as diferenças entre as mencionadas funções biológicas. O mictório, como uma protuberância arquitetônica que cresce desde a parede e se ajusta ao corpo, atua como uma prótese da masculinidade, facilitando a postura vertical para mijar sem respingar. Mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna. Dessa forma, o discreto mictório não é somente um

³⁹PRECIADO, Beatriz. **Lixo e Gênero: Mijar/cagar**. Trad.: Ana Abril. In: Select, São Paulo, edição 38, ano 07, p. 38-39, mar.-mai. 2018.

instrumento de higiene, mas uma tecnologia de gênero que participa na produção da masculinidade no espaço público. Por isso, os mictórios não estão trancados em cabines opacas, mas em espaços abertos ao olhar coletivo, sendo mijar-de-pé-entre-homens uma atividade cultural que gera vínculos de sociabilidade compartilhados por todos aqueles que, ao fazer isso publicamente, são reconhecidos como homens.

Em contrapartida, o vaso sanitário, tido como lugar da feminilidade abjeta/sentada, está sempre escondido dos olhares dos outros. Enfurnados em cabines padronizadas, mulheres e homens defecam sem disponibilizar o ânus para a penetração: ele está protegido. A cena está completa. O pênis, que acompanha o homem viril (homo ou heterossexual), deve estar disponível para a checagem do poder masculino, enquanto o ânus, ou a vagina, devem estar segredados e inferiorizados à mais íntima interioridade possível no espaço público, a cabine. Em seu estudo sobre o vínculo existente entre as zonas corporais do homem e as zonas espaciais do público e privado, Lee Edelman⁴⁰ confirma como a subjetivação masculina fixa o pênis no urinol e o ânus ao vaso. O banheiro masculino transforma-se em lugar de ansiedade heterossexual exatamente pela negociação existente entre a visão como forma de controle e confirmação, e a possibilidade do olhar de volta como flerte e desejo. Nesse sentido mostrar o pênis é um jogo duplo, pois oferece-se algo que não pode ser possuído.

Para resolver essa tensão homo/heterossexual masculina, o autor comenta sobre o restaurante que instalou televisões sobre os urinóis para impedir olhares desviantes, como se o desejo e risco de olhar para o lado fosse insuportável para a fragilidade heteronormativa. O mictório institucionaliza o “olhar disciplinador” que confirma o direito do homem de ter um pênis, porém o proíbe de olhar para o dos outros⁴¹. O banheiro é assim um ponto nodal no sistema da sexualidade, espécie de “marco zero no pacto de masculinidade na lógica das relações visuais.” (p. 156, tradução nossa). Ainda assim, o banheiro não ganha a dimensão ontológica que o armário tem para aquele ou aquela que estão à margem do sistema heteronormativo. E isso acontece muito mais pelo fato de o armário ter se transformado em uma imagem poderosa na cultura ocidental do que por suas qualidades espaciais.

⁴⁰EDELMAN, Lee. **Men's Room**. In: SANDERS, J. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

⁴¹O grupo de comédia Porta dos Fundos encena uma intervenção de dois amigos sobre um terceiro que estaria olhando para o pênis dos outros homens no banheiro. Assumem a naturalidade do desejo, mas não permitem que o ato de olhar seja feito sem descrição, defendendo uma verdadeira “ciência” do olhar sem ser olhado. PORTA DOS FUNDOS. **Manjando**. Porta dos Fundos, 15 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P0QCqyrNUig>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Eve Sedgwick⁴², teórica norte-americana e um dos principais nomes da teoria *queer* e dos estudos de gênero, se dedicou a destrinchar os componentes simbólicos e epistemológicos do armário. Sair do armário tem o sentido popular de demonstrar publicamente sua homossexualidade. O armário seria o local mais privado da pessoa, dentro do local mais particular de uma casa, o quarto. Sedgwick argumenta que é esse local não-mapeado que revela quanta atenção foi dada às demarcações sobre sexualidade desde o final do século XIX. Isso porque apenas nos últimos séculos a homossexualidade passa a constituir algo além dos atos sexuais: uma estrutura da personalidade⁴³. E, nesse sentido, ainda que as agendas LGBTQ+ tenham avançado, a percepção da autora é a de que a pessoa LGBTQ+ sempre carrega consigo a presença formadora do armário como traço social.

A ânsia do sistema disciplinar em nomear e mapear essa sexualidade identitária, que se formava na modernidade, solicitou a constituição de seu negativo, ou melhor dizendo, do positivo que a atração pelo mesmo gênero ameaça destronar. A pessoa heterossexual é um fato relativamente recente em nossa história, como nos aponta Brandon Ambrosino⁴⁴. Em sua matéria para a BBC, lembra que a heterossexualidade enquanto reconhecimento de si é fato novo, e cita o dicionário médico Dorland de 1901, segundo o qual a heterossexualidade era “um apetite anormal ou pervertido em relação ao sexo oposto”.

O armário é, assim, uma espécie de interioridade formativa, “uma versão construída do útero que contém tijolos produzidos não biológica, mas socialmente, pela pessoa que você se tornará no mundo real. É também um lugar onde você retorna a seu corpo – especialmente no chuveiro ou banheiro.” (BETSKY, 1997, p. 17, tradução nossa). Seria no armário que o *queer* – notadamente o gay – construiria uma arquitetura de si mesmo. É o local onde ele cria seu espaço invertido, seu mundo espelhado. A figura do espelho, emulada por Betksy para falar do armário, é muito poderosa para o gay, não só pela questão do olhar reflexivo, que o diferencia do homem heterossexual, ou pelo narcisismo de se mostrar enquanto construção de si, mas pela imaginação em relação ao que ela significa. Segundo o autor, esse universo espelhado tecido dentro do armário é o que permitiria “toda a realidade o eu serem dissolvidos em algo que é pura sensação ou experiência corporal.” (1997, p. 21, tradução nossa). A ficção do armário, lugar de esconderijo mas também de libertação, profundamente corpóreo e individual, se soma

⁴²SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.28, p.19-54, jan.-jun. 2007.

⁴³LOVAAS et al. (2006) fala como apenas a partir dos anos 1960 e 1970 a homossexualidade passa a ser compreendida como um fenômeno social, sendo estudada na sociologia a partir do conceito de identidade, e passando ao integrar uma agenda acadêmica mais ampla dos anos 1990 em diante.

⁴⁴AMBROSINO, Brandon. **Como foi criada a heterossexualidade como a conhecemos hoje**. BBC, 11 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

à do espelho, elemento arquitetônico e metafísico que nos conduz a nós mesmos, confundindo e desestabilizando uma realidade que nos excede, lembrando aqui a heterotopia de Foucault.

Junto ao espelho e ao armário, poderíamos somar o “ante-closet” de que fala Henry Urbach⁴⁵. Esta seria a área varrida pela abertura das portas do armário, espécie de umbral de mediação entre o particular e o público do homossexual, ato que inaugura seu lançamento no mundo e, em um movimento inverso, sua imersão em suas várias peles ali guardadas. Esse terceiro lugar é, segundo o autor, uma dobra deleuziana, definida como “se as relações do fora, redobradas para criar uma duplicidade, permitissem a emergência de uma relação consigo mesmo, constituindo um dentro que é esvaziado e desenvolve sua própria dimensão única.” (DELEUZE apud URBACH, p. 71-72, tradução nossa). O ante-closet existe no e contra os espaços que media, uma sexualidade censurada e uma sociedade heteronormativa, mas o faz enquanto possibilidade de outro arranjo entre as partes.

Os três espaços são, ao mesmo tempo, uma ideia e sua materialidade. Dispositivos de identidade homossexual, tecnologias de negociação e existência desse desejo que pulsa entre a bio e a necropolítica. A arquitetura pode participar desse sistema de diversas formas, sendo ela sempre uma tecnologia de gênero. Mas de que dispositivos dispõe? De que forma pode gerar a resistência de que fala Foucault (onde há poder, há resistência)? Para entender melhor essa operação, vejamos os casos do *orgone box* e o salão.

O primeiro diz respeito a uma espécie de caixa, espaço compacto, que comporta o corpo de quem deseja reabastecer suas energias sexuais, aumentar sua libido e se recompor para as atividades tanto sexuais quanto diárias. Sylvia Lavin (2007) e Richard Williams (2013) falam como Wilhelm Reich adotou a máxima de que o ambiente pode recuperar o corpo através da energia vital do universo. A partir das experiências da *orgone box*, o arquiteto Richard Neutra teria reimaginado a caixa e sua arquitetura, especialmente residencial, enquanto contraponto à “caixa branca”, modular e indiferenciável do *International Style*. Como vimos, o arquiteto acreditava que seu fazer era ambiental, e que os lugares que ele criava tinham uma influência determinante no processo de revigoramento de seus moradores.

Já Katarina Bonnevier, que figura entre os nomes mais importantes da discussão sobre gênero e sexualidade no norte da europa⁴⁶, analisa como a arquitetura pode agir de forma

⁴⁵URBACH, Henry. **Closets, Clothes, disClosure**. In: McCORQUODALE, D.; RUEDI, K.; WIGGLESWORTH, S. *Desiring Practices: architecture, gender and the Interdisciplinary*. Londres: Black Dog Publishing, 1996.

⁴⁶ Ela participa de diversos grupos como o *Fatale for feminist architecture theory and practice* e *Mycket*, no Royal Institute of Technology in Stockholm

diametralmente oposta⁴⁷. A autora fala de um salão lésbico (ou *queer*) em Estocolmo que se reconfigurava a partir do uso de suas visitantes, sendo originalmente um café. Como ocorreria tal transformação? Nos responde a autora:

A sala de estar de uma casa particular costuma ser chamada de salão, mas o salão como evento pode existir além dessa sala. O Salão é arquitetura - matéria e evento. No caso do Café Copacabana, seu interior não é um salão, mas um café, até o Salão acontecer. Isso é o interessante do ponto de vista arquitetônico; que um evento pode transformar a matéria em um Salão. A arquitetura aparece no evento, ou no ato, e gera significado, mostrando que a arquitetura desempenha um papel na performatividade. (2007, p.202-203, tradução nossa)

O café, que vira salão, participa de uma performance anti-heterossexual. Aquele espaço possui qualidades tais que permitem o surgimento de uma expressão sexual repreendida nas ruas. E o faz pois é, a um só tempo, privado e público. Local onde é possível transitar entre a intimidade e o desconhecimento do outro, porém com o tipo de segurança que parques noturnos não oferecem. E aqui, o rasgo entre os espaços homossexuais masculinos e femininos aparece com toda sua força. Devemos nos lembrar sempre que a lésbica é, simultaneamente, mulher e atraída por mulheres, mas que no espaço público, e mais ainda, no espaço público noturno, é seu corpo feminino que prevalece, ele que se torna alvo das agressões impetradas pelos corpos masculinos. Já com o homem gay é diferente, pois mesmo sendo um homem que deseja outros homens, ele é homem, e possui o privilégio de ocupar os espaços que lhes são ensinados como seus. Como lembra Córtez, as práticas gays no espaço estão:

(...) arraigadas ao velho domínio pelos homens (sejam heterossexuais ou gays) do espaço exterior, uma vez que as áreas de paquera pública são espaços exclusivamente masculinos, colonizados para homens sozinhos que os procuram para satisfazer uma atividade esporádica e nos quais está ausente o olhar feminino, visto que a presença de qualquer mulher é assumida como uma intromissão em um mundo claramente masculinizado. (p.162)

⁴⁷BONNEVIER, Katarina. **Out of the Salon: With Natalie Barney towards a critically queer architecture.** In: RENDELL, Jane; HILL, Jonathan; FRASER, Murray; DORRIAN, Mark (eds.). *Critical architecture.* Londres: Routledge, 2007.

4.3 A teoria arquitetônica está transicionando!⁴⁸

“De que tipo de arquitetura são feitos nossos corpos trans?” (CRAWFORD, 2016, p.25, tradução nossa)

Até agora falamos praticamente do gênero feminino e da homossexualidade masculina. Isso está longe de abrigar as diversas e múltiplas expressões de identidade e sexualidade que surgiram com cada vez mais força nos últimos anos. Se em um passado recente a lésbica reivindicou visibilidade e as pessoas bissexuais foram finalmente consideradas no espectro da militância, as pessoas trans e travestis seguiram sendo sua parcela mais ignorada e oprimida. Especialmente pela arquitetura. Em que pese o fato de ser muito difícil para nossa disciplina acompanhar todas essas discussões e atualizar sua agenda de forma crítica (já que a arquitetura está historicamente a reboque das discussões filosóficas como um todo), é importante compreender quais fundamentos epistemológicos estão sendo colocados por essa luta política. Assim como o feminismo nos anos 1970, e a teoria *queer* nos 1990, devemos refletir como e de que maneiras a questão trans⁴⁹ atualiza nossa agenda teórica. Não é mais possível ignorar esse fato social, pois, se é verdade que “A arquitetura permanece firme; o *ethos* da transgeneridade é, em essência, a mudança” (CRAWFORD, 2015, p. 2, tradução nossa), e que a liquidez é a forma de nossa modernidade, então temos muito a aprender a partir dela.

Lucas Crawford, poeta e escritor trans, faz exatamente isso em seu livro *Transgender Architectonics*⁵⁰. Nele constrói uma teoria que discute a arquitetura trans segundo a leitura crítica de duas obras do escritório Diller Scofidio+Renfro, e duas obras literárias, uma de Virginia Woolf e outra de Samuel Beckett. Logo no começo identifica as dificuldades dessa relação, pois pela arquitetura, a população trans teria sofrido diversas violências, como sua exclusão institucional, motivo pelo qual haveríamos de aprender com ela: “a relativa fluidez do corpo trans pode servir como modelo para a renovação das duras linhas modernistas, de sua estética e sectarismo – de forma que possamos “queer” espaços modernistas com corpos pós-modernos.” (p. 2, livre tradução). O autor usa o conceito foucaultiano de arquivo numa tentativa de aproximação entre os dois. Arquitetura e corpo trans compartilhariam a relação, necessária

⁴⁸A expressão original, traduzida do inglês, foi utilizada por Paul B. Preciado em uma resenha sobre o livro de Lucas Crawford que analisaremos a seguir. Transicionar diz respeito ao processo de modificação corporal pelo qual passa uma pessoa trans quando quer ressignificar seu sexo a partir de sua identidade de gênero.

⁴⁹Relembremos que estamos utilizando o termo trans para nos referir às pessoas travestis, transsexuais, transgêneras e transvestigêneras. Quanto ao uso verbal, devemos salientar que nem sempre fica claro nos textos em inglês se o autor ou autora fala de transitar ou transicionar.

⁵⁰CRAWFORD, Lucas. **Transgender Architectonics**. Londres: Routledge, 2015.

e conflituosa, com seu contexto social, e ambos funcionam como locais de projeção do futuro, espécie de referência que limita a imaginação material de uma dada realidade. A partir dessa confluência, imagina-se um “queer archiving” que consistiria em manter, ao invés de descartar, e tomar o excesso e acúmulo de passados como parte integrante de uma estética trans. A partir disso o autor enumera cinco características que participariam do “transing”, ou seja, da influência do corpo trans na arquitetura:

1. *Transing* é uma operação estética que não implica na mudança de um gênero ou materialidade para outro (ou um gênero para sua ambiguidade), mas sim para a própria onipresença da constante transformação para todos. Nesse sentido, a figura de “transing” (como queering) não “adiciona” trans a algo que não é trans, mas, em vez disso, extrai a sempre já trans qualidade da materialidade - e, ao fazê-lo, mostra os processos e dissimulações normativos pelos quais uma “transição”, especificamente de gênero, é configurada como excepcional e diagnosticável.

2. A transição/transicionamento será realocado da vida do sujeito soberano para os atos e colaborações que acontecem entre corpos, edifícios e meios.

3. Como tal, a transição não estará inerente à vida psíquica do sujeito. Ele não é apenas voltado para o exterior, mas também atravessa e desfaz a demarcação do interior e do exterior de um corpo. *Transing* é, então, um ato de dobrar e redobrar, em vez de conter.

4. Atos de transição, portanto, não podem ser detidos ou reivindicados como identidades. São acontecimentos ou movimentos, e não objetos ou presenças. Os sujeitos trans (eus) ainda existem, é claro, e requerem agenciamento - mas em outro registro.

5. *Transing* revela a estética da superfície. *Transing* mostra a instabilidade e decoração inerentes até das arquiteturas mais “fundamentais” ou “internas” (do eu). Em oposição direta à estabilidade e fixidez das “casas” corporais, a transição requer uma estrutura “leve” que produz corpos infinitos. (p. 14, tradução nossa)

Nota-se que a todo momento o autor afirma qualidades e, direta ou indiretamente, recusa seu oposto. Quando fala de um outro dentro e fora do corpo, rejeita a ideia de contenedor-conteúdo, e advoga pela constante dobra e redobra dessas instâncias espaciais. Além disso, Crawford sinaliza como a arquitetura tem lidado com as questões trans e *queer* ao longo de sua história recente. Para o autor, as obras que se fixam nas “localidades” em que as práticas trans e *queer* acontecem perdem o sentido criativo de totalidade, da mesma forma que a noção do espaço como fundo neutro, ativado pela ação subjetiva do indivíduo, seria um paradigma a ser

superado. Com isso, pretende ultrapassar o discurso corrente de que o espaço *queer* é, ou específico e localizado, ou místico e indeterminado. O corpo trans recoloca a questão, pois se configura como algo “ever-moving” (sempre em movimento), desestabilizando totalmente as categorias de localidade e origem.

É importante destacar que muitas das qualidades dessa arquitetura resgata diversas características do espaço *queer*, e mesmo da arquitetura feminista, mas o desenvolve de formas específicas. Um exemplo é a relação público/privado, que para Crawford deve ser pensada por meio de outras categorias que não os tradicionais binômios como dentro e fora. Por transitar entre a literatura e a arquitetura, o autor consegue mobilizar questões intersemióticas e simbólicas de forma inédita, relendo imagens de nosso léxico, como a própria casa. Para ele, a ideia de casa, aparentemente neutra e ahistórica, teria fincado profundas raízes em uma estrutura heteronormativa de família, de tal forma que a ideia de que devemos nos sentir em casa no nosso próprio corpo pode emular um lugar de dor para corpos trans. E isso porque, como vemos no pensamento de Theodor Adorno e Max Rabinowitz, o lar é uma ficção, portanto a incapacidade de espacializar a própria domesticidade, seu sentir-se confortável em sua interioridade, não seria fruto de um fracasso do corpo trans, mas da própria ideia de casa.

Ainda na esteira das críticas aos modelos de reflexão sobre a transgeneridade, Crawford fala como as teorias *queer* e feminista tem interpretado qualquer variação material na arquitetura como um *topos* da feminilidade, excluindo a transmasculinidade. Isso leva a considerar que a masculinidade é um lugar transcendental e sem materialidade. Estaria lançado o desafio de buscar uma atualização desse tropos hermenêutico, e passar a considerar a transitoriedade da arquitetura pelo lugar da pessoa trans. Esse lugar irrompe como algo novo, não um simples travestismo ou cruzamento em relação a um original. Para exemplificar essa segunda crítica, o autor procura demonstrar como a obra da arquiteta iraniana Zaha Hadid é sempre vista pelo viés de gênero, reiterando a suposta neutralidade da masculinidade. A mulher e sua obra seguem sendo lidas a partir de um sem número de interpretações da diferença sexual, enquanto a arquitetura feita por homens heterossexuais, como isentos de signos da masculinidade.

A agenda teórica de Crawford é ambiciosa, e sua crítica contumaz contra os sistemas de pensamento acerca do gênero e sexualidade na arquitetura surpreendem por virem de um lugar fora da disciplina. Talvez isso lhe permita o privilégio de visualizar a dimensão política que o banheiro possui. Dispositivo discutido anteriormente, encontra nas palavras do autor toda a agressividade de sua função tecnológica de definição da bipartição de gêneros. O banheiro se torna, para a pessoa trans, o que o closet foi para o gay no século passado:

Enquanto a interioridade do armário se refere a um desejo corporal que não pode ser falado em uma falida cultura homofóbica, a interioridade do banheiro é a da vergonha corporal interiorizada no sujeito, o sujeito trans que não está “dentro” do banheiro ou do corpo certo .

(...)

Como metáfora, as duas são muito diferentes: o armário é um arquivo, um local de acumulação e cheio de coisas para colocar no corpo; em contraste, o banheiro é o anti-arquivo, um local de apagamento, equipado para remover as coisas *do* corpo. ” (p. 64, grifo do autor, tradução nossa)

Essa tensão política e imagem da opressão sofrida pelos corpos trans nos espaços arquitetônicos dos banheiros foi a ignição do pensamento de Sanders (2017) sobre o que seria uma “arquitetura em transição” (p. 51). No mesmo artigo em que revisita sua obra queer, o autor advoga por um novo caminho teórico na arquitetura a partir dos corpos trans. Uma abordagem trans-inclusiva ofereceria um método para pensar questões caras a nós, como a tipologia. A teoria trans sustenta que tanto o sexo quanto o gênero são manipuláveis, enquanto a teoria *queer* se limitara a explorar essa característica na identidade de gênero. Agora, nota-se que existem diversas maneiras de incorporar o gênero de cada um, independente de seu sexo biológico ou orientação sexual. Essa mudança epistemológica encorajaria o arquiteto a “ficar atento às normas sociais limitantes codificadas nas convenções projetuais com as quais trabalhamos, estando em sintonia com a gama inesgotável de variações formais e possíveis desdobramentos da expressão da identidade.” (p. 147, tradução nossa). A partir dessas possibilidades, poderíamos pensar em duas problemáticas para refletir sobre nossa disciplina.

A primeira é tipológica, e diz respeito aos programas que precisamos reavaliar à luz da questão trans, principalmente o banheiro público que, tendo surgido em 1880 para as mulheres (pois até então apenas o homem podia acessar a *res publica*), permanece até hoje carente de uma revisão de seus fundamentos arquitetônicos⁵¹. A segunda questão está

⁵¹O autor fala da discussão que houve ao redor do uso do banheiro público por uma pessoa trans na Carolina do Norte. Sobre o caso, ver: JOHNSON, Myka T.; MAISICANO, Jamie. **Resisting HB2 Bill: The North Carolina legislation against trans people is about so much more than public bathrooms.** In: THE FUNAMBULIST MAGAZINE. Paris: Punctum Books, issue 13, set./out. 2017. No Brasil um ficou famoso um caso recente de transfobia, também por causa do uso do banheiro, já no começo deste ano. Ver: ESTADO DE MINAS. **Mulher trans diz ter sido impedida de usar banheiro feminino em shopping.** Estado de Minas, 04 jan. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/01/04/interna_nacional,1112192/mulher-trans-diz-ter-sido-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shoppi.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2020.; KATAOKA, Juliana. **Mulher trans humilhada ao tentar de usar banheiro volta exaltada a shopping.** UOL, 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://quicando.blogosfera.uol.com.br/2020/01/07/transfobia-shopping-patio-maceio/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁵²O próprio autor destaca seu projeto para um concurso de banheiro para um aeroporto, no qual teria aplicado parte de sua teoria tipológica trans. Ver: SANDERS, Joel. **Stalled! Transforming Public Restrooms.** In: FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017; SANDERS, Joel; STRYKER, Susan. **Stalled! Gender Neutral Public Restroom.** South Atlantic Quarterly, 115, no.4 (October 2016): 779-788.; SANDERS, Joel. **Staled! Transforming Public Restrooms.** In: FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

relacionada aos materiais e tecnologias performáticas/performativas que a arquitetura pode e deve explorar. O design biotecnológico tem permitido um outro grau de vinculação do corpo com seu meio ambiente. O corpo ciborgue (imerso na sociedade farmacopornográfica) e o edifício tem mais em comum do que se poderia supor:

Um corte através de um edifício ou um ser humano revela que ambos são híbridos. Os parafusos mecânicos de metal, pinos, placas, hastes, quadris e ossos artificiais implantados no corpo humano são como parafusos, vigas e colunas em edifícios, todos compostos de materiais naturais e sintéticos. (SANDERS, 2017, p. 151, tradução nossa)

Athina Angelopoulou⁵³ explora a riqueza do “corte” como uma possibilidade processual. Analisa em seu texto uma nova ontologia “amphi-topológica”, ou seja, que considera as descontinuidades do corpo, capaz de “queering” (enviadescer) as categorias espaciais e binárias da arquitetura. Propõe um processo que não seja mais o topológico ou não-topológico, mas um capaz de atravessar e conectar ambas as instâncias do tecido das coisas. Através do programa SCARchiCAD (junção, em inglês, de “cicatriz” e AutoCAD, software de desenho utilizado pelos arquitetos) a autora estuda o espaço virtual produzido segundo princípios do processo de cura da pele humana. Esse “corte através” do existente, ao invés da criação de algo a partir do nada, *ex nihilo*, é transversal e histórico: “Eu argumento, em contrário, que ‘queering’ em arquitetura e design deveria ser interpretado como um cortar através das estruturas e processos; como um retorno interativo ao momento de negação das estruturas existentes.” (p.46, tradução nossa).

Outro autor que fala dessa passagem da performance *queer* para o vir-a-ser trans é Robert Gorny⁵⁴. Essa nova possibilidade teórica reuniria o processo social de construção da identidade de gênero e as transformações corporais. Talvez mais do que a teoria *queer*, a teoria trans permitiu pensar a carnalidade do corpo, e sua construção à similitude da constituição de um edifício. Essa teoria, denominada “transing”, nos lembra o “queering” discutido a partir dos anos 1990, e salienta a dimensão dinâmica desse modelo de pensamento. Ainda que o autor aponte a escassa literatura sobre o tema em nosso campo, fala de seminários recentes que teriam ocorrido nos países centrais a partir de 2016. Esses novos fundamentos teriam permitido uma crítica ainda mais profunda aos modelos essencialistas - de gênero, pela teoria *queer*, e do corpo, pela teoria trans. Isso teria permitido que o foco nas práticas espaciais da teoria *queer* fossem

⁵³ANGELOPOULOU, Athina. A Surgery Issue: Cutting through the Architectural Fabric. In: **FOOTPRINT**. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

⁵⁴GORNY, Robert Alexander; HEUVEL, Dirk van den. **New Figurations in Architecture Theory: From Queer Performance to Becoming Trans**. In: op. cit.

suplantados por uma “concepção radicalmente corporificada da arquitetura e da diferença que isso pode produzir.” (p. 4, tradução nossa).

Fica claro que o autor buscou caminhos teóricos inéditos, rejeitando, assim como Preciado, a busca por metáforas espaciais que exemplifiquem ou materializem as teorias *queer* e trans, ou mesmo a conclusão de que o *queer* e o trans (e por extensão, o feminino) devam ser associados ao doméstico. Se Preciado discute uma nova domesticidade masculina, o faz de maneira a compreender as novas formas da arquitetura residencial segundo mudanças culturais profundas do pós-guerra. Isso é muito diferente de seguir a crença de que falar de gay ou de trans ou de mulher significa falar de sua ocupação privada do espaço. Os ganhos dessas desconstruções são muitos, e segundo Halberstam⁵⁵:

Nas últimas décadas, portanto, as concepções de gênero mudaram irrevogavelmente, de uma visão binária para uma múltipla; da centralização da incorporação física à espacialização das identidades; do definitivo ao fractal. E, à medida que novos gêneros foram formados, os antigos também foram destruídos. As ideologias de gênero que antes facilitavam as conexões intuitivas - entre o lar e o corpo materno, ou o arranha-céu e a arma e o corpo masculino, ou a cidade e o navio à feminilidade etc. - agora estão completamente desarranjadas. (2019, tradução nossa)

A discussão sobre a arquitetura em transição/transicionamento aprofunda ainda mais a instabilidade das categorias relativas ao corpo e ao gênero. Ela questiona todo um sistema, e expõe as limitações dos modelos literais, figurativos e simbólicos que procuraram uma estabilidade visual e formal na arquitetura. Até mesmo a transição não é um movimento de começo e fim, mas sim um constante construir e reconstruir do corpo. Se antes a *chora* e a relação forma-conteúdo já havia sido criticada pela teoria *queer*, agora sua impropriedade é levada a termo. Tim Gough⁵⁶ coloca a questão: “Como indivíduos se compõe com outros de maneira a formar um indivíduo superior, *ad infinitum*?” (DELLEUZE apud GOUGH, p.60, tradução nossa). O desafio colocado parte do conceito deleuziano de “assemblage”, uma montagem indefinida no tempo, que dilui completamente modelos fixos como o pareado pênis-vagina, ou pênis-ânus.

Através da série “Splitting” de Gordon Matta-Clark, na qual o artista secciona, subtrai e desmonta edifícios inteiros, Halberstam discute essa montagem e remontagem deleuziana, capaz de reterritorializar o mapa do próprio corpo sobre o espaço. Os corpos antes disfóricos e

⁵⁵ HALBERSTAM, Jack. Unbuilding Gender. **Places Journal**, out. 2018. Disponível em: <<https://placesjournal.org/article/unbuilding-gender/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

⁵⁶ GOUGH, Tim. **Trans-Architecture**. In: FOOTPRINT. Prinsenseek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

desviantes, como o feminino masculinizado ou o da pessoa trans, transcendem sua morfologia, abandonam sua origem biológica e se localizam na sua desconstrução da própria feminilidade. É o que o autor chama de “trans* anarchitecture”. Uma prática, corporal e arquitetônica, capaz de redesenhar completamente a paisagem da nossa disciplina e de nossas vidas. Assim como o corpo, o edifício é algo sempre em construção. Um canteiro aberto. Um canteiro-corpo aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao definir a sexualidade como uma dentre as várias tecnologias sexuais, Foucault expandiu nossa compreensão sobre o que compõe o desejo e a identidade sexual. Dentre os diversos dispositivos de que essa tecnologia dispunha, encontrava-se a teoria. Desta maneira, não só o artefato construído, com seus diversos mecanismos espaciais de produção de corporeidades, mas também o próprio pensamento, em forma de discurso disciplinar, modulam a relação entre a arquitetura e o corpo. E o inverso também se verifica, com a incidência do gênero e da sexualidade sobre a teoria arquitetônica. De uma forma ou de outra, viu-se como esse campo de relações é rico e capaz de multiplicar nosso conhecimento acerca da arquitetura e dos próprios meios de constituição e entendimento do corpo generificado e sexuado. O estudo pôde explorar o privilégio da arquitetura em articular questões espaciais e corporais, e de costurar diálogos com os campos do conhecimento humano que discutem todos os temas que daí emergem.

A identificação dos marcadores sexuais no corpo permitiu um avanço significativo na relação corpo-espacial dos anos 1980, ou mesmo das experiências fenomenológicas da arquitetura tectônica dos anos 1970. Nosso conhecimento, afetado e revisitado segundo essas questões, produz novos caminhos de reflexão. Uma mudança epistêmica tão radical, no entanto, prescinde de pretensões operativas imediatas. Se a disciplina como um todo se funda em outra condição ontológica do corpo, não basta perguntarmos como agir a partir disso. É essa positivação apressada que gera o achatamento do enorme potencial criativo do nosso objeto de estudo. Como pudemos ver, a tão ambicionada vontade de localizar um procedimento que configure um saber fazer feminino/feminista coloca às claras as contradições de uma agenda feminista fundada na diferença sexual¹. A questão é similar quando perguntamos o que define uma arquitetura *queer*, ou quando afirmamos que a arquitetura de Phillip Johnson é mais gay do que uma produzida por Le Corbusier. São estratégias de pensamento que carregam o risco do pioneirismo, mas que reproduzem a busca por valores essencialistas de associação entre identidades sexuais e espaços sexuais. Tanto o espaço não possui imanência (afinal ele é construção social), quanto os marcadores sexuais não são instâncias fixas de reconhecimento. Ainda assim, a afirmação da diferença postula agenda políticas fundamentais, como o reconhecimento das disparidades salariais entre homens e mulheres e a defesa de tipificação de

¹ Como conclui Dorte Kuhlmann: “os historiadores contemporâneos de arquitetura tendem a ser da opinião de que não há diferença aparente entre a arquitetura produzida por homens ou mulheres.” (2013, p. 200, tradução nossa).

crimes como a homofobia ou a transfobia. Por isso temos um duplo desafio pela frente: valorizar o que foi escanteado, dissolver os mecanismos de diferenciação utilizados para esse escanteamento.

No campo da teoria da arquitetura isso se dá de diversas formas. Ao explorar a presença da natureza em suas obras, Diana Agrest questiona a primazia de um projeto civilizatório que se funda na dominação masculina. Quando busca reconfigurar os valores dados ao ornamento e à decoração, Jennifer Bloomer desestabiliza o paradigma da forma/função e desloca o sentido negativo desses elementos na história da arquitetura. E quando Ann Bergren e Elizabeth Grosz, assim como Paola Berenstein, discutem a *chora* como um local carnal e feminino, o mundo se estabelece sobre outras fundações. Por esses motivos, o debate formal, simbólico e prático/programático² deve permanecer presentes, mas devem ser repensados. A nível formal, talvez seja mais interessante deixar de fazer uma associação automática entre a forma curvilínea e a forma feminina, mas passar a se questionar o porquê de a imagem da razão funcional ser a reta. Ou seja, destrinchar as motivações históricas que conduziram a essas relações antropomórficas. Quanto ao programa, é imperativo reivindicar pautas feministas como o aumento do número de creches, ou mesmo a instalação de berçários em todos os banheiros que, por sua vez, também devem ser repensados segundo a questão das pessoas trans. Esses debates tipológicos e programáticos mobilizam a dimensão positiva da luta identitária em nosso campo. É quando a diferença funciona, de fato, para a humanização dos diferentes, e não para a reprodução dessa diferença.

Isso dito, faz sentido pensar em uma arquitetura feminista? Sim e não. Sim porque a agenda feminista é irrevogável, e sua crítica ao sistema androcêntrico da arquitetura é pauta urgente se procurarmos superar o sexismo na disciplina. E não porque, como afirmam Williams (2013), a arquitetura feminista não é a simples expressão material de uma pauta política e teórica. A posição intermediária de nossa disciplina, enquanto arte e técnica, materialidade e pensamento, impedem que o feminismo se expresse na arquitetura da mesma maneira que em outras áreas, como a sociologia ou mesmo as artes. Não é possível fazer da edificação um manifesto feminista, pois é no universo do discurso, e não da pedra, que esse pensamento age na sua maior concretude. Essa contradição lembra a resposta de Susana Torre (2019) sobre a insistente pergunta sobre as características femininas nos projetos das mulheres. Segundo a arquiteta, a questão correta é de que maneiras o projeto absorve os problemas levantados pelo feminismo. Ou seja, sexo e gênero não devem mais se limitar, ainda que ainda possam existir

² ROTHSCILD, Joan. **Design and Feminism: re-visioning spaces, places and everyday things**. New Brunswick, New Jersey e Londres: Rutgers University Press, 1999, p.14.

dessa maneira, a representações simbólicas dessas expressões. Elas devem existir em um nível anterior, mais elementar. E, assim agindo, alinhar-se ao caminho apontado por Kuhlmann (2013), que diz que um dos possíveis projetos do feminismo na arquitetura deve ser “articular detalhadamente como o corpo sexuado se mistura ao espaço para formar uma contínua, mas diferenciada, carne do mundo.” (p. 88, tradução nossa).

Essa mescla e fusão das cordas da realidade é, por essência, uma reflexão ontológica. Relembrar o conceito de “espaço-corpo grotesco” discutido no capítulo 2, enquanto um complexo sujeito-mundo em eterno porvir, processo de corrupção, mescla ontológica “de diferentes entidades, como o corpo, os discursos, as palavras” (KOKOULA, 2017, p. 15) e, diríamos, a arquitetura. Nesse sentido, corpo e edifício não são mais entidades que se repelem. O prédio não é mais um sistema imunológico de fiscalização e reificação dos sujeitos desviantes, mas um dispositivo que se constrói em simultâneo. Cabe resgatar a figura do ciborgue de Donna Haraway, aquele híbrido entre o humano e o artificial que, assim como o homossexual *camp*, a fisioculturista de Marcia Iann, ou o corpo-monstro de Mombça é, em si, uma edificação. Esse “corpo como espaço de construção biopolítica” (PRECIADO, 2014, p. 13) pode ser um centro de resistência ao projeto universalista que apagou os traços da corporeidade do corpo, subsumindo as contingências do corpo-modelo masculino, branco e cisheterossexual. Nesse sentido a ciência da dildotectônica de que fala Preciado é valiosa pois nos lembra que o falo é um elemento móvel, como o próprio poder. O “dildo”, suplemento e vetor dessa pesquisa, pode ser qualquer coisa: o nariz, o braço, a língua, o pênis. E o seu negativo, também. Operando em relação móvel, “dildo” e “não-dildo” recuperam a estrutura corporal como campo de múltiplas possibilidades, e diluem a determinação biológica do sexo reprodutivo que coincide com a genitália. O prazer é móvel, e funciona melhor no excesso. Por isso, o arquivamento do corpo é um *assemblage* deleuziano, uma soma contínua que faz do ponto de origem uma ficção cada vez mais inútil. Entre as camadas de uma história dérmica, importa onde tudo começou?

A riqueza teórica que encontramos no estudo se funda também em dois grandes temas, discutidos no último capítulo: o *queer* e o trans. O conceito de “queerness” de Bestky, Kolb e outros fala sobre um vazio corporal produto dos processos de necropolítica de uma sociedade heteronormativa. Mas também diz respeito à sublimação do corpo como um ponto fixo, e exalta as qualidades de adaptação, transversalidade e relacionalidade desse corpo que se refaz a todo instante. Assim como as boates gays, BDSM ou de qualquer expressão de sexualidade proibida, o espaço *queer* e o “queerness” acontecem como um evento, de tal forma que “não há espaços queer; há apenas espaços usados por queers para sua prática queer.” (CHAUNCEY apud

SANDERS, 1996, p. 225, tradução nossa). Essa “contraconstrução” criaria espaços ambivalentes, sem ordem reconhecível, e por isso mesmo perfeitos para a produção e reprodução de orgasmos (BETSKY, 1995, p. 18). Esse vazio, lembremos, é muito diferente do vazio funcionalista da arquitetura moderna. Fundado numa lógica binária de penetrante-penetrado, o espaço moderno era visto como o continente da ação humana, espécie de “útero” a ser ocupada pelo corpo ativo e dominador do homem público. O *queerness*, ao contrário, não é um vazio passivo, mas um vazio ativo, a todo momento inferido, sugestivo, espécie de palimpsesto da gordura humana impregnada nas paredes. É o negativo como terra arrasada, estratégia de guerrilha, sobrevivência marginal.

Mas o *queer* ainda é, nas formas teóricas que falam sobre ele, um modelo cisnormativo. Ele não abriga a crítica mais radical à natureza do corpo produzida pela teoria trans. Como nos lembra Lucas Crawford, “Se a teoria *queer* alargou o entendimento sobre projetos que reconfiguram os tipos arquitetônicos para falar de uma subcultura gay, então a teoria trans sugeriu um modelo que vai além do desenho cisgênero-centrado.” (p. 154, tradução nossa). Refletindo sobre a materialidade dos corpos trans e de sua arquitetura, o autor propõe uma série de procedimentos que exploram essas proximidades, ao que ele dá o nome de “transing”. Fala, por exemplo, do “cross-programing”, espécie de subversão dos programas projetados pelo arquiteto em direção a ocupações inesperadas. Dessa forma, redobra a atenção ao fato de que o projeto é apenas um dos elementos constitutivos do espaço (como afirma a tríade lefebvriana do espaço), sendo a arquitetura um projeto sempre em andamento, nunca terminável. Ainda, o dentro e o fora significam nada mais do que uma convenção e, assim como nosso sexo, podem e devem ser relocalizados:

Esta teoria (a teoria trans) implica uma completa inversão da questão gênero/sexual em nosso espaço arquitetônico. Isto é, enquanto pensamos em nosso interior como algo inacessível, resistente, e que precisaria apenas ser melhor e mais fielmente expressado (colocado para fora), o oposto é verdade: nossas fachadas (exteriores, gêneros, ornamentações e eventos) estão para ser dobrados de volta para nossos interiores.” (CRAWFORD, 2015, p. 145, tradução nossa)

A operação estética de *transing*, ou transicionar, derruba de vez qualquer pretensão ahistórica das dissimulações normativas do poder, e faz ver que o público e o privado são constatações ideológicas. E enquanto o *queerness* se caracteriza como uma ausência, o trans é pura materialidade, um fazer da constante transformação. A identidade vira um acontecimento, e não presença rígida. Requerendo uma estrutura capaz de produzir mais corpos do que aqueles

jogados no mundo, a teoria trans é infinita no seu contingenciamento da vida. Rejeita totalmente as últimas instâncias de um projeto essencialista pois, como fala a transativista Amanda Palha³, “A ação política transfeminista, (...) tem um pressuposto para se afirmar como legítima: questionar a naturalidade do sexo. O que é uma discussão imprescindível para se desvelar a determinações históricas e materiais do sistema de gênero.” Ou seja, o corpo é uma produção social, não um dado da natureza. E, atravessado por forças que desconhece, não pode solicitar de si mesmo um pleno reconhecimento, mas sim um constante refazimento de si, como é o uso do espaço na arquitetura. A transparência moderna se esgotou.

A prevalência dessa virada espacial na ontologia que buscamos discutir ao longo da pesquisa funda a possibilidade de reflexão acerca do espaço diferencial de que fala Lefebvre. Se o espaço é produto de uma realidade social, dado no e através do corpo e seus gestos, a inscrição nos corpos de práticas sexuais e identitárias produzirá espaços os mais diversos. E o resgate da dimensão amorosa e afetiva do sujeito com seu lugar enfrenta o projeto funcionalista moderno que reiteradamente desencarnou o corpo através de uma razão óptica. A recuperação dos outros sentidos significa uma reconexão do corpo em sua integridade sendo capaz, portanto, de produzir uma outra arquitetura. Quando Foucault fala que o corpo “não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis” (2013, p. 14), o filósofo inverte a primazia do espaço como formador do corpo. As máquinas de libertação do moderno não compreendem que a liberdade é uma prática, e que nenhuma construção é capaz de conduzir ou criar essa libertação. A arquitetura terá mais sorte se buscar a convergência entre as práticas das pessoas no exercício de sua liberdade (FOUCAULT apud HAYS, 2000, p. 434)⁴, construindo as imagens dessas práticas de libertação.

A ágora precisa ser reimaginada. Não mais como utopia – já que esta, por princípio, ignora o corpo presente –, nem como heterotopia – já que os espaços excepcionais geram diferença, mas não produzem o dia a dia – mas como ruína. Infiltrar, inverter, ocupar e “hackear” a ágora significa reinterpretar seu potencial político de representação de todas as formas de vida da cidade. Uma aliança de corpos opacos a si mesmos, frágeis e despedaçados, mas que nessa condição se reconstroem e reconstroem à própria arquitetura de mundo, gerando fissuras e abrindo caminhos.

³PALHA, Amanda. **O movimento LGBT e o fim da família**, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mLi2tFYbGmc>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

⁴E assim respondemos à questão apresentada por Betsky (1995) ou Córdés (2008) quando se perguntam se seria possível criar espaços de libertação.

Pois é apenas quando a pele rasga que ela volta a se conectar. A teoria, informada pelos tópicos do gênero e da sexualidade, se esgarça, permitindo uma necessária contaminação que, ferida aberta, faz caber mais mundo. A superfície do pensamento se recompõe em seguida, e a pele registra essa fissão, estrias de uma disciplina expandida. Arquitetura, *topia* implacável.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ABRAHAM, J. **Metropolitan Lovers: The Homosexuality of Cities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- ADAMS, A.; TRANCRED, P. **Designing Women: Gender and the Architectural Profession**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGREST, D. **Architecture from Without: theoretical framings for a critical practice**. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- AGREST, D.; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. **The Sex of Architecture**. Boston: Harry N Abrams, 1996.
- AINLEY, R. (ed.). **New Frontiers of Space, Bodies, and Gender**. Londres e Nova York: Routledge, 1998.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARIAS, F.; WARF, B. **The spatial turn: interdisciplinary perspectives**. Nova York: Routledge, 2009.
- ARMSTRONG, I. **New Feminist Discourses: Critical Essays on Theories and Texts**. Londres: Routledge, 1992.
- BEEBE, K.; DAVIS, A. **Space, Place and Gendered Identities: Feminist History and the Spatial Turn**. Londres: Routledge, 2015.
- BELL, D.; VALENTINE, G. (eds.) **Mapping Desire: Geographies of Sexualities**. Londres: Routledge, 1995.
- BERKELEY, E. P. (ed.); McQUAID, M. (ass. ed.). **Architecture. A Place for Women**. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press, 1989.
- BETSKY, A. **Building Sex: Men, Women, Architecture, and the Construction of Sexuality**. Nova York: William Morrow & Co., 1995.
- _____. **Queer Space: Architecture and Same-Sex Desire**. Nova York: William Morrow & Co., 1997.
- BINGMAN, A.; SANDERS, L.; ZORACH, R. **Embodied Utopias: Gender, Social Change and the Modern Metropolis. (Architext)**. Londres: Routledge, 2002.
- BONNEVIER, K. **Behind Straight Curtains: Towards a Queer Feminist Theory of Architecture**. Estocolmo: Axl Books, 2007.
- BORDEN, I.; PENNER, B.; RENDELL, J. **Gender, Space, and Architecture: an interdisciplinary introduction (Architext)**. Londres: Routledge, 2000.
- BOUTHILLETTE, A. M.; INGRAM, G. B.; RETTER, Y.; (eds.) **Queers in space: communities, public places, sites of resistance**. Seattle: Bay Press, 1997.
- BROWN, L. A (ed.). **Feminist practices: interdisciplinary approaches to women in Architecture**. Farnham: Ashgate, 2011.
- BURDETT, R.; WHITEMAN, J.; KIPNIS, J. (eds.). **Strategies in Architectural Thinking**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. **Relatar a si mesma: crítica da violência ética**. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

- CARLOS, A.F.A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- _____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. A.; PADUA, R. F. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- CEVEDIO, M. **Arquitectura y género, espacio público/ espacio privado**. Barcelona: Icaria, 2003.
- CERTEAU, M de. **A Invenção do Quotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- CHAUÍ, M. **Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo: (Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty)**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CIDADE QUEER; LANCHONETE.ORG; MUSAGETES. **Cidade queer, uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora, Publication Studio SP, 2017.
- CIOCOLETTO, A.; VALVIDIA, B. G. (coord.) **Estudios urbanos: genero y feminismo**. Barcelona: Col-Lectiu Punt 6, 2012.
- CLOKE, J.; JARVIS, H.; KANTOR, P. **Cities and Gender**. Londres: Routledge, 2009.
- COHEN, J-L. **O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- COLE, D. **From tipi to skyscraper: a history of women in architecture**. Boston: (S.N.), 1973.
- COLEMAN, D.; DANZE, E.; HENDERSON, C. **Architecture and Feminism**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.
- COLOMINA, B. **Domesticity at War**. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- _____. **Sexuality and Space**. New York: Princeton Architectural Press, 1992.
- CORTÉS, J.M. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.
- CRAWFORD, L. **Transgender Architectonics**. Londres: Routledge, 2015.
- CUTHBERT, A. **Designing Cities: Critical Readings in Urban Design**. Carlton, Malden e Oxford: Blackwell Publishing, 2003. Vol. I.
- _____. **The Form of Cities: Political Economy and Urban Design**. Carlton, Malden e Oxford: Blackwell Publishing, 2006. Vol. II.
- _____. **Understanding Cities: Method in Urban Design**. Carlton, Malden e Oxford: Blackwell Publishing, 2011. Vol. III.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESAI, M. **Women Architects and Modernism in India**. Londres: Routledge, 2017.
- DILLER, E.; SCOFIDIO, R. **Flesh: Architectural Probes**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1994.
- DOAN, P. L. **Queerying Planning**. Londres: Ashgate, 2011.
- DÜMPPELMANN, S.; BEARDSLEY, J. **Women, Modernity, and Landscape Architecture**. Londres: Routledge, 2015.
- DUNCAN, N. **BodySpace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality**. Londres e Nova York: Routledge, 1996.
- DURNING, L.; WRIGLEY, R. **Gender and Architecture**. Chichester: Wiley, 2000.
- ELDEN, S. **Understanding Henri Lefebvre**. Londres, Nova York: Continuum, 2014.
- ENKE, A. **Finding the Movement: Sexuality, Contested Space, and Feminist Activism**. Durham: Duke University Press, 2007.
- FAINSTEIN, S. S.; SERVON, L. J. (eds.). **Gender and Planning**. New Brunswick: Reuters University Press, 2005.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. A vontade de saber – Vol 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- _____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: N-1 edições, 2013.
- _____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRIEDMAN, A. T. **Women and the Making of the Modern House.** New Haven: Yale University Press, 2007.
- GILROY, P. **O Atlântico negro.** São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GOODMAN, D.; MALLGRAVE, H.F. **An Introduction to Architectural Theory: 1968 to the Present.** New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011.
- GERSHENSON, O.; PENNER, B. **Ladies and Gents: Public Toilets and Gender.** Filadélfia: Temple University Press, 2009.
- GONZAGA, T. de O. **A cidade e a arquitetura também mulher - planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero.** São Paulo: Annablume, 2011.
- GREED, C. **Women and Planning: creating gendered realities.** Londres: Routledge, 1994.
- GRIMM, Raíssa Éris. **Sapa Profana.** Brasília: padê editorial, 2018.
- GROSZ, E. **Architecture from the Outside: Essays on Virtual and Real Space (Writing Architecture).** Cambridge: The MIT Press, 2001.
- GUERRA, A. (org.). **Textos Fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira: v.1 e 2.** São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- _____. **Textos Fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira: v.2.** São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- HALBERSTAM, J. **In a Queer time and place: Transgender Bodies, Subcultural Lives.** Nova York: NYU Press, 2005.
- HALL, D. E.; JAGOSE, A. **The Routledge Queer Studies Reader.** Londres: Routledge, 2012.
- HARAWAY, D. **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature.** Londres: Free Association Books, 1991.
- HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.) **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano.** São Paulo: Autentica, 2000.
- HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HAYDEN, D. **The Grand Domestic Revolution: A History of feminist designs for American Homes, Neighborhoods and Cities.** Cambridge: MIT Press, 1981.
- HAYS, M. (ed.). **Architecture Theory since 1968.** Cambridge: The MIT Press, 2000.
- HEYEN, H.; BAYDAR, G. (ed.). **Negotiating Domesticity: spatial productions of gender in modern architecture.** Londres: Routledge, 2005.
- HERRING, S. **Another Country: Queer Anti-Urbanism.** Nova York: NYU Press, 2010.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- _____. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro Bazar do tempo, 2019.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** São Paulo, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão.** Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- HUBBARD, P. **Cities and Sexualities.** London: Routledge, 2011.
- HULL, C. **Ontology of Sex.** Londres: Routledge, 2006.
- JACQUES, P. B. **Estética da Ginga.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** Rio de Janeiro: Atica, 1996.
- JOHNSTON, L; LONGHURST, R. **Space, place and sex: Geographies of sexualities.** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2010.

- KRELL, D. F. **Architecture: Ecstasies of Space, Time, and the Human Body**. Albany: State University of New York, 1997.
- KUHLMANN, D. **Gender Studies in Architecture: Space, Power and Difference**. Londres: Routledge, 2013.
- LAVIN, S. **Form follows libido: Architecture and Richard Neutra in a Psychoanalytic Culture**. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- LAURENTIS, T. de. **Technologies of Gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- LEAP, W. **Public sex/gay space**. Columbia University Press, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **The Production of Space**. Hoboken, Wiley-Blackwell, 1992.
- STANEK, L. **Henri Lefebvre on Space: Architecture, Urban Research, and the Production of Theory**. London, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- _____. **Toward an Architecture of Enjoyment**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- LIMA, A. G.G. **Arquitetas e arquiteturas na América Latina no século XX**. São Paulo: Altamira Editorial, 2013.
- LORENZ, C. **Women in Architecture: A Contemporary Perspective**. Nova York: Rizzoli, 1990.
- LOVAAS, K. E.; ELIA, J. P.; YEP, G. A. (eds.). **LGBT Studies and Queer Theory: New Conflicts, Collaborations, and Contested Terrain**. Nova York: Harrington Park Press, 2006.
- MARTÍNEZ, Ana S.; MOYA, Juana M. R.; MUÑOZ, Maria A. D. **Mujeres, espacio y sociedad: Hacia una Geografía del Género**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.
- MASSEY, D. **Space, Place, and Gender**. Londres: Polity, 1994.
- MATRIX. **Making Space: Women and the Man Made Environment**. Londres: Pluto Press, 1984.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- McCORGUODALE, D.; RUEDI, K.; WIGGLESWORTH, S. **Desiring Practices: architecture, gender and the Interdisciplinary**. Londres: Black Dog Publishing, 1996.
- McDOWELL, L.; SHARPE, J. P. (eds.). **Space, Gender, Knowledge: Feminist Readings**. Londres: Routledge, 1997.
- McKITTRICK, K. **Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.
- MONTANER, J. M. **Arquitectura y crítica en Latinoamérica**. Buenos Aires: nobuko, 2011.
- MORLEY, D.; PETERSON, R.; WEKERLE, G. **New Space for Women**. Boulder: Westview Press, 1980.
- MUXI, Z. **Mujeres, Casas y Ciudades. Más allá del Umbral**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.
- NEIL, L. **Rethinking architecture: a reader in cultural theory**. Londres: Routledge, 1997.
- NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teoria (1965-1995). Tradução: Vera Pereira**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- NIRTA, C. **Marginal Bodies, Trans Utopias**. Londres: Routledge, 2017.
- OCKMAN, J. (ed.). **Architecture Culture, 1943-1968: a documentary anthology**. New York: Columbia University Press, 1993.
- OLKOWSKI, D.; WEISS, G. (eds.) **Feminist Interpretations of Maurice Merleau-Ponty**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006.
- PÁDUA, L. T. S. **A topologia do Ser. Lugar, Espaço e Linguagem no pensamento de Martin Heidegger**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- PEAKE, L.; RIEKER, M. **Rethinking Feminist Interventions into the Urban**. Londres: Routledge, 2013.

- PERLONGHER, N. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PILKEY, B.; SCICLUNA, R. M.; CAMPKIN, B.; PENNER, B. **Sexuality and Gender at Home: Experience, Politics, Transgression**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2017.
- PRECIADO, P. B. **Texto Junkie: Sex, Drugs and Biopolitics in the Pharmacopornographic Era**. Nova York: The Feminist Press, 2013.
- _____. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014.
- _____. **Pornotopia: An Essay on Playboy's Architecture and Biopolitics**. Nova York: Zone Books, 2014.
- PRUSSIN, L. **African Nomadic Architecture: Space, Place and Gender**. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press and National Museum of African Art, 1995.
- RENDELL, J. **The Pursuit of Pleasure: Gender, Space & Architecture in Regency London**. Londres: Rutgers University Press, 2002.
- RENDELL, J; HILL, J; FRASER, M.; DORRIAN, M. (eds.). **Critical architecture**. Londres: Routledge, 2007.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. Série Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ROBERTS, M. **Living in a man-made world: gender assumptions in modern design**. Londres: Routledge, 1991.
- ROTSCHILD, J. **Design and Feminism: re-visioning spaces, places and everyday things**. New Brunswick, New Jersey e Londres: Reutgers University Press, 1999.
- SANDERS, J. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.
- SENNET, R. **Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental**. São Paulo, Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.
- SEXTOM, K. **Architecture and the Body, Science and Culture**. Londres: Taylor and Francis, 2017.
- SILVA, J. M. (org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra editora, 2009.
- SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SPAIN, D. **Gendered Spaces**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.
- STEAD, N. **Women, Practice, Architecture: “Resigned Accomodation” and “Usurpatory Practice”**. Londres: Routledge, 2014.
- STRATIGAKOS, D. **Where Are the Women Architects?** Princeton: Princeton Architectural Press, 2016.
- STYKES, A. K. (org.). **O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- TAMSIN, S. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- TERLINDEN, U. (ed.) **City and gender: international discourse on gender, urbanism and architecture**. Opladen: Leske+Budrich, 2003.
- TORRE, S. **Women in American Architecture: A Historic and Contemporary Perspective**. Danvers: Watson-Guptill, 1977.
- TOVI, F. **Space for gender: cultural roles on the forbidden and the permitted**. Environment and Planning D: Society and Space, 17, 1999. p. 227-246.
- TOY, M. **The Architect: Women in Contemporary Architecture**. Danvers: Watson-Guptill, 2001.

- TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VALENTINE, G. **Out and about: geographies of lesbian landscapes**. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (1), 1995. p. 96-111.
- WALKER, L. **Drawing on Diversity: Women, Architecture, and Practice**. Londres: RIBA Heinz Gallery, 1997.
- WEINMAN, M. **The Second Feminist Wave**. *New York Times*, mar 10, 1969.
- WEISMAN, L. K. **Discrimination by Design: A Feminist Critique of the Man-Made Environment**. Champaign: University of Illinois Press, 1994.
- WILLIAMS, R. J. **Sex and buildings: modern architecture and the sexual revolution**. Londres: Reaktion Books, 2013.

Publicações independentes

- SIRIRICA. Publicação coletiva e anônima disponível em bar na Rua Cesário Mota Júnior. Concepção gráfica: karen ka. Mais informações: siririca.noblogs.org.
- MANADA DE LOBXS. **Pornovírus: Infectando corpos/prazeres/desejos do Heterocapitalismo Mundial Integrado**. Monstruosas. Disponível em: we.riseup.net/translesbixas.

Artigos

- AGREST, D. The return of nature: Engendering the urban discourse. **ANY: Architecture New York**, Nova York, v. Architecture and the Feminine: Mop-Up Work, n. 4, p. 32-33, jan./fev. 1994.
- AHRENTZEN, S. The F Word in Architecture: Feminist Analyses in/of/for Architecture. In: DUTTON, T. A.; MANN, L. H. **Reconstructing Architecture: Critical Discourses and Social Practices**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p.71-118, 1996.
- ALLWEIL, Y. **Beyond the Spatial Turn: Architectural History at the Intersection of the Social Sciences and Built form**. *The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment*. Berkeley: University of California, 2010. p. 1-9.
- ALTMAYER, Guilherme. Apontamentos para uma Cartografia: o cuir/queer como território em expansão. **Select**, São Paulo, edição 38, ano 07, p. 38-39, mar./mai. 2018.
- ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Pode o negro viver? A violência racial e a concepção de biopoder em Foucault. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Bahia, v.3, n.6, jun 2016, p.157-170, meio digital.
- AMBROSINO, B. Como foi criada a heterossexualidade como a conhecemos hoje. **BBC Future**, jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- ANTUNES, L. P. S. G. A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gêneros e espaço(s). **Urbana**, Campinas, v. 7, n. 2 [11], p. 02-23, ago./dez. 2015.
- ARANTES, O. B. F. O "cultural turn" no discurso sobre a cidade. **RUA**, Campinas, p. 89-99, 1999. Número Especial.
- BLOOMER, J. Abodes of Theory and Flesh: Tabbles of Bower. **Assemblage**, Cambridge, n. 17, p. 6-29, abr. 1992.
- BOYS, J. Is there a Feminist Analysis of Architecture? **Built Environment**, v. 10, n. 01 Women and the Environment, p. 25-34, 1984.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 329-376, jan./jun. 2006.
- BURNS, K. A Girl's Own Adventure: Gender in the Contemporary Architectural Theory Anthology. **Journal of Architectural Education**, v. 65, n. 2, p. 125-134, 2012. Disponível

- em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1531-314X.2011.01187.x>>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- BUTLER, J.; DÁVILA, R. M. La alianza de los cuerpos y la política de la calle. **Debate Feminista**, v. 46, p. 91-113, out. 2012.
- BROWN, M.; KNOPP, L. Queer Diffusions. **Environment and Planning**, v. Society and Space, n.21 (4), p. 409-424, 2003..
- CALUWÉ, Goedele de. The feminist critique of architecture – Learning from Denise Scott Brown and Frances Bradshaw. **Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher**, n. 36, p. 83-96, dez 2016..
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v.18 n.2, 2014. p. 472-486.
- COSTA, F. V. Tempo transversal. **Urbana**, Campinas, v. 7, n. 2 [11], p. 86-96, ago./dez. 2015.
- CRAWFORD, L. C. Breaking ground on a Theory of Transgender Architecture. **Seattle Journal for Social Justice**, Transgender Issues and The Law 8.2, 2010. p. 515-516.
- CROUT, D. Hearing Aids. **ANY: Architecture New York**, Nova York, v. Architecture and the Feminine: Mop-Up Work, n. 4, p. 40-41, jan./fev. 1994.
- DOAN, Petra L. Queers in the American City: Transgendered Perceptions of Urban Space. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, n.14 (1): 57–74, 2007. Disponível em: <<http://doi.org/10.1080/09663690601122309>>. Acesso em: 18 fev, 2020.
- GROSZ, E. Women, Chora, Dwelling. **ANY: Architecture New York**, Nova York, n. 4 Architecture and the Feminine: Mop-Up Work, p. 22-27, janeiro/fevereiro 1994.
- HAAG, Carlos. Ossos que falam. **Revista FAPESP**, São Paulo, edição 190, dez. 2011.
- HALBERSTAM, J. Unbuilding Gender: Trans* Anarchitectures In and Beyond the Work of Gordon Matta-Clark. **Places Journal**, São Francisco, out. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22269/181003>>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- HARAWAY, D. J. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. **INFODESIGN: Imagem e Complexidade**, São Paulo, n. 01. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13295803-Manifesto-ciborgue-donna-j-haraway-infodesign-2009-1-imagem-e-complexidade-profa-orian-duarte-t-e-x-t-o-0-1.html>>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- HERSEY, G. Why Should Women But Not Buildings Be Ornamented? Reflections on Adolf Loos. **ANY: Architecture New York**, Nova York, n. 4 Architecture and the Feminine: Mop-Up Work, p. 28-31, jan./fev. 1994.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v.7, n.12, p. 194-210, jan/jun 2016.
- JACQUES, P. B. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- KENNEDY, M. I. Toward a rediscovery of "feminine": principles in architecture and planning. **Women's Studies International Quarterly**, Grã-Bretanha, v. 4, n. 1, p. 75-81, mai. 1981.
- LICO, G. R. A. Architecture and Sexuality: The Politics of Gendered Space. **Humanities Diliman**, Quezon City, v. 2, n. 1, p. 30-44, jan./jun. 2001.
- LIRA, José T. C. Brazilian Machineries (or the Collapse) of Pleasure: Architecture, Eroticism, and the Naked Body. In: BESSA, Antonio Sergio (ed.). **Beyond the Supersquare: Art and Architecture in Latin America after Modernism**. Nova York: Fordham University Press, 2014.
- LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, v.25, n.2, p. 17-34, 2013..

- LÖW, M. The Social Construction of Space and Gender. **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 2, p. 119–133, mai. 2006.
- LYOTARD, Jean-François. **Can Thought Go on without a Body?** In: The Inhuman. Trad. Americana de Geoffrey Bennington e Rachel Bowlby. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Corpo sem órgãos / Cidade / Devires-outros. **re(dobra)**, Salvador, vol.1, n.3, 2008.
- MANIFESTO Queer Nation. **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, n. 53, novembro 2016. Disponível em: <<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-53-manifesto-queer-nation/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- MARTINS, Elvino Rodrigues. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 21, 2007. p. 33-51.
- MARTINS, Elvino Rodrigues. O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento? **Geoprahia**, Rio de Janeiro, v.18, n.37, p. 61-79, 2016.
- MELO, É. Feminismo: velhos e novos dilemas. Uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 553-564, jul./dez. 2008.
- MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- OSWIN, N. Critical Geographies and the Uses of Sexuality: Deconstructing Queer Space. **Progress in Human Geography**, n. 32 (1), p. 89-103, 2008..
- PERRA, H. D. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, 2014.
- PRECIADO, B. Architecture as a Practice of Biopolitical Disobedience. **Log**, n. 25, p. 121-134, 2012.
- PRECIADO, Beatriz. Lixo e Gênero: Mijar/cagar. Trad.: Ana Abril. In: **Select**, São Paulo, edição 38, ano 07, p. 38-39, mar.-mai. 2018.
- REED, C. Imminent Domain: Queer Space in the Built Environment. **Art Journal**, v.55, n.4, p.64-70, inverno 1996.
- RENDELL, J. Only resist: a feminist approach to critical spatial practice. **Architectural Review**, Londres, v. Women in Architecture: The Architectural Review Issue, n. 1449, mar. 2018.
- RODRIGUES, C. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. **Em construção**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 59-72, 2019.
- RONDANINI, N. Architecture and Social Change. **Heresies**, n. 3, p. 3-5, 1981.
- ROWE, C.; SLUTZKY, R. Transparencia: literal y fenomenal. In: ROWE, C. **Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos**. 3. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1999.
- SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Oxford, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.
- SEDWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.
- SONTAG, Susan. Notas sobre Camp. In: **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- STEPHENS, S. Women in Architecture: Introduction. **Progressive Architecture**, mar. 1977.
- SUTHERLAND, J. P. Nación Marica. Prácticas culturales y crítica activista. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 141-143, 2010.
- SWEENEY, Bernadette. **Performing body, performing space**. Building Material, Dublin, no. 8, primavera 2002. p. 30-35.

URBACH, H. Closets, Clothes, Disclosure. **Assemblage**, Cambridge, n. 30, p. 62-73, ago. 1996.

WEISMAN, Leslie Kanes. **Women`s Environmental Rights**. Heresies 3 (1981) pp.6-8.

WESTON, K. **Get Three to a Big City: Sexual Imaginary and the Great Migration**. GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies 2 (3), 2005. p. 253-277.

Periódicos

ANY: Nova York: Anyone corporation, n. 4, jan./fev. 1994.

ARCHITECTURE & DESIGN. _____, vol. 9, no. 2, mar/abr 1992. Women in architecture.

ARCHITECTURE AUSTRALIA. Melbourne: Architecture Media Pty Ltd, vol. 97, no. 2, mar/abr 2008. Special issue: Architecture + Feminism.

ARCHITECTURE IRELAND. Dublin, no. 250, jan./fev. 2010. Women in architecture.

ARQUITETAS INSIVÍVEIS. São Paulo, n.1, jul. 2016

BUILT ENVIRONMENT. Marcham: Alexandrine Press, vol.10, n.1, 1984.

CADERNOS PAGU. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993-2018.

CASABELLA. Milão: Arnaldo Mondadore Editore, vol. 69, no. 731, 2005. Special issue: Architetto/donna (Architect-woman)

FOOTPRINT. Prinsenbeek: Jap Sam Books, issue 21, outono/inverno 2017.

HERESIES. Nova York: Heresies Collective, vol.1, n.2, issue 2, 1977.

HERESIES. Nova York: Heresies Collective, vol.3, n.3, special issue 11, 1981.

INLAND ARCHITECT. Chicago: Real Estate News Corp., vol. 35, no. 1, jan./fev. 1991.

Special issue: Architecture by women.

LOG. Nova York: Anyone corporation, issue 41, outono 2017.

REVISTA DE ESTUDOS INDISCIPLINARES EM GÊNEROS E SEXUALIDADES. Salvador, n.8, v.1, nov. 2017/abr. 2018. Dossiê: Cidades dissidentes.

REVISTA DO CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE A CIDADE.

Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v.7, n.2 (11), 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/issue/view/887/showToc>

REVISTA LATINO-AMERICANA DE GEOGRAFIA E GÊNERO. Ponta Grossa:

Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010-2019.

THE ARCHITECTURAL REVIEW. Londres: EMAP Publishing Limited, issue 1449, mar. 2018.

THE ARCHITECTURAL REVIEW. Londres: EMAP Publishing Limited, vol. 241, no. 1439, mar. 2017. Special issue: Women in Architecture.

THE FUNAMBULIST MAGAZINE. Paris: Punctum Books, issue 13, set./out. 2017.

TRANSITION: Discourse on Architecture. Melbourne: RMIT University, 1986-1991.

URBANA: Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade.

Campinas, v.7, n.2 (11), 2015. Dossiê: Gênero e Espaço.

Monografias

LIMA, A. G.G. **Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

NOVAS, María. **Arquitectura y Género: Una reflexión teórica**. Dissertação (Máster Universitario en Investigación Aplicada en Estudios Feministas, de Género y Ciudadanía). Instituto Universitario de Estudios Feministas y de Género. Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universitat Jaume I, Castellón, 2014.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

RAMOS, Diana Helene. **Preta, Pobre e Puta?: a segregação urbana da prostituição em Campinas. Jardim Itatinga.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Ramon Pereira dos. **Cidades e subjetividades homossexuais: cruzando marcadores da diferença em bares nas “periferias” de São Paulo e Belém.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SÁ, Flávia Carvalho de. **Profissão: arquiteta. Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. **O design pop no Brasil dos anos 1970: domesticidade e relações de gênero na revista Casa & Jardim.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Webgrafia

TORRE, Susana. Discurso de abertura proferida no evento **Feminism and Architecture: Intergenerational Conversations**, mar. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LNNLZgqlghs>. Acesso em 13 ago. 2019.

LIMA, Juliana Domingos de. **Elas são maioria. Mas o renome costuma ser reservado aos arquitetos.** Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/22/Elas-s%C3%A3o-maioria.-Mas-o-renome-costuma-ser-reservado-aos-arquitetos>. Acesso em: 22 jul. 2017.

QUISK, Vanessa. Traduzido por: Joanna Helm. **Prêmio Pritzker rejeita o pedido de Denise Scott Brown de conceder o prêmio de forma retroativa.** 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-120275/premio-pritzker-rejeita-o-pedido-de-denise-scott-brown-de-conceder-o-premio-de-forma-retroativa>. Acesso em: 22 jul. 2017.

RAMPTON, M. **Four waves of Feminism.** out 2015. Disponível em: <https://www.pacificu.edu/about-us/news-events/four-waves-feminism>. Acesso em: 30 jul 2017.